Marcus Pestana

TURBULÊNCIA, POLARIZAÇÃO

E O FIM DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

APRESENTAÇÃO 9
AINDA FAZ SENTIDO SER SOCIAL-DEMOCRATA NO SÉCULO 21? 13
OS CINCO NÚCLEOS DO GOVERNO BOLSONARO 15
AO DOBRARMOS A ESQUINA DE 2018, O QUE NOS ESPERA? 17
COMO SE FORMA A REPRESENTAÇÃO POPULAR NO CONGRESSO 19
A GENTE SE ACOSTUMA, MAS NÃO DEVIA COM AS MANOBRAS ILEGAIS . 21
SOBRE FERRO E LÁGRIMAS 23
MAIORIA E MINORIA NA DINÂMICA DEMOCRÁTICA 27
O FUTURO E A FORMAÇÃO DE MAIORIA PARLAMENTAR 29
O LIBERALISMO, O PROTECIONISMO E O LEITE 31
A ARRANCADA DO GOVERNO BOLSONARO 33
O NOVO, O VELHO E A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA 35
POR UMA PREVIDÊNCIA SEM PRIVILÉGIOS 37
MITOS E EVIDÊNCIAS SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA 39
A MARCHA DA INSENSATEZ 41
A LAVA JATO E A DEMOCRACIA 43
O COMPLEXO DESAFIO DO EMPREGO NO MUNDO DA INOVAÇÃO 45
OS SEIS PONTOS DE UMA AGENDA PARA O CENTRO DEMOCRÁTICO 47
O QUE O FUTURO IMEDIATO RESERVA AOS BRASILEIROS? 51
CULTURA É IDENTIDADE, ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO 53
OLAVO VERSUS MILITARES: POPULISMO OU INSTITUCIONALISMO? 55

A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL NECESSÁRIA E O RADICALISMO IDEOLÓGICO ..57
FORA DO DIÁLOGO NÃO HÁ SALVAÇÃO; AINDA HÁ TEMPO PARA RECOMEÇAR 59
O CÓDIGO FLORESTAL, A PRODUÇÃO E A SUSTENTABILIDADE 61
PACOTE MORO, DESARMAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA 63
DEMOCRACIA, PARLAMENTARISMO E VOTO DISTRITAL MISTO 65
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA RETA FINAL DA VOTAÇÃO 67
O ESTATUTO DO DESARMAMENTO E UM ESTRANHO NO NINHO 69
DEPOIS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, A VIDA CONTINUA: REFORMA TRIBUTÁRIA 71
O FIM DO CICLO DA NOVA REPÚBLICA E DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO 73
A SOCIAL DEMOCRACIA MORREU. VIVA A SOCIAL DEMOCRACIA! 75
DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO ESTATAL (I) 77
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO ESTATAL (II) 79
REDES SOCIAIS, DEMOCRACIA E A SOCIEDADE HIPERCONECTADA 81
OS OBSTÁCULOS NO CAMINHO DA REFORMA TRIBUTÁRIA 83
IMPASSE DA MATURIDADE 85
SONHOS, CONQUISTAS E TROPEÇOS 89
PORQUE FICAMOS PARA TRÁS 91
ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE OU PARA ONDE VAMOS 93
EQUILÍBRIO NECESSÁRIO 95
SÃO VIDAS, NÃO ESTATÍSTICAS 97

ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL 99
AJUSTE FISCAL E PRIVATIZAÇÕES (I) 101
AJUSTE FISCAL E PRIVATIZAÇÕES (II) 103
UMA ÚLTIMA PALAVRA SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES 105
AS LIÇÕES QUE VÊM DO CHILE 107
LIBERDADE: VALOR UNIVERSAL SEM ADJETIVOS 109
PACTO INTERGERACIONAL E AJUSTE FISCAL 111
SOBRE POLARIZAÇÃO, INTOLERÂNCIA E CONSENSOS 113
O DESAFIO DO EMPREGO NO BRASIL ATUAL 115
O PISA E O ENORME DESAFIO EDUCACIONAL BRASILEIRO 117
COPO MEIO CHEIO OU MEIO VAZIO? 119
CANDIDATURAS AVULSAS: SOLUÇÃO OU EQUÍVOCO? 121
AGENDA PARA 2020 123
NEM TUDO É ECONOMIA 125
INTENÇÃO E GESTO NA REFORMA POLÍTICA 127
“DEMOCRACIA EM VERTIGEM”: A ARTE E A VERDADE 129
TAXA DE JUROS E POLÍTICA FISCAL 131
PREVENÇÃO E CATÁSTROFES 133
PARA ALÉM DOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS 135
POPULISMO E AÇÃO GOVERNAMENTAL 137
CARNAVAL E O POLITICAMENTE (IN)CORRETO 139
PACIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESPONSABILIDADE 141

O PAPEL DE CADA UM 143
ORÇAMENTO IMPOSITIVO E CONFLITOS INSTITUCIONAIS 145
O VÍRUS NOSSO DE CADA DIA 147
A ESCOLHA DE SOFIA 149
DEPOIS DA TEMPESTADE VIRÁ A BONANÇA? 151
COVID-19: O QUE VIRÁ DEPOIS? 153
CRISE E INTERVENÇÃO ESTATAL 157
O ESTADO PÓS-CRISE 159
O SUS, EUGÊNIO E MANDETTA 163
CONSTITUIÇÃO, A ÂNCORA DA DEMOCRACIA 167
O LEGADO POSSÍVEL DA PANDEMIA 173
O DIABO MORA NO DETALHE 179
PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE O PARLAMENTARISMO 185
ESTAMOS #JUNTOS 191
1960, SESSENTA ANOS DEPOIS! 195
ESTABILIDADE POLÍTICA E SUPERAÇÃO DA CRISE 197
INVESTIMENTOS E EXPECTATIVAS 199
FAKENEWS, LIBERDADE E CIDADANIA 201
REDES SOCIAIS, POLÍTICA E FAKE NEWS 203
O ETERNO RETORNO À QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA 205
MODISMOS E ESTRANGEIRISMOS NA PANDEMIA 207
ELEIÇÕES EM MEIO À PANDEMIA 209

NOVO FUNDEB E O FUTURO DA EDUCAÇÃO 211
AS MUDANÇAS RECENTES NA CONJUNTURA POLÍTICA 213
IRRESPONSABILIDADE E FAKE NEWS TÊM LIMITES 215
GASTANÇA, RESPONSABILIDADE E PANDEMIA 217
O BRASIL PÓS-PANDEMIA: UMA VISÃO DE FUTURO 219
ACIMA DE TUDO A LIBERDADE E A DEMOCRACIA 223
LIÇÕES DA PANDEMIA PASSAM TAMBÉM POR VALORIZAÇÃO DO SUS 225
O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA 227
ORÇAMENTO, TRIBUTOS E RENDA MÍNIMA 229
O DILEMA DAS REDES E O FUTURO DE TODOS NÓS 231
TRUMP, BIDEN E O BRASIL 233
MAIS FOCO E MENOS CONFUSÃO 235
O NEVOEIRO E O VÁCUO DE LIDERANÇA 237
OS VENTOS QUE SOPRAM DO NORTE 239
A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA E O PODER LOCAL 241
FATOS E ANÁLISES: DEVAGAR COM O ANDOR 243
ASSIM É, SE LHE PARECE: A INCONSISTÊNCIA DOS PARTIDOS NO BRASIL 245
AS NECESSÁRIAS, MAS DIFÍCEIS FUSÕES PARTIDÁRIAS 247
BÚSSOLA, ANESTESIA E IMOBILISMO 249
SOBRE CONSERVADORES, LIBERAIS, PROGRESSISTAS E REACIONÁRIOS 251
DEPOIS DE 2020, NADA SERÁ COMO ANTES 253

APRESENTAÇÃO

Sergio Fausto
Cientista político e Superintendente executivo da Fundação Fernando Henrique Cardoso

Este livro é uma coletânea de artigos publicados por Marcus Pestana nos últimos três anos. Nenhum deles perdeu o seu prazo de validade ou a sua pertinência na análise deste período especialmente conturbado da história brasileira.

A sua marca é o desfazimento do pacto social e político que viabilizou a saída do autoritarismo e a consolidação da democracia. O autor viveu intensamente esse período, desde os tempos de jovem vereador em Juiz de Fora até seus dois mandatos como deputado federal, passando pela secretaria da saúde em seu estado natal, como titular da pasta.

Toda a sua trajetória política foi dedicada a fazer valer a grande aspiração da Constituição de 1988: a combinação de um regime político de amplas liberdades e garantias fundamentais com um Estado capaz de assegurar direitos sociais em larga escala. Tarefa incompleta, mas na qual se avançou muito durante 30 anos.

O autor é parte dessa história e nela forjou seu estilo de fazer política. Vale citá-lo a respeito: "Sou da geração da redemocratização. Nasci para a política dentro da cultura de esquerda, predominante no movimento estudantil, mas tinha referências nas figuras de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que nos lideraram na travessia para a democracia. Eram liderança firmes, forjadas pela experiência da história, mas vocacionadas para

a promoção do diálogo e do entendimento, abertas à construção de consensos progressivos", escreve ele em "Paciência, Democracia e Responsabilidade".

A realidade hoje é outra, porém. O diálogo foi substituído pela polarização e a construção de consensos progressivos, pela transformação do adversário em inimigo. As eleições de 2018 puseram fim ao ciclo da Nova República. Estamos em meio à travessia incerta e turbulenta de um mundo político que já acabou e outro que ainda não nasceu. Será Jair Bolsonaro apenas um grave acidente de percurso? Ou as tendências autoritárias e anti-institucionais que ele encarna e expressa prevalecerão por um período mais longo? Estará em risco a democracia no Brasil? Saberemos retomar o fio da meada histórica e retomar a construção da trama democrática da política brasileira?

Marcus Pestana não é um observador passivo dessa travessia. É um observador engajado, cuja análise dos processos políticos é permeada pela experiência vivida e pela preocupação em apontar caminhos para a ação. A observação do autor não se perde no conjunturalismo. Ela se coloca num plano mais estratégico, mesmo quando analisa fatos da conjuntura. Seu estilo de escrever é fiel ao seu estilo de fazer política: firme nas convicções, mas aberto ao contraditório e à construção, pelo diálogo, de consensos progressivos. Sem dogmas, mas com paixão pela defesa da liberdade e da democracia, como ele mesmo diz em "Fora do Diálogo não há Salvação".

Os artigos transitam entre o mundo das ideias políticas e sua pertinência à realidade do século 21, como no texto que abre o livro, "Ainda faz sentido ser social-democrata", e a agenda dos grandes temas nacionais, a exemplo dos dois artigos sobre Desenvolvimento e Intervenção Estatal, passando pela reflexão a respeito do ofício da política, tema abordado em "Sobre polarização, intolerância e consenso", por exemplo.

Em um texto de que gosto particularmente, “Como se forma a representação popular no Congresso”, o autor identifica e descreve cinco tipos de parlamentares e se enquadra entre os “municipalistas”, aqueles que se elegem com base nas redes de apoio construídas no nível local. Discordo da autodefinição, porque ela o restringe.

Os horizontes de Marcus Pestana são mais amplos, sem prejuízo do seu enraizamento na política local dos municípios da sua Minas Gerais. Participou desde cedo dos grandes debates políticos, ideológicos e culturais que marcaram a sua geração. A vocação precoce para a política não o afastou do mundo do pensamento. A acumulação de experiência política afiou e alargou o seu pensamento. Fez dele um homem público que conhece o chão da política, onde se dá o embate dos interesses reais, mas é capaz de pensar e agir um nível acima, com sentido estratégico e orientado por valores. O reflexo disso se vê nesse livro.

Coletâneas de artigos podem resultar em livros de vida muito curta, facilmente degradáveis pela passagem do tempo. Este é diferente. Está alinhavado pelo fio condutor de uma vida pública em que pensamento e ação estão em diálogo permanente, orientados por uma preocupação genuína com construção de um país mais justo e democrático. Ficará como testemunho de uma época difícil e uma contribuição importante para superá-la.

AINDA FAZ SENTIDO SER SOCIAL-DEMOCRATA NO SÉCULO 21?

17 dez, 2018

O mundo vive uma crise profunda dos paradigmas ideológicos. A ideia de esquerda, direita e centro, herdada da Revolução Francesa, como referência para a dinâmica do sistema político, ficou em xeque. No século 20, a luta pela hegemonia política se deu entre liberalismo, social-democracia e comunismo. Estávamos diante de uma sociedade claramente estratificada entre capital e trabalho, onde projetos antagônicos se chocavam na arena das decisões sociais. Ainda assim nenhum bloco era totalmente homogêneo.

O liberalismo nasceu nos países ocidentais a partir das revoluções industrial, francesa e americana, calcado na teoria dos clássicos Adam Smith, Ricardo, Stuart Mill, Locke, Tocqueville, entre outros. Já de imediato enfrentou a oposição do conservadorismo de Edmund Burke, como crítica interna dentro do campo capitalista. Mais tarde, Hayek e Friedman, lançaram as bases do neoliberalismo.

Advogavam o Estado mínimo, a primazia do mercado, eleições democráticas, liberdades individual e coletiva e o império da propriedade privada. O indivíduo seria o centro do processo social.

Diante das iniquidades sociais e das péssimas condições de vida do operariado no "capitalismo selvagem", veio à tona o movimento socialista em defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Já na segunda metade do século 19 este campo político nasce marcado por dissensões internas. A vertente liderada por Marx e Engels, o anarquismo de Bakunin e o socialismo reformista de

Lassale. A cisão desse bloco se consolidou a partir dos embates entre Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, de um lado, e Kautsky e Bernstein, de outro.

Levanto este histórico não por diletantismo teórico, e sim porque o embate ideológico se radicalizou no mundo de Trump, do Brexit e, no Brasil, de Bolsonaro. O laboratório das ciências políticas e sociais é a vida. E ela problematizou todos os três paradigmas fundamentais. O liberalismo foi confrontado pelo aumento das desigualdades, como demonstrou Thomas Piketty, e pelas duas grandes crises mundiais de 1929 e 2008.

A social-democracia mergulhou em profunda crise em função da insustentabilidade do avanço do Estado de Bem-Estar Social, diante de estrangulamentos fiscais graves. E o comunismo encontrou seu fim na dissolução da URSS e do leste europeu e na queda do muro de Berlim. Por isso, é difícil compreender a saga anticomunista que alguns promovem no Brasil. Ou alguém enxerga sua presença ameaçadora nas decadentes experiências da Venezuela e de Cuba, no capitalismo de Estado da China ou na caricatura representada pela Coreia do Norte?

Hoje, relativizando ao máximo os conceitos de direita, esquerda e centro, ser social-democrata no Brasil dos nossos dias é ser radicalmente democrático na política, fortemente liberalizante na economia e jogar o foco no combate às desigualdades sociais, colocando o arsenal de políticas públicas em favor de um país mais equânime e justo.

Esse é o nosso desafio!

OS CINCO NÚCLEOS DO GOVERNO BOLSONARO

24 dez, 2018

Todo projeto governamental para alcançar o sucesso depende de três fatores básicos internos: ideias claras a partir de um diagnóstico preciso da realidade (planejamento estratégico de qualidade); consistência orçamentária (padrão de financiamento compatível); e capacidade gerencial (liderança, coordenação, recursos humanos, estruturas adequadas, processos eficientes). Também fatores externos interferem: ambiente institucional, base parlamentar, apoio da sociedade, cenário internacional.

Temos grandes desafios a serem enfrentados. Estamos todos cansados dos efeitos negativos da grande recessão recente, das consequências nocivas da corrupção endêmica, da frustração permanente em relação ao crescimento econômico e da perda de motivação e horizonte das novas gerações.

Por tudo isso, torcemos pelo êxito do novo governo, independente de alinhamentos políticos. Não será uma trilha fácil. Haverá enorme resistência às mudanças necessárias. Se o nível de ambição em relação à profundidade das reformas for muito rebaixado, ou mesmo se a agenda de transformações for abandonada por déficit de liderança, convicção ou apoio, poderemos assistir ao agravamento da crise.

No Congresso Nacional, teremos inédita fragmentação, com a presença, sem precedente em qualquer país democrático, de trinta partidos políticos. As eleições para as presidências da Câmara e do Senado serão decisivas.

Inicialmente, conviverão três grandes blocos não homogêneos no Parlamento brasileiro. A base de apoio ao governo Bolsonaro, o centro democrático que deverá ter uma posição de independência e cooperação dependendo do tema em pauta, e a oposição radical de esquerda, onde haverá disputa pela liderança entre Ciro Gomes e o PT de Fernando Haddad.

No âmbito interno do governo eleito, ainda é impossível prever o grau de unidade e eficiência que será alcançado. O presidente da República não tem nenhuma experiência executiva ou gerencial, já que sua história política se deu em 30 anos de vida parlamentar.

A equipe está segmentada em cinco núcleos: o núcleo familiar, que tem exagerado no seu protagonismo e criado problemas graves mesmo antes da posse; o núcleo militar, composto por experientes e preparados generais e oficiais militares; o núcleo econômico liberal liderado por Paulo Guedes; o núcleo da Lava Jato, capitaneado pelo ex-juiz federal Sérgio Moro; e por último, mas não menos importante, o núcleo dos fundamentalistas conservadores em que se destacam os futuros ministros da Educação, das Relações Exteriores e dos Direitos Humanos.

Lembro-me bem que o meu Flamengo – que divide com o Cruzeiro minhas paixões futebolísticas – em 1995, contratou Romário e Edmundo, que vieram se somar à estrela ascendente no rubro-negro, Sávio, para formar o "ataque dos sonhos", "o melhor ataque do mundo", pelo menos no papel. Não deu certo.

Se os cinco núcleos do governo Bolsonaro vão formar um bom time e produzir muitas vitórias, só o tempo dirá.

AO DOBRARMOS A ESQUINA DE 2018, O QUE NOS ESPERA?

31 dez, 2018

O ano de 2018 sem dúvidas foi incomum. A panela de pressão, que acumulava calor desde as jornadas de rua de 2013, explodiu. A temperatura foi nas alturas, num festival de intolerância e radicalismo. As cenas lamentáveis nas solenidades de diplomação dos novos eleitos em São Paulo e Minas Gerais chamam a atenção sobre o quanto será difícil reconstituir os canais de diálogo, respeito mútuo e negociação.

Nas últimas eleições, o padrão de comportamento do eleitorado mudou substancialmente. O brasileiro, em geral, avesso a aventuras e radicalismos, apostou no confronto dos extremos. E não só elegeu diversos governadores desconhecidos, como colocou na Presidência um até então apagado deputado, com 30 anos de mandatos sem marca relevante, sem experiência governamental, mas que soube se identificar com a maioria da população, determinada a virar o jogo. Decepcionada com os partidos que lideraram a Nova República, desprezaram predicados como trajetória pessoal, experiência, legado, realizações. A aposta foi no novo pelo novo.

Mas qual é o estado da arte na última esquina de 2018?

Na sociedade não temos muito a comemorar. Fechamos o ano com mais de 13 milhões de desempregados, o padrão de vida caiu desde 2014, a qualidade das políticas públicas declinou, a violência explodiu, o crime organizado cresceu. Mas a resistência do povo brasileiro é impressionante e essa é sempre a melhor notícia.

Na economia, o quadro é angustiante. Era pra crescermos 3,5% este ano. Perdemos mais um bonde da história. A inflação e os juros estão baixos, mas a economia dá sinais muito limitados de recuperação. O nosso calcanhar de Aquiles, o desequilíbrio fiscal, tem sua solução vítima de uma conspiração de elites. O Judiciário determina aumentos salariais exatamente para setores de maior renda, inclusive pra si mesmo. O Congresso vota medidas na contramão da responsabilidade fiscal. A reforma da previdência é bloqueada exatamente pelos segmentos privilegiados por um sistema injusto e insustentável.

Na política, patinamos no aprofundamento de um sistema partidário e eleitoral ininteligível, irracional, sem substância e vínculos sólidos com a população. Despertamos a desconfiança da sociedade pela proliferação sem limites da corrupção e da demagogia e a constatação inevitável de um grande vácuo de liderança.

A república e a federação também não vão nada bem. O desencontro dentro e entre os poderes e o estrangulamento da maioria de Estados e municípios são as faces visíveis do retrato herdado do ano que se acaba.

Mas a virada do ano é hora de cultivar esperança. Embora triste com o nada edificante epílogo da Nova República, luta e sonho de minha geração, termino com as palavras de Bráulio Bessa: "O mundo já lhe esperou, desde a hora de nascer. Apresentou-lhe a vida, e fez a todos entender que se o problema é o homem, o homem é quem vai resolver". Que venha 2019!

COMO SE FORMA A REPRESENTAÇÃO POPULAR NO CONGRESSO

19 jan, 2019

A representação política da sociedade encontra sua tradução no parlamento, peça central na democracia. Cabe a ele representar a população, legislar, fiscalizar o Executivo, arbitrar os diversos conflitos de interesse presentes na sociedade.

O parlamento, como a democracia, é uma invenção humana. Portanto, reflete as virtudes e os pecados da sociedade que espelha. O parlamento é de todos, o Executivo, só das forças majoritárias.

Pouquíssimas pessoas entendem as regras de funcionamento do nosso sistema eleitoral. Perguntam-me: como você, tendo mais votos do que 19 dos eleitos, não venceu? É a regra do jogo. Cabe lembrar que 70% dos brasileiros, um ano após das eleições, não sabem sequer dizer o nome do deputado em que votaram. Mas como se elege um deputado?

Há, grosso modo, cinco tipos de deputados no Brasil: o comprador de votos, a celebridade, o municipalista, o representante de segmento social e o formador de opinião. Não é uma tipologia absoluta. Às vezes, o candidato mistura mais de uma característica.

Primeiro, o comprador de voto. Quem acha que o caixa dois foi varrido do mapa pela Lava Jato está muito enganado. Mesmo com o teto legal para gastos dos deputados federais de R$ 2,5 milhões, há notícias de campanhas que investiram R$ 10 milhões a R$ 20 milhões.

Segundo, as celebridades como Tiririca, Romário, Leila do Vôlei. Nas eleições de 2016, surgiu um novo tipo de celebridade: a

estrela de redes sociais. Vários desses novos "pop stars" da política tiveram 300 mil, 400 mil, um milhão ou mais de votos, a partir de suas redes sociais. Espero que a Câmara não vire um palco de estrelismo e exibicionismo, com a exacerbação do velho "jogar para a plateia".

Terceiro, o deputado municipalista como eu fui, baseado nas relações construídas, ao longo de anos e anos, com vereadores e prefeitos. Esse modelo, com o advento das redes sociais, vem perdendo força, já que os líderes locais não conseguem, como antigamente, polarizar as intenções de voto do eleitorado de sua cidade.

Quarto, o deputado que representa um segmento religioso, sindical, empresarial, clube de futebol, entre outros. Temos deputados eleitos pela CUT ou pela Força Sindical; deputados eleitos pela Universal, pela Assembleia de Deus ou pela Igreja Quadrangular; temos representantes do agronegócio ou de algum setor industrial.

Por último, o cada vez mais raro deputado de opinião como no passado foram Fernando Gabeira, Paulo Delgado, Miro Teixeira, Delfim Neto, José Serra. Hoje há, na verdade, deputados temáticos, que defendem uma causa localizada. O exemplo que me ocorre é o dos defensores dos direitos animais, que têm tido grande êxito eleitoral.

Enfim, disso tudo saiu a geleia geral e a biodiversidade política extrema do Brasil. Serão as marcas, a partir de 1º de fevereiro, do novo parlamento brasileiro. A renovação foi grande, são 30 partidos e o Brasil precisa tomar decisões graves. É difícil saber no que dará. Quem viver verá!

A GENTE SE ACOSTUMA, MAS NÃO DEVIA COM AS MANOBRAS ILEGAIS

26 jan, 2019

Certa vez, Marina Colasanti teceu uma bela crônica que dizia: "A gente se acostuma a acordar de manhã, sobressaltado porque está na hora, a tomar café correndo porque está atrasado... A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que de tanto se acostumar, se perde por si mesma. A gente se acostuma, eu sei, mas não devia".

Ocorreu-me esta crônica diante do noticiário sobre as relações do governo de Minas Gerais com os municípios mineiros. Aquilo que é absurdo virou rotina, e perdemos a dimensão da gravidade do que está ocorrendo.

O Brasil é o quinto maior país do mundo em território, com seus mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. Os 208 milhões de brasileiros se espalham por 5.570 municípios, 853 em Minas Gerais. A nossa diversidade é fantástica. Nossa Federação é original, os municípios têm autonomia política e administrativa. Diante disso, como pensar em democracia forte e políticas públicas efetivas sem o fortalecimento dos municípios?

Amanheci no dia 19 de janeiro com a manchete do "Valor Econômico": "Déficit conjunto de seis Estados atinge 74 bi". E o pior era o gráfico logo abaixo, mostrando que a mais grave situação é a de Minas Gerais. Ocupamos hoje o triste primeiro lugar no ranking nacional da irresponsabilidade fiscal, com um déficit financeiro projetado, para 2019, de nada mais, nada menos, do que R$ 30 bilhões.

E não me venham dizer que é fruto da crise nacional. Espírito Santo e São Paulo, entre outros, estão com suas contas em dia e com as finanças estaduais saudáveis. Aqui sobrou "criatividade" na gestão irresponsável do Tesouro estadual (apropriação do consignado dos servidores, atraso com fornecedores, sequestro dos depósitos judiciais, não pagamento do 13º salário e a escandalosa e única no país burla dos direitos constitucionais dos municípios).

É inacreditável aonde chegamos. O governo estadual, em vez de ser um parceiro, como em tempos passados, se tornou um estorvo, um entrave, inviabilizando setores essenciais como educação e saúde.

O atual governo tem apenas um mês de trabalho. Recebeu uma herança perversa. Não há soluções simples para problemas complexos. A crise mineira é tão grave que exige de todos ponderação e diálogo. Mas o governo estadual tem que entender o desespero e o drama dos municípios. A Associação Mineira de Municípios (AMM) tem liderado há meses uma luta heroica. É preciso construir sólidos canais de diálogo, e não barreiras policiais. Mas impeachment também não é solução.

É preciso dar um voto de confiança ao novo governo, que sinaliza a intenção de fazer o ajuste fiscal. Mas é preciso também sensibilidade dos atuais governantes. Dois erros foram cometidos, a meu ver. Primeiro, mobilizar a Polícia Militar para barrar os prefeitos, como se fossem arruaceiros ou criminosos. Isso mina o ambiente de confiança recíproca e traumatiza a interlocução. Segundo, a afirmação de que é uma escolha entre pagar os servidores ou pagar as prefeituras. Alto lá! A César o que é de César. Senão, vamos acabar nos acostumando, e não devemos, com a ideia de que essa é uma manobra legítima, legal e razoável na gestão do caixa estadual. Nada disso! Esse recurso não pertence ao Estado. Isso só ocorre em Minas. É apropriação indébita e crime de responsabilidade. Deem aos municípios o que a eles pertence. Minas é maior que esta crise!

SOBRE FERRO E LÁGRIMAS

02 fev, 2019

Mais uma tragédia se abateu sobre Minas. Não há palavras que consolem as famílias dos prováveis quase 400 mortos e daqueles que tudo perderam. A linda região dos distritos de Brumadinho, que tão bem conheço, se travestiu em verdadeiro mar de lama. Nosso poeta maior já tantas vezes descreveu a alma mineira impregnada de ferro: "Minas não é palavra montanhosa. É palavra abissal. Minas é dentro e fundo. As montanhas escondem o que é Minas. No alto mais celeste, subterrânea, é galeria vertical varando ferro para chegar ninguém sabe onde. Ninguém sabe Minas...". Mas as palavras e rimas de nosso ilustre itabirano não eram só pra exaltar as riquezas e a essência do único estado da federação que carrega a vocação minerária no próprio nome. Marca inconfundível de nossa história desde o ouro de Vila Rica e os garimpos de Diamantina. Ao contrário, muitas eram palavras tristes e angustiadas.

Nesses dias, após a nova tragédia ocorrida em terras mineiras, outro poema drummondiano, publicado no Cometa Itabirano em 1984, viralizou nas redes sociais: "O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Aí, antes fosse mais leve a carga... Quantas toneladas exportamos de ferro? Quantas lágrimas disfarçamos sem berro?".

A tensão e as contradições entre crescimento e proteção ao meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável não é assunto novo. Desde a Revolução Industrial, a paisagem rural e bucólica do mundo feudal cedeu lugar à velocidade do mundo moderno, urbano e fabril. As cidades se tornaram imensas concentrações populacionais e a produção polo gerador de soluções novas e novos problemas.

O novo modo de vida e produção gerou naturalmente seus opositores e críticos. O movimento sindical e socialista clamando por melhores condições de trabalho e equidade social. Mas a atitude predatória em relação à natureza não era central na agenda do mundo moderno, nem à direita, nem à esquerda. A guerra fria, liderada por EUA e URSS, focava o crescimento econômico e a geração de riquezas numa perspectiva comum produtivista.

Só muito tempo depois, no ambiente da revolução comportamental dos idos de 1968, começou-se a colocar o dedo nas feridas do modo de vida contemporâneo. Mas advogando uma sociedade paralela alternativa e não mudanças nos padrões de desenvolvimento. Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a 1ª Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. Em 1992, tivemos a RIO-92, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A questão ambiental ganhou espaço, inundando a agenda de governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Como secretário executivo do Meio Ambiente, em 2002, aprendi muito com o ministro José Carlos Carvalho e sua equipe e presenciei o esforço para a modernização da legislação e do processo de licenciamento ambiental. Como relator da Medida Provisória que alterava a cobrança da Compensação Financeira Pela Exploração Mineral (CFEM) aumentei a alíquota de 2% para 3,5% e alterei a base de cálculo da receita líquida para a receita bruta. Não só aumentei e muito os recursos para municípios e estados mineradores e impactados financiarem seu desenvolvimento sustentável, com destinei 7% para a nova Agência Brasileira de Mineração, 2,8% para a pesquisa científica e tecnológica no setor e 0,2% para o IBAMA, o que é suficiente para financiar todo o setor de controle e licenciamento ambiental do órgão para o segmento.

A estrutura herdada do antigo DNPM é ridícula. É bom que alguns liberais, que defendem radicalmente o "Estado mínimo", aprendam com a vida sobre a necessidade de um Estado forte e

ágil, ainda que enxuto e eficiente, para regular com sabedoria e eficiência as lacunas deixadas pelo mercado. Em Minas Gerais, por exemplo, para 220 barragens e 140 mil processos, temos apenas 35 técnicos, dos quais quatro para fiscalização das barragens, além de quatro caminhonetes e dois veículos pequenos velhos. Só diante de desastres ambientais, como os de Mariana e Brumadinho, é que a sociedade e os governos acordam e choram o leite derramado.

Esperamos todos uma rigorosa apuração, a implacável punição dos culpados e a correção de rumos para o futuro.

Esperamos que a trágica e dramática experiência de Brumadinho seja um degrau de aprendizado para que ferro seja sinônimo de Minas, emprego, renda e desenvolvimento sustentável. E não de lágrimas, como disse o poeta.

MAIORIA E MINORIA NA DINÂMICA DEMOCRÁTICA

09 fev, 2019

Desde que o mundo é mundo, a sociedade busca a melhor forma de conduzir seus destinos. Para que a vida compartilhada por pessoas e segmentos sociais diferentes seja possível é inevitável a construção de um conjunto de regras, instituições, práticas, ritos, consensos e pactos. Da Eclésia grega até a configuração das democracias contemporâneas, experimentamos as mais variadas formas de dirigir os assuntos e os negócios de Estado.

A grande ideia vitoriosa no século XXI é a da liberdade. A concepção de que a democracia é um valor permanente e universal consolidou-se como amplamente hegemônica.

A democracia, como invenção humana, é, por definição, imperfeita. Mas carrega uma dinâmica autocorretiva por meio de um contínuo processo de tentativa, erro, síntese e avanços.

Isso pressupõe um acordo onde múltiplos atores aceitam e legitimam a diversidade de visões e erguem um pacto de respeito mútuo e observância das regras do jogo. Portanto, democracia não é o governo da maioria eventual para seu exercício absoluto e ilimitado. É o governo da maioria que respeita e reconhece a minoria. Não pode existir espaço para que o jogo se assemelhe à ironia fina de Millôr Fernandes: “Democracia é quando eu mando em você; ditadura é quando você manda em mim”.

Dentro da dinâmica democrática assumem centralidade a independência dos poderes, a Constituição como lei maior, a alternância no poder e a liberdade como valor permanente, ela

sim absoluta. E é no Congresso que pluralidade e diversidade se manifestam. Lá é a casa onde maioria e minoria se encontram, dialogam, digladiam, polemizam, debatem e deliberam. Nenhum governo eleito pode tudo. Há limites constitucionais, legais e institucionais. E há limites políticos que demandam a formação de maioria parlamentar para as coisas avançarem.

No processo de formação da maioria necessária vários caminhos se combinam: capacidade de liderança, clareza do rumo, persuasão, convencimento, cooptação, negociação, autoridade, habilidade, sensibilização e mobilização da opinião pública. Não há presidente da República ou primeiro-ministro que possa, na democracia, governar solitária e unilateralmente. No mais longo período democrático de nossa história (1985/2019) já ocorreram dois impeachments por falta de apoio parlamentar: Collor (1992) e Dilma (2016).

Ainda assim, a democracia brasileira se demonstra sólida e consolidada, exatamente em função da alternância no poder e do respeito e convivência entre os diferentes. Já tivemos a esquerda no poder (Lula e Dilma), em outros momentos governos de centro (FHC, Sarney, Itamar e Temer), e agora um governo assumidamente de direita. E o país, mal ou bem, continua funcionando, as instituições estão fortalecidas e a Constituição é a baliza. Como disse o ministro Raul Jungmann certa vez: "dentro da Constituição, tudo, fora dela, nada".

Volto ao assunto na próxima semana. O jogo começou. O presidente Jair Bolsonaro tomou posse. Sua equipe começa a esboçar as primeiras propostas. Rodrigo Maia se elegeu, por larga maioria, presidente da Câmara dos Deputados. David Alcolumbre, em tumultuado processo, foi alçado à presidência do Senado Federal.

O sucesso ou o fracasso do projeto governamental dependerá de sua capacidade de formar maioria. E essa não é tarefa trivial e simples. Assunto para o próximo sábado.

O FUTURO E A FORMAÇÃO DE MAIORIA PARLAMENTAR

16 fev, 2019

No último sábado, procurei demonstrar que a democracia é o império da liberdade e da Constituição. Pressupõe a convivência de todos com a pluralidade, num ambiente de tolerância e respeito recíproco. O poder, na democracia, não é absoluto e existem freios e contrapesos para evitar que a maioria eventual aniquile politicamente a minoria, objetivo número um de todos os ditadores.

O parlamento é a própria tradução e o símbolo da democracia.

Apenas três frases de Tancredo Neves são suficientes para definir a convivência com a divergência e a centralidade do parlamento: "Cada governo tem a oposição que merece. A um governo duro, intransigente e intolerante corresponde sempre uma oposição apaixonada, veemente e destrutiva". "Não são os homens, mas as ideias que brigam". "Fico mais feliz quando consigo um acordo entre partes contrárias que quando venço um adversário". É preciso dizer mais?

A primeira preocupação de qualquer ditador é esvaziar o parlamento. É fácil perceber isso na dualidade de poder instalada na Venezuela, onde o governo chavista quer anular o poder da Assembleia Nacional. E o que dizer do Congresso Nacional do Povo na China, da Assembleia Nacional do Poder Popular em Cuba e da Assembleia Popular Suprema da Coréia do Norte? Todos subservientes aos seus respectivos partidos comunistas.

Nos países de democracia avançada, a questão da formação de maioria e sua interface com a governabilidade também tem sido um grande desafio.

Na Alemanha, Angela Merkel levou seis meses para formar um governo estável, num parlamento com sete partidos, assim mesmo precisando construir um programa comum com a socialdemocracia, seu histórico e maior opositor, diante do crescimento de uma extrema-direita voraz.

Na Itália, diante de um parlamento com quatro blocos e onze partidos, a governabilidade foi estabelecida por uma exótica aliança entre os populistas do Movimento 5 Estrelas, a extrema-direita da Liga do Norte e a centro-direita da Forza Italia.

Em Portugal, mesmo com o PSD (centro-direita) chegando em primeiro lugar nas eleições, num parlamento com sete partidos, a maioria para governar foi formada pela caricatura que ganhou o apelido de "Geringonça", uma aliança entre socialistas, comunistas e bloco de esquerda (uma espécie de PSOL). Há um acordo para governar, mas nas ruas, o pau quebra entre eles.

E o que dizer do impasse do Brexit no Reino Unido, onde a primeira-ministra Thereza May não consegue formar maioria para aprovar as regras de saída da União Europeia, gerando instabilidade e incerteza.

Em resumo, governo eficaz exige maioria parlamentar.

O Governo Bolsonaro ainda é uma grande incógnita. O afastamento involuntário do Presidente e as divergências entre os núcleos econômico, familiar, militar, ideológico, jurídico e parlamentar deixam mais dúvidas do que certezas. Há uma agenda nacional complexa e polêmica inevitável a ser enfrentada: reformas da previdência e tributária, política de segurança e combate a corrupção, privatizações, novo pacto federativo, etc. Muitas decisões dependerão do apoio de 3/5 dos congressistas. Com 30 partidos presentes no Congresso e as características políticas do governo eleito, não será nada fácil a construção de maioria.

Fortes emoções nos aguardam neste já turbulento ano de 2019!

O LIBERALISMO, O PROTECIONISMO E O LEITE

23 fev, 2019

O novo mandato presidencial, na verdade, se iniciou na última semana. Isso não impediu que os primeiros 50 dias fossem povoados por declarações estapafúrdias e exóticas de ministros e desencontros políticos monumentais.

Mas, entre os diversos tropeços e ruídos, um precisa ser discutido. Trata-se da renovação das medidas antidumping de proteção à produção doméstica de leite.

O novo ministro da Economia vem de uma matriz de pensamento liberal, corrente sem grande protagonismo na história brasileira.

O liberalismo surgiu no século 18, como face teórica da nascente economia capitalista, tendo sua primeira sistematização relevante feita pelo grande economista escocês Adam Smith, em sua obra seminal A riqueza das nações. Na concepção dos liberais clássicos, a liberdade deveria ser total para os indivíduos, que ao procurarem maximizar seus ganhos, inconscientemente produziriam a melhoria do bem-estar coletivo. No livre mercado, o encontro entre oferta e demanda de mercadorias produziria, orquestrado pelo sistema de preços relativos, o equilíbrio geral. A mão invisível do mercado seria o melhor maestro e não o Estado.

Depois, com a evolução do capitalismo, descobrimos que as informações entre os agentes econômicos são assimétricas, a evolução leva à formação de oligopólios e monopólios que obstruem a concorrência perfeita e o livre mercado não produziu o equilíbrio geral, mas sim crises cíclicas.

A partir daí, voltemos ao leite. Em 2001, o Brasil editou medidas antidumping em relação às importações de leite da Europa, da Nova Zelândia e dos Estados Unidos, após exaustivos estudos que demonstraram a gama enorme de subsídios ao produtor praticada por esses países. Uma coisa é a defesa da economia de mercado – e eu a defendo –, outra coisa é ingenuidade no comércio internacional. Em todo o mundo, segundo a Embrapa, os preços do leite são administrados. A Europa, a Nova Zelândia e os Estados Unidos dominam 75% do mercado mundial.

Após 2001, a renovação das medidas que defendiam o produtor brasileiro era automática. No final de 2018, o governo Temer preferiu deixar a decisão para o novo governo eleito. A natural dificuldade de comunicação em início de governo entre os ministérios da Economia e da Agricultura resultou no cancelamento da legítima defesa da produção nacional. O raciocínio da equipe econômica foi simplista. Ao verificar que a importação de leite era pequena, concluíram ser desnecessária a renovação. Na verdade, a importação era pequena porque havia a defesa comercial.

Corretamente o governo recuou, atendendo aos apelos do agronegócio. Aí, foi uma ladainha geral: o ministro Paulo Guedes teria sido derrotado nas suas convicções liberais, o governo teria cedido ao protecionismo anticonsumidor. Bobagem pura.

Os efeitos econômicos e sociais seriam devastadores. São 1.115.000 famílias produtoras. Três quartos são tipicamente pecuária familiar, que respondem por 25% da produção. O Brasil produz quase 34 bilhões de litros por ano, o mundo 800 bilhões, e Minas, nove bilhões. O déficit na balança comercial do leite é de US$ 450 milhões.

No Brasil, a abertura externa e a integração às grandes cadeias produtivas são inevitáveis. Mas o mundo globalizado demanda aumento de produtividade e de competitividade, e não a rima pobre da ingenuidade.

A ARRANCADA DO GOVERNO BOLSONARO

02 mar, 2019

Ufa, o carnaval chegou! Ninguém é de ferro. Nem só de reforma da previdência e de combate ao crime organizado vivem os brasileiros. Serpentinas e confetes já cruzam os ares. Saem de cena os líderes partidários, ministros, analistas da imprensa, entram em campo pierrôs, colombinas, palhaços. Há a lenda urbana de que o ano no Brasil só começa depois do carnaval. Bobagem, mas...

A ausência involuntária do Presidente em função da nova cirurgia, a novela desnecessária em torno do ministro Bebianno, as denúncias envolvendo o senador Flávio Bolsonaro – que por sinal me passou ótima impressão em entrevista na Globonews –, algumas declarações inacreditáveis de certos ministros em sua cruzada ideológica conservadora, tudo isso, junto e misturado, desperdiçou muita energia política e, sem dúvida, atrasou o calendário.

O PIB de 2018 reafirmou nosso "voo de galinha": apenas 1,1%. As contas públicas revelam cada vez mais a fratura exposta do desequilíbrio. O Brasil que deveria perseguir um superávit primário de 3,0% do PIB acumulou, em 2018, um déficit primário de 120 bilhões de reais, fora as despesas financeiras. Temos o desafio do aumento da eficiência e da produtividade. Isto tem a ver com qualidade da educação, inovação tecnológica, desregulamentação do mercado, segurança jurídica, simplificação tributária, privatizações e diminuição do Custo Brasil. Nem tudo são lágrimas. No front externo, temos superávits e reservas confortáveis. E na esfera da política monetária, não há pressões inflacionárias.

O governo Bolsonaro na verdade começou há quinze dias com a apresentação dos textos da reforma da previdência e do pacote anticrime organizado e anticorrupção. Sem a primeira, não haverá equilíbrio fiscal, juros baixos e volta do crescimento. Na discussão do pacote Moro poderemos não só melhorar os ritos do funcionamento do sistema judiciário, reduzindo o espaço para manobras protelatórias e endurecendo o jogo contra o crime, mas será uma bela oportunidade de regulamentarmos definitivamente questões como delação premiada, execução de sentenças, condução coercitiva, prisões temporárias e preventivas, procedimentos nos inquéritos, etc.

A questão que só a quaresma irá revelar é se o presidente Bolsonaro entrará firme em campo e assumirá a liderança do processo político, utilizando o enorme cacife conquistado nas urnas para enfrentar as naturais resistências e desgastes. Haverá maioria parlamentar para levar o barco à frente?

No Congresso Nacional, depois do deprimente espetáculo na eleição da mesa do Senado e das escaramuças retóricas radicais entre PSL e PT na Câmara, as coisas começam entrar nos trilhos. O Cadastro Positivo foi aprovado na Câmara e a ação parlamentar têm sido intensa em torno do problema das barragens de rejeito das mineradoras. Mas houve um recado importante para o Palácio do Planalto, que reforça a ideia da desarticulação política do governo: na votação da urgência para anular o decreto que ampliou o espectro de pessoas com poder de declarar sigilosos documentos públicos, o Governo levou uma goleada de 367 a 57. Praticamente só o PSL votou com o Governo.

Ou seja, uma lição fica: precisamos de menos retórica ideológica em torno de questões periféricas e mais ações concretas e articulação política para avançar a agenda de transformações que interessa ao país.

O NOVO, O VELHO E A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

09 mar, 2019

Ninguém mais tem dúvidas sobre o caráter disruptivo das eleições de 2018. Foi uma forte ruptura com os padrões de organização do sistema político tradicional. Os grandes partidos – PSDB, PT, DEM e MDB – sofreram revés eleitoral. Surgiram novas forças. A renovação foi grande: 47,3% dos deputados eleitos e 85% dos vitoriosos nas vagas disputadas no Senado são nomes novos.

As eleições de Bolsonaro para a Presidência e de governadores como Zema (MG), Witzel (RJ), Ibaneis (DF), Comandante Moisés (SP) e Wilson Lima (AM) representam a vitória de "outsiders" sobre o establishment. O Congresso ficou mais plural e fragmentado, com a presença de 30 partidos.

Tudo isso foi resultante de um forte sentimento antipolítica potencializado pelo protagonismo inédito das redes sociais, a partir da corrupção endêmica, do impeachment e dos efeitos da crise econômica. O sinal já estava presente nas jornadas de rua de 2013. As lideranças tradicionais operaram com software obsoleto. "Abaixo a velha política", "Contra os mesmos políticos de sempre", "não reeleja ninguém" foram os lemas vitoriosos.

Mas Aristóteles já resolveu isso antes de 300 a.C.: "O Homem é um animal político". A eleição de 2018 não representa o fim da política e da democracia. Foi um momento de explosão social e catarse coletiva.

Agora os eleitos pelo discurso contra a política terão um novo desafio: fazer política e dar forma ao que seria a "nova política".

Na verdade, não há nova ou velha política, existe boa e má política, incorporados os avanços de cada época. Sempre lembrava Tancredo Neves em 1985. Maluf provocou: "O Brasil não deve eleger um presidente com mais de 70 anos de idade". Do alto de sua sabedoria, Tancredo respondeu: "Churchill, aos 75 anos, levou os aliados à vitória contra o nazismo e salvou a democracia. Nero, aos 20, incendiou Roma". Pano rápido.

Mas a cultura antipolítica está disseminada por todos os lados. A criminalização da política começa no sistema judiciário. Setores da Lava Jato, apesar dos méritos no combate à corrupção, querem criminalizar inclusive o caixa um e tudo que cheire à política.

Até o Congresso caminhou para a autocriminalização. Indiquei uma pessoa para a diretoria de administração pública e política urbana do BNDES diretamente ao presidente Michel Temer. Era um ex-político, mas tinha dois mestrados exatamente nas duas áreas em instituições acadêmicas qualificadas. Semanas após, recebi a resposta: a Lei das Estatais não permite que integrantes de diretórios partidários, coordenadores de campanha ou detentores de mandatos sejam diretores ou conselheiros de estatais sem uma quarentena de três anos. Não acreditei que o Senado tinha votado isso. Qual é a autoimagem que passamos? Política é coisa suja, abjeta, não participe.

Por último, a criminalização pelo próprio mercado. Um conhecido tentou abrir uma conta no Banco Itaú. Já era cliente do banco há muitos anos. Foi negada a abertura. Alegação: a pessoa tinha sido diretora do instituto de estudos e pesquisas de seu partido político e supostamente um ex-diretor do instituto estaria envolvido na Lava Jato.

São exemplos absurdos de criminalização da política, sinais desses tempos nebulosos.

Fora da liberdade e da democracia não há salvação. A exacerbação do espírito antipolítica nos levará a impasses e ameaças autoritárias. É uma escolha. Só depende de nós.

POR UMA PREVIDÊNCIA SEM PRIVILÉGIOS

16 mar, 2019

O sistema previdenciário tem um papel fundamental para assegurar dignidade à vida do trabalhador que já esgotou sua capacidade laborativa. A previdência não era um problema tão grande no mundo inteiro porque a expectativa de vida era pequena e havia muito mais jovens do que idosos. Isto mudou radicalmente. Não é uma questão ideológica. É uma questão atuarial e econômica. Prova disto é que o todo poderoso líder de direita da Rússia, Vladmir Putin, o centrista recém-eleito na França, Emmanuel Macron, e o líder de esquerda da Nicarágua, Daniel Ortega, propuseram reformas em seus respectivos sistemas previdenciários. Todos encontraram enormes resistências.

No Brasil, além das características universais, acumulamos distorções enormes que tornam o sistema absurdamente injusto e claramente insustentável.

Foi por entender a gravidade da situação que o PSDB e o Instituto Teotônio Villela promoveram, na última quarta-feira, um excepcional debate sobre a reforma da previdência com três grandes especialistas: o ex-ministro e ex-deputado Roberto Brant e os economistas Paulo Tafner, da FIPE, e Felipe Salto, diretor da Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado Federal.

Roberto Brant, do alto de sua experiência e qualidade intelectual, realçou a centralidade da reforma da previdência não só para o inevitável ajuste fiscal, mas principalmente para que se abra espaço para a retomada do crescimento e dos investimentos, assim como para a recuperação de outras políticas públicas essenciais como

as de educação, saúde e segurança, hoje estranguladas. Colocou enfaticamente que é preciso construir uma narrativa sólida e convincente, esclarecer a população, dialogar com a sociedade e com o Congresso Nacional e agir com coragem. Realçou ainda sua convicção que se o Presidente Jair Bolsonaro não chamar para si a liderança do processo, usufruindo do cacife político conquistado nas urnas, as chances de aprovação são mínimas ou teremos uma reforma tão desidratada, que nem vale a pena fazer. Num caso ou outro, as perspectivas para o país, para o próprio governo federal e para estados e municípios serão sombrias.

Paulo Tafner, um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, e Felipe Salto desfilaram números, comparações, evidências, que demonstraram sobejamente que o sistema previdenciário brasileiro é injusto e insustentável. Falarei disso no próximo sábado.

Com base na rica discussão e por entender que essa reforma não é do governo, de um partido, mas sim uma necessidade nacional, o PSDB decidiu formar um grupo de trabalho para no prazo de 15 dias, explicitar quatro ou cinco pontos dos quais não abre mão e as mudanças que vai sugerir, principalmente em relação ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a aposentadoria rural.

O mote central será "uma previdência sem privilégios". O PSDB, embora não seja da base do governo, quer apoiar uma reforma robusta, mas corrigindo as distorções da proposta enviada ao Congresso. O PSDB quer agir com convicção e coragem política em favor das mudanças necessárias e inadiáveis.

Isso por saber que repetiremos, sem a reforma, experiências como as da Grécia e de Portugal e decretaremos o sequestro do horizonte de nossos filhos e netos, com o empobrecimento do Brasil, baixo investimento, crescimento medíocre, desemprego alto e governos falidos.

MITOS E EVIDÊNCIAS SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

23 mar, 2019

Como prometido, retomo hoje a discussão sobre a reforma da Previdência.

A Previdência tem papel central no crescente endividamento do Brasil. Nossa dívida chega, segundo o FMI, a 87% do PIB, e o déficit nominal anual está em 9,3% do PIB. Isto é grave ou não? Gravíssimo. A dívida média dos países emergentes é de 49,9% e o déficit nominal médio é de 4,2%. A Previdência é o maior fator do desequilíbrio fiscal, o gasto total previdenciário consome 14% de toda a riqueza gerada pela sociedade, sendo o déficit total dos diversos regimes R$ 335 bilhões ou 5,1% do PIB. Diante disso alguém vai dizer que não há déficit e que a situação é sustentável? Pior é o agravamento do déficit previdenciário, mais R$ 50 bilhões por ano, ou seja, o valor da construção e equipamento de 400 novos bons hospitais, temos sete inconclusos em Minas.

No mundo inteiro, reformas da Previdência se fazem necessárias. Por um simples motivo, as mudanças demográficas. Nascem cada vez menos bebês e, felizmente, estamos vivendo cada vez mais. Em 1980 tínhamos apenas 4% da população acima de 65 anos, em 2020 teremos 9,8% e em 2060 25,5%. Paralelamente, em 1980 tínhamos 38,2 de crianças e jovens abaixo dos 14 anos, em 2020 serão 20,9% e em 2060 teremos 14,7%. Menos gente contribuindo, mais gente usufruindo. Simples assim. Ou será que o IBGE está mentindo?

Apenas 12 países não têm, como o Brasil, idade mínima. No México, no Peru e no Japão é de 65 anos. Na Argentina e no

Chile, 65 para homens e 60 para mulheres. Nos EUA, 66. Será que Irã, Iraque, Nigéria e Brasil estão certos e o resto do mundo errado? E não há evidências demográficas para a diferenciação de idade entre homens e mulheres. As mulheres vivem muito mais. O argumento é o peso inegável da maternidade. Nesse sentido, achei interessante a proposta de que a idade seja a mesma, mas a mulher tenha um prêmio de um ano abatido da idade mínima por cada filho. Hoje 30% das mulheres não têm filhos.

Mas a questão central é combater os privilégios e a Previdência como fator de concentração de renda. O servidor do Legislativo Federal tem um benefício médio 18,9 vezes maior que os 30 milhões de aposentados e pensionistas do INSS, o Judiciário 12,7 vezes, Ministério Público Federal 10,3 e o Executivo Federal, seis vezes. É justo isso? O déficit é financiado pelos impostos pagos pela população que poderiam ser usados para melhor a saúde e a educação de todos. Sabem qual é a renda transferida para o aposentado a cada ano para o financiamento do déficit? São R$ 63 mil para os servidores civis da União, R$ 43,5 mil para os aposentados dos Estados e apenas R$ 4,6 mil para os do INSS. Será que os que dizem defender os pobres não enxergam isso?

Se não fizermos a reforma, em 2027 o sistema consumirá 82% dos recursos disponíveis. Sobrarão 18% para educação, saúde, segurança, meio ambiente, ciência e tecnologia, diplomacia, Forças Armadas. É isso que queremos? E não adianta falar que é só cobrar a dívida dos devedores do INSS, que equivale apenas ao déficit de um ano e é relativa na maioria das vezes a empresas falidas como a Vasp e Varig. Ou o mito que é só gastar menos com juros da dívida, o que é uma tolice econômica.

Precisamos de menos mitos e mais evidências na discussão. É o futuro do país e das novas gerações que estará em jogo!

A MARCHA DA INSENSATEZ

30 mar, 2019

Como todo bom médico, a análise política deve começar por um diagnóstico o mais próximo da realidade possível.

Nessa época de hiperativismo online, onde a reflexão é baixa, as discussões rasas e as opiniões expostas em 280 toques do Twitter, talvez seja mais importante fazer as perguntas essenciais, antes de avançar nas respostas.

Qual é o estado da arte do Brasil no início de 2019?

Como dizia Ulysses Guimarães, vamos a V. Excia. "os fatos". A não ser que também se queira brigar com a realidade. O desemprego continua altíssimo. As desigualdades ainda são escandalosas. Crianças e jovens são formados num sistema educacional com graves problemas de qualidade. Os vazios assistenciais do SUS são enormes. O crime organizado estabelece ordem constitucional própria paralela. O crescimento econômico é pífio. A década de 2010 está perdida. O crescimento médio será de cerca de 1%. Os governos estão falidos, sufocados por grave crise fiscal. O IBOPE registra queda súbita de popularidade de Bolsonaro. Ufa... Precisa mais?

A clássica pergunta: O que fazer? A quem cabe dar uma guinada? Às instituições, ao sistema decisório, portanto, aos políticos.

"Mas os políticos não prestam". "Não tem um que salve". "Não queremos experiência, vivência, biografia, legado". "Queremos uma nova política". Estes não foram os bordões de 2018? Não há velha ou nova política, existe boa e má. E mais, fora da democracia não há salvação.

Mas o que a "nova política", inaugurada em 2019, tem nos oferecido?

A temperatura da Marcha da Insensatez subiu muitos graus nos últimos dias. O Presidente não consegue descer do palanque e largar o celular. Cutucou Temer e Lula numa fala para empresários, portanto alfinetou MDB e PT. Ele e sua turma assestaram baterias em cima de Rodrigo Maia, que heroicamente tenta suprir o déficit de articulação política do governo.

O ápice foi a espetada de Bolsonaro relacionando a derrota na votação da PEC que engessou ainda mais o orçamento – espetacular irresponsabilidade da Câmara para impulsionar a Nau dos Insensatos – com abalos pessoais por conta da prisão de seu quase sogro Moreira Franco. A resposta dura de Maia foi: "São 12 milhões de desempregados, 15 milhões vivendo abaixo da linha de pobreza e o presidente brincando de presidir o Brasil". Será que o Presidente quer aprovar as reformas no Congresso ou não entende nada de articular base de apoio, após 30 anos de vida parlamentar?

Parou aí? Não. A ênfase nas comemorações do golpe de 1964, assunto já pacificado pela anistia, jogou mais lenha na fogueira. O núcleo de ministros discípulos de Olavo continua produzindo gestos inúteis a cada dia. Paulo Guedes, por quem torço radicalmente, acendeu os sinais amarelos do mercado ao dizer que só queria servir e que "se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado". Mas também errou ao caracterizar no Senado o governo FHC - do Plano Real, da responsabilidade fiscal e das privatizações – como socialista.

O Governo tem que governar, é óbvio. Mas não parece para Bolsonaro. A tarefa número um é fazer as reformas. Mas o próprio governo em uma semana cutucou MDB, PT, Rodrigo Maia e seus inúmeros liderados, PSDB, a "velha política" supostamente encastelada no Congresso.

A marcha da insensatez e sua nau têm dificultado enormemente aqueles que se esforçam para serem otimistas.

A LAVA JATO E A DEMOCRACIA

06 abr, 2019

Dois valores devem obrigatoriamente constituir pilares de uma Nação: ética e liberdade. Não são conceitos pacíficos. A ética depende do contexto histórico e das bases culturais predominantes em cada sociedade. O que é ético para um, pode não ser para outro. Há uma ética da responsabilidade e outra da convicção? Fins nobres justificam meios escusos? Como estabelecer a convivência entre olhares valorativos e tradições culturais diferentes? Mas não podemos patinar num relativismo absoluto.

O sentido da palavra liberdade também é envolto em polêmica secular. A liberdade individual é ilimitada? Como conjugar direitos individuais e coletivos? As instituições e as leis são instrumentos de restrição à vocação humana para liberdade irrestrita? Cecília Meireles que nos salve!

A tradução institucional da liberdade é a democracia. Nascida na Grécia Antiga, adormecida na Idade Média e reinventada a partir das revoluções na Inglaterra, na França nos e Estados Unidos nos séculos 17 e 18. No século 20 sofreu ameaças aterradoras com o avanço do fascismo, do nazismo e do stalinismo. Entramos no século 21 tendo a liberdade e a democracia com valores universais. Mas retrocessos e riscos nascem a cada minuto.

No Brasil, a população foi às ruas nas últimas décadas clamando por ética e liberdade. Resistimos bravamente a várias crises que testaram a solidez de nossa democracia.

Mas a exacerbação da corrupção em escala inacreditável minou a confiança da população no sistema político e suas principais

lideranças. A Lava Jato virou um símbolo e o ministro Sérgio Moro, sua personificação, é o personagem nacional de maior prestígio popular segundo as pesquisas.

Todos nós queremos o combate sem tréguas à corrupção. Tolerância zero com a apropriação privada da coisa e do espaço públicos. Mas este imperativo ético não pode colocar em risco a liberdade e a democracia.

A democracia moderna nasceu para limitar o poder absoluto do governante. A consolidação de seus princípios visou proteger o indivíduo e as minorias do poder ilimitado do Estado e criar freios e contrapesos para que o "príncipe" de plantão não oprimisse os discordantes.

É muito importante recuperar princípios básicos: a presunção da inocência (ninguém é culpado até que se prove o contrário), o ônus da prova cabe a quem acusa, a observância do devido processo legal com amplo direito de defesa e equilíbrio entre defesa e acusação.

No Brasil, estamos resvalando em evidentes abusos de poder. A indignação e a repulsa que todos temos ao lamentável espetáculo de corrupção endêmica não nos devem levar a um clima inquisitorial de verdadeiro faroeste jurídico embrulhado numa espetacularização midiática sem precedentes. Ou as prisões de Temer ou do presidente da CNI são exemplos do Estado Democrático de Direito?

A discussão do chamado "pacote Moro" pode ser rara oportunidade para que o Congresso discuta de forma transparente e profunda o avanço de nossos marcos legais, conciliando o combate à corrupção e direitos democráticos individuais e coletivos, esclarecendo pontos obscuros tais quais: regras para inquéritos, delações premiadas, isonomia entre defesa e acusação, execução de sentenças, prisões temporárias e provisórias, abusos de poder, entre outros.

Democracia é o império da lei que deve ser impessoal e acima de todos.

O COMPLEXO DESAFIO DO EMPREGO NO MUNDO DA INOVAÇÃO

13 abr, 2019

Na última semana, refleti sobre valores abstratos e subjetivos essenciais para nossa vida, tais como ética e liberdade. Mas, longe de qualquer determinismo economicista, é preciso reconhecer que a vida humana é movida primariamente por necessidades muito concretas e objetivas, como a própria sobrevivência.

Desde as comunidades primitivas, o processo de trabalho vem se sofisticando. Das sociedades coletoras nômades até a era da Internet e dos robôs, o mundo do trabalho foi sacudido por ondas de inovação que revolucionaram as formas de organização produtiva. O crescimento da economia com base no aumento dos investimentos e do consumo, por si só, garantia o aumento geral do bem-estar, do emprego e dos salários.

Isto não é mais verdade absoluta na economia do século XXI, após o choque de inovações trazido pelas novas tecnologias e as mudanças na produção de bens e serviços.

Precisamos reciclar a discussão no Brasil. Vários dos debates presentes – previdência, reforma tributária, estratégias de desenvolvimento – estão olhando pelo retrovisor, sem considerar a mudança de paradigma acontecido no mundo e no país, onde a economia, organizada pelo mercado maestro dos fatores de produção e com forte presença do Estado nacional, foi substituída por novos arranjos produtivos num mundo globalizado.

Nossa situação é extremamente complexa. Além dos problemas oriundos das características globais do novo mundo produtivo,

que saltam aos olhos no UBER, nos caixas eletrônicos ou na robotização das fábricas, temos um desarranjo conjuntural.

Fechamos 2018 com 12,2 milhões de desempregados, ou seja, 11,6% foi a taxa de desemprego. Chegamos a 13,7% no primeiro trimestre de 2017, após a brutal recessão dos anos Dilma. Além disso, tínhamos, em dezembro, 6,9 milhões subempregados, 4,7 milhões desalentados - os que desistiram de procurar emprego – e 3,2 milhões que poderiam estar trabalhando, mas que por motivos variados não estão - ex: mulheres que abandonaram o emprego para cuidar dos filhos ou trabalhadores em tratamento de saúde.

A economia cresceu em torno de 1% a.a. no Governo Temer. As previsões para o primeiro ano de Bolsonaro não são animadoras. O Brasil precisaria crescer 3% a 4% ao ano para gerar empregos, principalmente para a juventude. Crise fiscal aguda, falta de previsibilidade e segurança jurídica, baixa produtividade e capacidade inovadora, rigidez institucional, impedem isso. A reforma trabalhista e a regulamentação da terceirização foram avanços importantes. Mas mesmo se crescermos o PIB, não necessariamente crescerão o emprego e a renda da população.

Vale ler o trabalho do economista do IBRE/FGV e dos quadros do BNDES, José Roberto Afonso, “FAT E O FUTURO DO TRABALHO: histórico e desafios”, publicado na última revista do BNDES. Ele demonstra com números e evidências que “trabalho não será mais emprego”, que não haverá mais vínculo empregatício, local rígido de trabalho, horário rígido e que é preciso repensar a proteção e a qualificação e requalificação do trabalhador, numa economia onde 52% já não têm proteção trabalhista e previdenciária, frente a 8,6% de servidores públicos e 39,4% de empregados com carteira assinada.

A estratégia de desenvolvimento e as necessárias reformas estruturais têm que olhar para o futuro e não pelo retrovisor da história.

OS SEIS PONTOS DE UMA AGENDA PARA O CENTRO DEMOCRÁTICO

20 abr, 2019

"Alguma coisa está fora da ordem, da nova ordem mundial", assim cantou o poeta baiano diante do conturbado mundo contemporâneo. Efetivamente, as duas grandes ideias vitoriosas no desfecho do século XX – a liberdade e a democracia – se encontram ameaçadas. Na Turquia, na Hungria, na Venezuela, nos EUA e até aqui mesmo nessas terras tropicais. Há claramente uma mudança de humor na sociedade. O cidadão médio, pelo padrão tradicional, não é muito afeito a radicalismos e pouco disposto a riscos elevados. Em geral, gosta de estabilidade.

Mas vivemos tempos cinzentos. As coisas parecem de perna para o ar. Diante de um mundo onde o avanço tecnológico não necessariamente incorpora as pessoas; onde mercadorias e capitais podem transitar livremente mundo afora, mas pessoas não; onde a globalização não consegue produzir respostas suficientes à miséria; e a intolerância emerge como resposta à diversidade cultural, étnica, política e religiosa; o radicalismo abastece a insatisfação das multidões.

Hoje no mundo inteiro crescem o apoio a segmentos e líderes populistas, radicais e sectários, diante da incapacidade do sistema político tradicional produzir soluções para as angústias e demandas da maioria da população.

No Brasil, temos uma Constituição democrática e vivenciamos nos últimos 34 anos o maior ciclo de liberdade de nossa história. Mas as eleições de 2018 se deram num clima de radicalismo

inédito. E essa chama não se apagou. Ao contrário, as pontes de diálogo se estreitam e os monólogos nas bolhas das redes sociais substituem o exercício da boa política que deveria buscar sempre consensos progressivos.

As instituições republicanas e democráticas precisam ser preservadas. É necessário dar um basta na atual marcha de insensatez. O Presidente deprecia o Congresso Nacional, o Congresso quer uma CPI Lava Toga, o STF censura a imprensa, o Ministério Público age às vezes como se não houvesse ordenamento jurídico vigente e a sociedade começa a se decepcionar precocemente com a chamada "nova política". Essa trajetória é nitroglicerina pura. Não há a menor chance de dar certo.

No mundo inteiro os conceitos de direita, esquerda e centro estão problematizados. Os velhos paradigmas ideológicos não nos servem mais. O centro político brasileiro, que deve ser a tradução de equilíbrio, diálogo, espírito democrático, antirradicalismo, foi vigorosamente derrotado em 2018. Mas, mais dia menos dia, será chamado a reestabelecer o equilíbrio, o bom senso, o distencionamento e a boa política.

As forças do centro político têm que se reaglutinar. Qual seria a agenda que poderia nos unificar nas ideias e na ação, nos diferenciando do populismo de direita e da esquerda regressiva? Arrisco uma agenda de seis pontos:

a) radical compromisso com a liberdade e a democracia;

b) defesa da economia de mercado, sendo o papel do Estado o estrita e socialmente necessário;

c) forte posicionamento contra as desigualdades através de políticas públicas eficientes;

d) defesa da sustentabilidade;

e) compromisso com a administração pública profissionalizada e com foco em resultados; e,

f) defesa intransigente da ética na política e na gestão pública.

As ideias podem ser outras. Mas o que não podemos é assistir inertes ao crescimento da intolerância e do radicalismo e a marcha insensata rumo ao impasse.

O QUE O FUTURO IMEDIATO RESERVA AOS BRASILEIROS?

27 abr, 2019

O perfil cultural brasileiro - fruto de séculos de sincretismo, miscigenação, diversidade e originalidade – acumulou, dentre várias outras tradições, o apego a algumas crendices, mitos, dogmas e superstições.

Uma delas reflete o nosso atávico otimismo. Afinal, "Deus é brasileiro", "O brasileiro não desiste nunca" e o "O Brasil é o país do futuro". Acreditamos sempre que, independente de nossas ações conscientes e concretas, alguma coisa transcendental ou divina irá sempre nos salvar de nossos erros ou desvios.

Realmente, o Brasil foi o país que mais cresceu no pós-guerra até 1980. O fantástico desempenho da economia brasileira no período autorizou a visão ufanista sobre nosso futuro. Mas o segundo choque do petróleo, a moratória da dívida externa e a hiperinflação crônica puxaram o freio de mão.

Os últimos 40 anos configuraram o "voo de galinha" na economia e o agravamento dos desequilíbrios fiscais. A Constituição Cidadã de 1988, ao lado de grandes avanços democráticos, deixou inequivocamente uma bomba de efeito retardado no plano fiscal que se tornou insustentável com a mudança de cenário em relação ao crescimento e com a lentidão das reformas que refundassem o desenvolvimento capitalista no Brasil. Compare leitor a variação da renda per capita do Brasil, do Chile e da Coréia do Sul entre 1975 e 2018.

Todas as iniciativas reformistas, como as de FHC – Plano Real, responsabilidade fiscal, PROER, privatizações, reforma

da previdência – enfrentaram imensas resistências e produziram resultados aquém dos necessários.

Outra crença difundida e que tem razões verdadeiras é de que há uma "Lua de Mel" dos governos com a sociedade em seus primeiros seis meses. A força herdada das urnas deve embasar uma ação enérgica e transformadora na implantação das diretrizes governamentais.

Daí, a fundada e crescente preocupação de lideranças políticas, sociais e empresariais com a deterioração do cenário nacional e os descaminhos do governo Bolsonaro.

Chegamos aos quatro meses de governo com decepcionantes e insuficientes resultados. O governo se perde na falta de coordenação e na energia gasta com assuntos secundários e polêmicos. A disputa entre os grupos econômico-liberal, militar, ideológico e familiar orientada pelo "Bruxo da Virgínia" e os ministros técnicos e políticos tem produzido um jogo de soma zero e realçado a falta de um plano estratégico. O exemplo maior dos "gestos inúteis" foram os ataques do Zero 2 e seu guru ao vice-presidente General Hamilton Mourão.

Enquanto isso, a reforma da previdência leva três meses para a votação da admissibilidade, houve queda de 179 mil postos formais de trabalho no primeiro trimestre denotando uma tendência recessiva e assistimos à queda súbita e consistente da popularidade do presidente, medida pela pesquisa CNI/IBOPE.

Se as reformas não avançarem e rápido pode haver uma reversão radical das expectativas em relação à economia do país, a "Lua de Mel" chegar ao fim com a erosão da força política do governo e o mau humor da população explodir com a falta de resultados apresentados pela "nova política".

Neste caso o futuro será nebuloso e, infelizmente, começaremos a desconfiar dessa estória de que "Deus é brasileiro" e o "Brasil é o país do futuro".

Mãos à obra, líderes dessa pobre e sofrida Nação!

CULTURA É IDENTIDADE, ENTRETENIMENTO E PRODUÇÃO

04 maio, 2019

A cultura de um povo é traço constitutivo da identidade de uma Nação. É a alma da sociedade. Leonardo da Vince disse certa vez: "A arte diz o indizível, exprime o inexprimível, traduz o intraduzível". A contínua necessidade humana de se expressar artística e culturalmente atravessou os tempos. Para Shakespeare "A arte é o espelho e a crônica da sua época". O poeta Ferreira Gullar arrematou "A arte existe porque a vida não basta".

A produção cultural e artística brasileira está em xeque, numa discussão distorcida pelo sectarismo e por um ambiente ideológico regressivo e radical.

O Brasil é um dos países mais ricos, culturalmente falando. Que outro país tem a nossa musicalidade? Noel Rosa, Pixinguinha, Ernesto Nazareth, Vila Lobos, Cartola, Milton, Paulinho da Viola, Tom Jobim, Chico, Caetano, Gil, Egberto Gismonti, Luiz Gonzaga e tantos outros formam uma constelação invejável. Nas artes plásticas temos Portinari, Di Cavalcante, Tarsila, Guignard, Bracher, Cildo Meireles, Adriana Varejão, Volpi e tantos outros poetas das cores e dos pincéis. Nas telas vamos de Glauber a Cacá Diegues, de Nelson Pereira a Bruno Barreto, de Fernando Meireles a Walter Salles. Sem falar em nossa excepcional teledramaturgia. No balé, como não se emocionar com a trajetória do Grupo Corpo ou de Deborah Colker? Como seria a vida sem Fernanda Montenegro, Marília Pera, Bibi Ferreira, Paulo Gracindo, Paulo Autran? Como imaginar Minas e o Brasil sem o Inhotim, o MASP, o MAM, o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu Mariano Procópio, o

Museu de Artes e Ofícios? E eventos como o Festival de Cinema de Tiradentes ou a FLIP em Parati? Sem falar em Machado de Assis, Guimarães, Carlos Drummond e tantos mestres da palavra. Será que queremos tocar fogo em nosso belo patrimônio cultural assim como aconteceu com o Museu Nacional do Rio de Janeiro?

As Leis de Incentivo à Cultura, Rouanet e Audiovisual à frente, estão sob artilharia pesada. Mudanças eram necessárias. Assisti o Cirque du Soleil, nem por isso acho que renúncia fiscal deveria financia-lo. Acredito também que é preciso descentralizar os investimentos concentrados na região sudeste. Artistas que têm alta performance em bilheteria não deveriam ser beneficiados. É justo que os projetos incentivados gerem contrapartidas sociais no importante trabalho de formação de público. Mas daí a crucificar nossos artistas e produtores culturais por preconceitos ideológicos vai uma grande distância.

A produção artística não tem apenas a dimensão cultural e de entretenimento. É também importante cadeia produtiva que gera empregos, renda, impostos e produtos de exportação. Estudo da Fundação Getúlio Vargas demonstrou que cada real investido pela Lei Rouanet – hoje demonizada – gerou R$ 1,59 para a economia brasileira. Os 53.368 projetos injetaram, em 27 anos, 49 bilhões de reais na nossa economia. São mais de duzentos e vinte mil trabalhadores formais na criativa economia cultural.

Só no setor audiovisual (filmes, vídeos, games, séries) há 16 mil empresas, 300 mil empregos diretos e indiretos gerados e ele cresce 9,3% ao ano numa economia estagnada pela recessão.

Portanto, “devagar com o andor que o santo é de barro”. Não vamos nessa maniqueísta e desqualificada luta entre “nós” e “eles” destruir a rica, bela e densa cultura brasileira.

OLAVO VERSUS MILITARES: POPULISMO OU INSTITUCIONALISMO?

11 maio, 2019

Daron Acemoglu e James Robison em seu "Por que as Nações Fracassam", após exaustiva pesquisa histórica, onde cotejaram a experiência de diversas sociedades com as diversas teorias do desenvolvimento, concluíram que a prosperidade ou a miséria são determinadas, em última instância, pela qualidade das instituições.

Mal ou bem, no Brasil, aos trancos e barrancos, entre dois impeachments, turbulências políticas e crises econômicas agudas, consolidamos, nos últimos trinta e quatro anos, instituições democráticas e republicanas. Mas, tropeços e soluços continuam a ocorrer. É preciso ter claro que nossa democracia é ainda tenra e não tem a solidez institucional dos países avançados europeus e dos EUA. É preciso cuidar com carinho da herança deixada pela redemocratização de 1985.

Construímos um presidencialismo rígido, com um Congresso forte acompanhado de um sistema político e partidário frágil, inconsistente e pulverizado. É cada vez mais difícil erguer um ambiente saudável de governabilidade e convivência. Quando os governos perdem a sua capacidade de governar se instala grave impasse. O parlamentarismo precisa voltar à pauta de debates.

Diante de quadro tão complexo e preocupante, o Governo Bolsonaro parece às vezes brincar com fogo, testando a nossa resiliência institucional. A convivência descoordenada, improvisada e sem bússola estratégica entre os núcleos econômico-liberal, militar, familiar-fundamentalista-olavista, jurídico-morista e técnico-político produziu crises desnecessárias e perigosas em

curto espaço de tempo. A percepção sobre o futuro não pode ser uma roleta russa permanente.

O ápice da marcha da insensatez se deu nos recentes, agressivos e despropositados ataques de Olavo de Carvalho aos líderes militares que servem ao Governo e aparecem, cada vez mais, como fiadores da democracia, do equilíbrio e do mínimo de bom senso.

O jornalista, astrólogo, "filósofo autodidata", agora transformado em guru, influenciador digital e ideólogo do bolsonarismo, era até então uma figura obscura, sem nenhuma importância pública ou repercussão acadêmica. É inegável que possuí certa erudição. Mas cultiva um anticomunismo antiquado e doentio, enxergando em tudo uma conspiração de um suposto "marxismo cultural", propugna um antiglobalismo anacrônico e retrógrado, nega realidades como a do aquecimento global e defende uma visão política populista, que nega as instituições e clama por uma relação direta e sem mediações entre o Presidente e as massas populares.

A direita, seja liberal, conservadora ou autoritária, nunca teve uma presença tão forte e orgânica na história brasileira como agora.

O "Guru da Virgínia" não teria maior importância se não fosse o apoio explícito do núcleo familiar-fundamentalista e a posição reticente de nosso principal mandatário.

Na era do populismo global, o ideólogo do bolsonarismo abandonou qualquer elegância teórica ou civilidade na discussão, disparando contra seus adversários internos adjetivações grosseiras, desqualificações pessoais inaceitáveis e ataques repugnantes.

As agressões ao vice-presidente Hamilton Mourão, aos Generais Santos Cruz e Villas Bôas devem ser repudiadas por todos os democratas. Em nome da democracia e das instituições brasileiras é preciso interromper esta marcha acelerada para o impasse e o abismo.

A REVOLUÇÃO EDUCACIONAL NECESSÁRIA E O RADICALISMO IDEOLÓGICO

18 maio, 2019

A prioridade para a educação povoa, desde que o mundo é mundo, o discurso dos líderes políticos. Quase sempre de forma apenas retórica, vazia, carente de diagnósticos precisos e estratégias corretas de transformação efetiva da realidade. É preciso levar a discussão educacional para além dessa usual torrente de obviedades, platitudes e boas intenções.

Se o problema fosse só a superficialidade do debate ou a ineficácia das políticas públicas, estaríamos numa plataforma melhor para a virada do jogo. Mas não. Como se não bastassem os graves problemas presentes, a educação brasileira patina, neste exato momento, no pântano do radicalismo ideológico que teima em tirar o foco das questões essenciais e substantivas.

Na última quarta-feira, dezenas de milhares de pessoas em mais de duzentas cidades foram às ruas contra cortes orçamentários nas Universidades. Não eram apenas eleitores da oposição a Bolsonaro. É verdade que a esquerda universitária e o movimento sindical dos professores têm dificuldade de aceitar a legitimidade de Bolsonaro, que é, gostemos ou não, o presidente de todos os brasileiros, democraticamente eleito. Mas o governo também demonstra dificuldades de abandonar a retórica de palanque, o que ficou claro nas atitudes do Ministro da Educação que se esmerou em apagar incêndio com mais gasolina e na frase do Presidente chamando os manifestantes de "idiotas úteis".

À margem disso tudo, está a vida real. O cotidiano das crianças e jovens no sistema educacional brasileiro. No ranking internacional PISA, que mede o desempenho da educação em 73 países, não estamos bem na foto: 59º. lugar em leitura, 63º. em ciências e 65º. em matemática. Temos 27% de analfabetos funcionais entre os brasileiros de 15 a 65 anos. A cobertura de creches para a primeira infância, que está provado é o período que define a capacidade de desenvolvimento cognitivo e dos talentos e habilidades das crianças, não cobre um terço da necessidade. A evasão no ensino médio é ainda grande.

Mais do que guerrilha ideológica, parta de onde partir, precisamos de ideias claras, projetos consistentes, ações concretas, certo pragmatismo e boa gestão. Menos retórica ideológica, mais ação transformadora. A receita para uma boa educação não é nenhum segredo ou fórmula mágica. Avaliação de desempenho, qualificação e valorização de professores, foco em metas e prêmio por resultados, mobilização e participação intensa das famílias, descentralização e fortalecimento das diretoras para que a escola seja menos estatal e mais comunitária, introdução de novas tecnologias pedagógicas para que o quadro negro possa competir com a "lan house", transformação da escola num ambiente lúdico e acolhedor que mobilize a atenção das crianças e dos jovens. Ou seja, há bússolas e planos de ação baseados em evidências nacionais e internacionais e em experiências exitosas mesmo em municípios pobres como Sobral, no Ceará, Teresina, Oeiras e Cocal dos Alves, no Piauí, que não deixam o pessimismo tomar conta e mostram que outra educação é possível.

Educação é cidadania, cultura, dignidade, qualificação de capital humano, aumento de produtividade. Em última instância, só ela pode transformar o Brasil. Chega de baboseira ideológica rasteira, vamos arregaçar as mangas e dar uma guinada na educação brasileira.

FORA DO DIÁLOGO NÃO HÁ SALVAÇÃO; AINDA HÁ TEMPO PARA RECOMEÇAR

25 maio, 2019

Confesso que cheguei a tal nível de maturidade política que persigo uma radical independência intelectual e não me apaixono mais por nenhum líder carismático ou projeto ideológico salvacionista. Quando era um jovem líder estudantil guardava, na cabeça e na alma, projetos muito mais radicais e mais certezas do que dúvidas. Poucas certezas da juventude sobreviveram. E me intriga ver nosso país, uma máquina de desenvolvimento no pós-guerra, estar se especializando em jogar oportunidades fora.

Quando na juventude abandonei a ortodoxia de esquerda passei a admirar profundamente personagens como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, FHC e JK. Com eles aprendi que adversário não é inimigo, que política é a arte de somar não de dividir, que a natural radicalização das campanhas não serve de base para bons governos.

Hoje fico perplexo com o embate sectário e desqualificado, potencializado pelas redes sociais, entre polos que não se reconhecem legítimos. Não seria grave se o próprio presidente, sua família e seu séquito olavista não entrassem pesado no mesmo jogo.

A única ideia que ainda me apaixona é a defesa da liberdade e a democracia. E elas estão em risco aqui e no mundo. Edmund Burke alertou: "Quanto maior é o poder, tanto mais perigoso é o abuso".

Recentemente o excelente livro dos professores de Harvard Steven Levistsky e Daniel Ziblatt "Como as democracias morrem" foi alçado à condição de best-seller. Nas páginas 77 e 78 está dito:

"... teve que encarar um começo turbulento. O Congresso não aprovou nenhuma lei durante seus primeiros meses no cargo e os tribunais não pareciam estar à altura... O presidente não só carecia de experiência nas complexidades da política legislativa, como tampouco tinha paciência para elas".

E continua: "Assim, em vez de negociar com o Congresso, os açoitou, chamando-os de "charlatões improdutivos". Ele atacou juízes não cooperativos, caracterizando-os como "lacaios" e "patifes". Ainda mais perturbador ele começou a contornar o Congresso, optando por decretos executivos... começaram a se queixar de que a Constituição era rígida e restritiva, reforçando o medo de que o compromisso do presidente com as instituições democráticas fosse fraco".

"Com efeito, os tribunais declararam vários decretos inconstitucionais... houve rumores de impeachment... Sentindo-se sitiado, o presidente dobrou a aposta... O conflito se agravou... o conflito tinha chegado a ponto de... ou o Congresso matar o presidente, ou o presidente matar o Congresso".

"O presidente matou o Congresso. Em abril, apareceu na televisão e anunciou que estava dissolvendo o Congresso e a Constituição. Menos de dois anos depois de sua surpreendente eleição, o outsider azarão tinha se tornado um tirano".

É um texto ficcional sobre o futuro do governo Bolsonaro? Não. É a descrição da escalada de Fujimori no Peru rumo à instalação de uma ditadura.

Que o texto interessante e de leitura obrigatória, divulgado por nosso presidente, o tenha sido apenas por curiosidade. Que prevaleça o bom senso dos generais no governo. Que as manifestações de amanhã não apostem no confronto com o Congresso e o Poder Judiciário.

Que prevaleça o diálogo de Bolsonaro com Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre e Dias Toffoli e não o confronto institucional. Fora isto, não haverá salvação. Ainda há tempo para recomeçar.

O CÓDIGO FLORESTAL, A PRODUÇÃO E A SUSTENTABILIDADE

01 jun, 2019

A semana foi movimentada em Brasília. Não só foi aprovada a Medida Provisória 870, que reestrutura a máquina administrativa do governo federal, como também outras MPs foram apreciadas na data limite em que venciam suas vigências.

Para o setor ambiental, no entanto, o resultado não foi bom. Não só caducou a MP 877 que estabelecia o novo marco regulatório para o setor de saneamento, como se estabeleceu enorme polêmica acerca da MP 867, que previa inicialmente apenas a prorrogação de prazos para a efetiva implantação do Código Florestal, votado em 2012.

A discussão sobre a convivência entre crescimento econômico e preservação ambiental não é nova. Antes da década de 1970, a preocupação não era central. Apenas em 1972 foi realizada a 1ª. Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo. Em 1992, realizamos no Brasil a RIO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O Brasil assumia protagonismo no tema em escala global.

Em 2012, num dos momentos mais marcantes de minha passagem pela Câmara, tivemos uma rica experiência de exercício da democracia, com um intenso debate entre ambientalistas e setor produtivo e conseguimos aprovar o Código Florestal. O relator da matéria, o então deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), conseguiu produzir uma síntese equilibrada entre o estímulo à produção rural e a proteção ao meio ambiente.

Passaram-se sete anos. Ao final do governo Temer foi enviada a MP 867, que em seu texto original de poucos artigos previa apenas a prorrogação dos prazos para o cadastramento voluntário dos produtores rurais, passo inicial para a implantação dos Programas de Regularização Ambiental.

Mas a comissão especial mista introduziu uma infinidade de emendas ao texto que resultaram num projeto de conversão em lei que adulterava de forma radical a lógica do Código Florestal.

A Raps (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura) promoveu um intenso debate sobre os riscos presentes em tal retrocesso.

Primeiro, seria uma traição à esmagadora maioria de produtores rurais que voluntariamente se cadastraram, preparando o terreno para a implantação de seus programas de regularização ambiental.

Segundo, a insegurança jurídica é um dos grandes empecilhos no Brasil à retomada do desenvolvimento. Como obter um ambiente de confiança e credibilidade se Leis estruturantes, configuradas em códigos, longamente debatidas, são alteradas por "caronas" em MPs que têm rito sumário de deliberação em 120 dias de tramitação legislativa e se prestam apenas para matérias urgentes? É uma contradição o Congresso Nacional adotar esses expedientes diante de sua demanda histórica de limitar as MPs e recuperar suas prerrogativas.

As mudanças introduzidas têm implicações na credibilidade do país, afetam acordos internacionais, anulam a Lei da Mata Atlântica, anistiam o desmatamento de vastas áreas e carregam uma visão atrasada de antagonismo entre geração de renda, produção e emprego e a preservação ambiental.

Felizmente, o Senado Federal se negou a votar de afogadilho sobre tema tão complexo. Tomara que um diálogo mais profundo nos leve a bom porto e preserve o protagonismo do Brasil na questão ambiental e a sustentabilidade necessária para o nosso desenvolvimento.

PACOTE MORO, DESARMAMENTO E SEGURANÇA PÚBLICA

08 jun, 2019

Não há dúvidas que dois foram os vetores principais a desencadear o tsunami de 2018 e impulsionar as escolhas feitas: a repulsa radical à corrupção e a sensação de insegurança que tomou conta da população diante do crescimento do crime organizado.

Em 2018, foram 51.589 homicídios, representando uma taxa de 25 mortes por cada 100 mil habitantes. Taxa muito alta para os padrões internacionais. Temos baixa capacidade de investigação e esclarecimento de crimes. O processo judicial é lento. O sistema penitenciário é uma tragédia. Temos um déficit de vagas estimado em 288 mil.

A sociedade demanda mais segurança. Mas, mais uma vez, estamos fazendo uso da máxima sobre problemas complexos e soluções simples e equivocadas.

A tentação para abordagens demagógicas sobre o tema foi reforçada no debate nacional por uma parte das lideranças da chamada "nova política", que vocalizou visões do tipo: "bandido bom é bandido morto", "precisamos armar o cidadão de bem".

Diante da forte demanda social por mais segurança, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional um conjunto de medidas já conhecidas como "Pacote Moro".

Recentemente participei de um debate promovido pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS e pelos Institutos Igarapé e Sou da Paz, com a presença de diversos senadores e deputados federais. De tudo o que foi dito, concluí: não é um "pacote" de segurança pública, mas de qualificação da repressão já

que é centrado no agravamento das penas, mesmo diante de um sistema penitenciário em crise, que serve mais à morte e como manancial de recrutamento para as organizações criminosas, do que para a recuperação e reinserção social dos que transgridem as leis.

O pacote não cuida da prevenção em nenhum nível: seja no plano educacional e familiar, seja no fortalecimento das estruturas policiais e estratégias de dissuasão ou no plano terciário, em evitar a reincidência. Não avança o SUSP e nem revoluciona o processo penal. Não cuida da integração das polícias e não fortalece alternativas como as APACs e as PPPs para construção e manutenção de presídios. O viés principal é o aumento de penas, o que já se revelou ineficaz.

O pior de tudo é que paralelo a tudo isto, o Governo Federal publicou decreto presidencial, considerado inconstitucional por muitos, desmantelando o Estatuto do Desarmamento e flexibilizando a posse e o porte de armas. Moro ficou distante, quase omisso, neste debate.

Cabe realçar a iniciativa de onze ex-ministros da Justiça e da Segurança Pública de publicar na Folha de São Paulo, no dia 4 de junho de 2019, a sua "Carta aberta pelo controle de armas". Lá está dito: "O controle de armas e munições é uma agenda central para o enfrentamento do crime organizado e para a redução de homicídios", diz um trecho do manifesto.

Os ex-ministros continuam. "Apesar desses avanços, agora se articula o desmantelamento de uma lei largamente discutida, democraticamente votada e universalmente executada por diferentes governos (...) Como ex-ministros e cidadãos, estamos convencidos de que ampliar o acesso às armas e o número de cidadãos armados nas ruas, propostas centrais dos decretos publicados pelo Executivo federal, não é solução para a garantia de nossa segurança, de nosso desenvolvimento e de nossa democracia". Tudo indica que na questão vital da segurança pública, estamos pegando o atalho errado.

DEMOCRACIA, PARLAMENTARISMO E VOTO DISTRITAL MISTO

15 jun, 2019

"Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos."

*Montesquieu (1689-1755) 'Do Espírito das Leis', p.202.

A democracia se fundamenta em dois valores essenciais: liberdade e igualdade. É evidente que quando cotejados com a realidade social concreta, diversos problemas vêm à tona em relação aos princípios abstratos: como promover liberdade e igualdade entre desiguais?

Para operar esses princípios é preciso erguer um quadro institucional que evite o poder absoluto de qualquer ator político ou instituição, gerando freios e contrapesos que foram pensados por Montesquieu, a partir das reflexões de Aristóteles e John Locke.

Nas democracias avançadas temos duas grandes referências: o presidencialismo americano e o parlamentarismo europeu. No presidencialismo americano, o presidente tem posição forte, contrabalançada por uma Constituição enraizada, um Congresso também forte e costumes cristalizados historicamente. No parlamentarismo, há uma integração mais cooperativa entre os poderes executivo e legislativo, com vistas à formação da maioria parlamentar e do ambiente de governabilidade. Neste sentido, o presidencialismo é mais rígido e o parlamentarismo mais flexível. Mas não tem sido fácil formar maiorias na Europa.

Já aqui, nessas terras tropicais, ainda perseguimos a estabilização de um modelo de funcionamento de nossa democracia, tão duramente conquistada a partir de 1985. Muitas vezes no Brasil o Judiciário quer legislar e investigar, o Ministério Público quer julgar, o Congresso Nacional quer governar sem a contrapartida de oferecer maioria sólida e estável ao projeto de governo e o Executivo quer legislar através de decretos e ações e interferir na dinâmica do sistema judiciário via pressões políticas. Temos um presidencialismo forte, com uma Constituição de espírito parlamentarista, o que torna central a formação de maioria parlamentar.

Sempre que temos uma crise iminente de governabilidade volta-se a falar de parlamentarismo e no voto distrital misto. Não foi à toa que produzimos dois impeachments em curto espaço de tempo. A rigidez do presidencialismo gera um impasse radical se o governo se descola das ruas e da maioria congressual.

Sou parlamentarista até a medula e defensor do distrital misto. Mas sou obrigado a reconhecer as dificuldades para transitarmos para um novo modelo político.

Primeiro, a cultura brasileira é fortemente presidencialista, o que levou a duas vitórias nos plebiscitos de 1962 e 1993. Segundo, não temos partidos fortes e majoritários e burocracia permanente sólida e prestigiada. Por último, a maioria dos partidos brasileiros é contra mesmo diante do evidente esgotamento do "presidencialismo de coalizão".

Em relação ao sistema eleitoral distrital misto a maioria dos deputados não apoia por contrariar seus interesses imediatos. Compradores de voto, celebridades, representantes de categorias e segmentos religiosos e sociais não têm interesse na territorialização do voto.

Por tudo que foi dito, fica claro que temos um longo caminho a percorrer na construção de um modelo político democrático que assegure governabilidade, estabilidade e eficácia ao processo decisório.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NA RETA FINAL DA VOTAÇÃO

22 jun, 2019

O assunto mais comentado na imprensa e nas redes sociais continua sendo a reforma de nosso sistema previdenciário. Assunto polêmico e de repercussão ampla, que desencadeia um forte embate de opiniões dos mais variados matizes. É preciso muita serenidade e sensibilidade no tratamento do tema.

O Brasil precisa dar urgentemente uma guinada em seus destinos. O crescimento econômico é resistentemente baixo, o desemprego e o desalento assombram a vida de mais de 18 milhões de trabalhadores brasileiros, nosso desempenho nas avaliações internacionais de qualidade da educação é inaceitável, nos rankings de competitividade ficamos mal na foto e a capacidade fiscal dos governos gerarem políticas públicas impactantes é cada vez menor.

Para abordar uma crise tão profunda e cheia de faces não há a chamada "bala de prata", uma panaceia qualquer ou um nocaute espetacular. Temos que percorrer uma longa agenda de reformas e mudanças visando recuperar os investimentos, melhorar a infraestrutura, qualificar o capital humano, aumentar a produtividade, tornar o ambiente de negócios mais saudável. Na melhoria do ambiente institucional, três grandes reformas deveriam puxar a fila: a previdenciária, a tributária e a política.

Mas a bola da vez é a reforma previdenciária. E porque, apesar de não ser uma varinha mágica que resolverá todos os problemas nacionais, ela tem hoje centralidade e urgência?

A questão central hoje é o grave desequilíbrio das contas públicas. Isto impede a retomada dos investimentos, empurra os juros para

a estratosfera, inibe a ação governamental. E o elemento central e explosivo é o desequilíbrio previdenciário.

Nunca é demais repetir. O sistema previdenciário foi consolidado mundo afora no século XX para proteger o trabalhador idoso pobre que não consegue mais através do seu trabalho assegurar uma vida digna para si e sua família. O sistema tem que ser justo, portanto, do ponto de vista social. E sustentável, porque senão os direitos prometidos se assemelharão à venda de lotes na Lua.

O sistema brasileiro se esgotou, não é sustentável e muito menos justo. O déficit previdenciário cresce como bola de neve. E as futuras gerações é que pagarão o pato. E como dizer que é justo um sistema que concede um benefício médio de R$ 1.400,00 a dezenas de milhões de trabalhadores que se aposentaram no INSS e a outros poucos do regime próprio do setor público oferece aposentadorias e pensões médias entre R$ 9 mil e R$ 28 mil reais?

O relator da Comissão Especial, Deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), habilidoso e experiente, apresentou seu relatório refletindo a média das opiniões. Sabe que o pior inimigo do bom é o ótimo. O Presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) quer levar ao Plenário ainda em julho.

Mas a turbulência está só começando. A sociedade precisa aprofundar sua consciência sobre a gravidade da situação e agir junto à sua representação política no Congresso. Interesses feridos certamente exercerão forte pressão sobre os parlamentares. Muito ainda há que se aperfeiçoar.

Retirar estados e municípios da reforma é gravíssimo equívoco. Desidratar a reforma atendendo a pressões setoriais e corporativas, também. O sistema de capitalização virá mais cedo ou mais tarde. Mas o fundamental é que a reforma da previdência, robusta e eficaz, sirva de abre alas para tantas outras mudanças necessárias e o Brasil retome a geração de renda e emprego para sua população.

O ESTATUTO DO DESARMAMENTO E UM ESTRANHO NO NINHO

29 jun, 2019

Tudo indica que teremos mais três anos e meio pela frente marcados por relações tensas entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

É a primeira vez que o governo não tem base sólida nas duas casas legislativas. É evidente que o chamado presidencialismo de coalizão deu mostras de esgotamento. Mas a postura do presidente demonstra a intenção de polarizar sempre, ao invés de apostar no diálogo e na negociação, criando impasses permanentes.

O impasse da semana foi em torno dos decretos presidenciais que flexibilizaram o porte e a posse de armas. Nove entre dez juristas consideraram os decretos inconstitucionais.

Confesso que não sou especialista em questões de segurança pública. Nesse caso, vivi na pele a máxima dos Paralamas do Sucesso: "Entrei de gaiato num navio". Em 2017, foi instalada a Comissão de revisão do Estatuto do Desarmamento. Atendendo a apelos de ONGs como o "Sou da PAZ", o Instituto Igarapé e do ex-presidente FHC, mesmo não sendo especialista, concordei em ser membro. Jamais tinha presenciado uma discussão tão polarizada e sectária. Estudei profundamente o assunto e acompanhei todas as audiências públicas.

Junto com os deputados Raul Jungmann e Subtenente Gonzaga apresentei um substitutivo que flexibilizava a legislação com ponderação e responsabilidade. O substitutivo foi derrotado na comissão especial, mas contava com a simpatia das Polícias

Militares, das Forças Armadas e da Polícia Federal. A matéria, por diversos motivos, não foi a Plenário.

Agora Bolsonaro recuou, revogando os decretos. E mandou um projeto de lei que será apreciado pelo Congresso Nacional nos próximos meses.

Longe do radicalismo exacerbado do Brasil dos nossos dias, é preciso qualificar a discussão. Não é uma questão de ser contra ou a favor do governo. Não é um tema que deva ser tratado na base do "armar os bandidos e desarmar os cidadãos de bem". Muito menos a busca da lógica do "bandido bom é bandido morto" e da reinvenção de um faroeste pós-moderno. Todos queremos derrotar a violência e o crime organizado. A discussão é qual é o melhor caminho para uma política pública de segurança eficiente.

As polícias militares sempre recomendaram não reagir em casos de assalto ou assemelhados. O bandido tem todas as vantagens. Tem pouco a perder, tem ao seu lado o elemento surpresa e, muitas vezes, está drogado ou alcoolizado. De tudo que estudei e aprendi nas discussões é que ao armarmos a população indiscriminadamente o que crescerá são os crimes por motivos banais: passionais, de trânsito, de vizinhança, briga de jovens, etc.

Achar que armar o "cidadão de bem" tem poder dissuasório sobre os bandidos é grave equívoco. Prova disso são os assaltos a carros fortes. O bandido não desiste do crime, simplesmente se arma mais. E essa escalada irá criar uma espiral de crescimento da violência. Imaginem vocês o recente impasse com os caminhoneiros se estivessem todos armados. O decreto permitia isso.

O que precisamos é fortalecer o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), aprimorar a legislação penal, ter ações preventivas através de políticas sociais ativas e fortalecer o poder repressivo e as ações de inteligência de nosso aparato policial.

Tenho fé que o governo federal e o Congresso Nacional saberão achar os caminhos, longe dos preconceitos e radicalismos.

DEPOIS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, A VIDA CONTINUA: REFORMA TRIBUTÁRIA

06 jul, 2019

A Câmara dos Deputados deu alguns passos na direção da aprovação da reestruturação parcial do nosso sistema previdenciário. Pontos essenciais ainda serão definidos. Muitas concessões poderão ser feitas e tendem a desidratar o conteúdo, diminuir a equidade e tornar mais ralo o impacto fiscal. A mudança previdenciária é condição necessária, mas não suficiente para a reversão da crise. As projeções são de uma década perdida entre 2011 e 2020. Neste período, enquanto a Ásia emergente crescerá 93,0%, os EUA 24,5% e a União Europeia 18,5%, amargaremos uma marca que revela a paralisia do desenvolvimento brasileiro, 10,6%.

Outras medidas têm que ser tomadas para aumentar a produtividade, estimular o comércio exterior, diminuir os incentivos fiscais, abordar a agenda de reformas microeconômicas, privatizar estatais, conceder serviços públicos, construir parcerias público-privadas, dar eficiência a um Estado mais enxuto.

Mas de todas as ações necessárias no "day after" da reforma da previdência nenhuma tem a importância da mudança radical de nosso sistema tributário. Nossa carga tributária é alta para um país emergente e o perfil do nosso sistema é impressionantemente confuso, injusto, regressivo, ineficiente, burocrático, estimulando a sonegação, a elisão excessiva, a corrupção, a concentração de renda e obstaculizando o crescimento econômico e a modernização da economia. Como disse o ex-deputado Luiz Carlos Hauly, autor

do relatório aprovado da reforma em 2018: "O sistema é anárquico e caótico, quem pode mais chora menos", ou como gostava de caracterizar nas reuniões é "um verdadeiro manicômio tributário".

Não é nada fácil viabilizar politicamente uma verdadeira reforma que mereça o nome. Sobre redistribuição de renda é bom falar e difícil de fazer. Quem tem não quer perder, que não tem quer ganhar. E essa regra vale para a disputa entre os segmentos sociais, os setores econômicos e os três níveis de governo. Não sei por que algumas pessoas ficam assustadas ao saberem que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Os dois grandes sistemas institucionais (previdenciário e fiscal), que poderiam operar para diminuir desigualdades sociais, são concentradores e injustos. A carga tributária daqueles que têm até dois salários de renda familiar é superior a 50% e de quem tem mais de 30 salários mínimos menos de 30%. Isso reflete o predomínio de impostos indiretos, e não sobre a propriedade, a renda e a riqueza.

Mas, além disso, o sistema é ineficiente e prejudica o desempenho da economia. São impostos encavalados em cascata e com legislação descentralizada e confusamente complexa. Custo Brasil na veia.

Ou fazemos uma mudança estrutural profunda – previdência, tributos, orçamento, abertura da economia, reforma do Estado – ou não teremos futuro promissor. Isto depende de clareza de ideias e objetivos, liderança, capacidade política de construir consensos e participação ativa e consciente da sociedade. Não são ativos abundantes na atual conjuntura nacional.

Mas quem acha que vamos sair do círculo vicioso de nossa armadilha do crescimento para darmos respostas aos treze milhões de desempregados e cinco milhões de desalentados e também às novas gerações, sem coragem, atitude, e alguma dose da receita de Churchill ("Sangue, suor e lágrimas"), lastimo dizer: "chance zero"!

O FIM DO CICLO DA NOVA REPÚBLICA E DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

13 jul, 2019

Antes de recolher os votos na aprovação do corpo principal da Reforma da Previdência, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, em discurso denso e emocionado, fez uma enfática defesa da democracia e das instituições brasileiras. Disse ele: "Não haverá investimento privado sem democracia forte. Investidor de longo prazo não investe em país que ataca as instituições". Era uma clara referência aos violentos ataques ao Congresso Nacional e ao poder judiciário, particularmente ao STF, nas manifestações dos setores mais radicais do bolsonarismo-olavismo, que advogam um populismo autoritário.

Diante do vácuo gerado pela indefinição do novo modelo de relacionamento entre os poderes republicanos e das fragilidades da articulação política do Palácio do Planalto, o Congresso Nacional optou por desenvolver uma agenda própria, liderando as transformações necessárias para a superação da presente crise. No mesmo discurso, o deputado Rodrigo Maia reafirmou o protagonismo do Congresso e sinalizou os próximos passos: Reforma Tributária e reorganização do serviço público.

Há trinta anos, o cientista político Sergio Abranches cunhou o termo "presidencialismo de coalizão" que ficou famoso para descrever a conjugação do nosso sistema eleitoral proporcional de lista aberta, o multipartidarismo e a escolha de mandatários do poder executivo sem vinculação às eleições legislativas. Foi o que vigorou no país de 1985 a 2018. O ciclo político da Nova República, inaugurada sob a liderança e Ulysses Guimarães e Tancredo Neves,

teve seu fim decretado com a eleição disruptiva de 2018. O sistema político tradicional que sustentou o presidencialismo de coalizão foi derrotado em função da deterioração de seu funcionamento pela exacerbação do patrimonialismo, do clientelismo, da corrupção e de sua disfuncionalidade. Isto não apaga as expressivas vitórias econômicas, sociais e políticas. Mas já há consenso que o presidencialismo de coalizão morreu junto com a "velha política", embora ninguém se arrisque a dizer o que o substituirá. É uma obra em construção.

Será um "parlamentarismo" disfarçado? Será um caminho permanente de conflitos e impasses entre os poderes? Como enfrentar as mudanças necessárias sem uma maioria parlamentar sólida? Ninguém ousa ainda arriscar. Algo novo nascerá.

O cenário futuro exigirá um reposicionamento de todas as forças políticas. O vice-presidente Marco Maciel gostava de dizer "que ideias são boas para a academia, mas a política no Brasil é fulanizada". Numa precoce visão sobre 2022 é possível visualizar que a disputa presidencial já tem dois polos definidos. O bolsonarismo de um lado, e de outro, a esquerda dividida entre Ciro Gomes e PT, que não estão se reciclando diante dos novos tempos. Resta um vazio ao centro do espectro político. Creio que serão necessárias ousadia e coragem para produzir uma reaglutinação criativa do campo democrático e reformista. Novos tempos exigem novas ferramentas. Em torno de princípios como a defesa da democracia, do combate às desigualdades, da economia de mercado, do Estado modernizado, da sustentabilidade ambiental e da ética, podemos criar um novo e forte partido para preencher o enorme vácuo existente hoje entre os extremos radicais que disputam a hegemonia política.

A SOCIAL DEMOCRACIA MORREU. VIVA A SOCIAL DEMOCRACIA!

20 jul, 2019

Ninguém mais tem dúvidas que o século XXI embaralhou o mundo das ideias e abalou os paradigmas ideológicos. Após a Revolução Industrial vivemos sob a polaridade entre capital e trabalho, liberalismo e socialismo. O Estado mínimo cuidava apenas de assegurar curso à ordem constitucional e jurídica, preservar a estabilidade da moeda e da defesa nacional. O resto caberia à sociedade e aos indivíduos empreendedores. Era a famosa "mão invisível" de Adam Smith. As condições selvagens de organização do trabalho e da produção no mundo urbano-industrial, no entanto, despertavam forte resistência dos movimentos dos trabalhadores e dos socialistas.

O fim da bipolaridade começa já no final do Século XIX, com o nascimento da tendência reformista liderada Lassalle. Começava a surgir a ideia não de uma ruptura revolucionária, mas de reformar por dentro a democracia liberal e a economia de mercado. Em 1917, o socialismo revolucionário passa a ser real com a experiência soviética. As duas grandes guerras e a profunda recessão de 1929 cristalizaram a divisão do movimento socialista. Nascia a socialdemocracia.

A dissolução da URSS e a queda do Muro de Berlim decretaram a falência do socialismo real. A globalização avançou. Vieram a internet e as redes sociais. As bases da democracia clássica começam a ser questionadas. Este é um processo em curso.

Antes mesmo, o Estado assumiu configuração muito mais complexa, intervindo no mundo capitalista e democrático através

da tributação, do gasto público, das políticas sociais e da regulação da economia de mercado. O fato é que os três grandes paradigmas ideológicos entraram em crise na morte do socialismo, na crise mundial de 2009 que colocou em xeque ingenuidades liberais e na crise fiscal do Estado de Bem Estar Social. Como disse outro dia o ex-deputado Roberto Brant: "Não foi a socialdemocracia que acabou, o que acabou foi o dinheiro".

O Brasil vive um momento de inédita polarização e radicalização ideológica. Muita calma nessa hora. É preciso enorme cuidado na manipulação de categorias teóricas, conceitos e princípios. Ou alguém acha que Trump é o ícone do liberalismo? Será que o capitalismo autoritário de Estado na China tem algo a ver com comunismo? Alguém imaginava a CDU e a socialdemocracia alemã, arqui-inimigos históricos, de mãos dadas resistindo aos extremos? A caricatura do "socialismo bolivariano" na Venezuela e a débâcle de Cuba devem inspirar alguém? A globalização é a coroação do liberalismo permitindo o livre trânsito de capitais e mercadorias, mas não de pessoas?

Novos conceitos imprecisos surgem: populismo autoritário, liberais na economia e conservadores nos costumes, esquerda democrática, terceira via, liberalismo conservador, liberalismo progressista. Enfim, há um novo mundo a exigir novas ideias.

O importante é que no Brasil e no mundo há um amplo espaço de diálogo entre liberais, socialdemocratas, democratas cristãos, socialistas democráticos em torno dos desafios contemporâneos acerca da democracia, da economia de mercado socialmente regulada, da sustentabilidade ambiental, do combate às desigualdades e da mudança do papel do Estado.

Diante do complexo e desafiador cenário contemporâneo o melhor é ficar com Raul Seixas: "prefiro ser essa metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo".

DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO ESTATAL (I)

27 jul, 2019

No centro do debate contemporâneo, no Brasil e no mundo, está a discussão sobre o papel do Estado e o modelo de intervenção governamental.

Por trás disso há elementos teóricos, políticos e evidências históricas. No plano teórico, o liberalismo disseminou a ideia que o livre movimento das forças de mercados, tendo como sinalizador o sistema de preços relativos, promoveria por si o equilíbrio microeconômico e macroeconômico a partir das flutuações de oferta e demanda de bens, serviços e da moeda. Autores como Walras, Misses, Bohm-Bawerk, e depois, Hayek e Friedman, acreditavam que o mercado deveria ser o grande maestro da economia.

Por outro lado, a evolução da economia demonstrou que a concorrência não era perfeita, que haveria grandes assimetrias de informações e posições entre empresas e consumidores, que monopólios e oligopólios nasceram e que o equilíbrio não era uma tendência natural. A que a economia capitalista teria uma dinâmica cíclica, com períodos de expansão alternados com crises. Marx, Keynes, Schumpeter, Kontratieff, Kalecki explicaram de diversas maneiras os movimentos cíclicos da economia, exigindo a ação governamental para compensar as imperfeições no funcionamento do mercado.

Essas polêmicas não são meramente teóricas e contaminaram a dinâmica política na evolução do papel do Estado e no jogo de disputa pelo poder. No nascedouro do capitalismo o papel do Estado

era mínimo. Não havia sequer sistemas públicos de educação, saúde e previdências. E a intervenção econômica dos governos se limitava a assegurar a liberdade de mercado e a estabilidade da moeda. A experiência histórica concreta delimitou assim, grosso modo, com suas nuances e calibres, os três polos na disputa pela condução dos destinos da sociedade: o liberalismo, que continua advogando a total prevalência do mercado e a ineficiência de quase toda intervenção estatal; a socialdemocracia e seu Estado de Bem Estar Social, que admite o mercado como mais eficiente na orquestração da alocação dos fatores produtivos, mas enxerga as imperfeições de seu funcionamento e advoga a necessidade da intervenção governamental para combater desequilíbrios e desigualdades; e, o Estado máximo que foi exercitado pela experiência do socialismo real e deu com os "burros n'água".

A história parece ter dado razão aos que enxergavam não a tendência ao equilíbrio geral, mas os movimentos cíclicos da economia e a produção continuada de desigualdades, paralelo ao inegável e vigoroso avanço das forças produtivas promovida pela evolução do capitalismo.

A globalização reduziu radicalmente a margem de manobra dos Estados Nacionais. Como disse no último artigo, os paradigmas ideológicos estão problematizados. Vivemos um momento de instabilidade. A China "comunista" incorporou o mercado à sua vida. As reações protecionistas e nacionalistas presentes à direita e à esquerda – estranha convergência – presentes na ação de Trump, no Brexit, nas posições da extrema-direita e na extrema-esquerda europeias, ameaçam o horizonte com uma perspectiva regressiva e antiglobalista.

Na próxima semana, voltarei ao tema, tentando refletir sobre as repercussões deste debate no Brasil, que, a meu juízo, tem na sociedade e nas instituições uma cultura anticapitalista arraigada e uma viciada dependência da ação intervencionista do Estado.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTERVENÇÃO ESTATAL (II)

03 ago, 2019

Fica claro que o papel do Estado é uma questão em aberto e que não há receitas prontas e exatas. A realidade sepultou os sonhos daqueles que advogavam um Estado máximo, onde o planejamento centralizado substituísse os mecanismos de mercado.

A questão passa a ser a calibragem ideal entre o livre jogo das forças de mercado e a intervenção regulatória e de política econômica do aparato governamental. Mas as crises cíclicas, os desequilíbrios e as desigualdades impõem algum grau de intervenção e arbitragem do Estado. Esta não é uma questão abstrata e depende das circunstâncias históricas concretas.

O Brasil faz parte do bloco dos países de industrialização tardia. Até a década de 1930, tínhamos a dinâmica de acumulação capitalista liderada pelo setor agroexportador herdado de nossas raízes coloniais e escravistas.

A industrialização por substituição de importações se deu com alta participação e indução estatal. Até a organização do mercado de trabalho partiu do Estado com a CLT. No período getulista, no Plano de Metas de JK e no Segundo PND de Geisel, mecanismos de incentivos e proteção cambiais, creditícios, fiscais foram usados a esmo de forma heterodoxa em nome do objetivo central da industrialização do país. Sem falar na intervenção direta do Estado-empresário em setores como petróleo, mineração, siderurgia, energia e telecomunicações. O resultado foi um país de razoável nível de complexidade industrial, um agronegócio moderno e

competitivo e os maiores índices mundiais de crescimento entre o pós-guerra e 1980.

Mas a atual crise expõe a necessidade de mudanças radicais. A crise fiscal aguda impede qualquer sonho de reprodução do protagonismo do Estado. A economia contemporânea exige descentralização, inovação, flexibilidade. As respostas virão dos investimentos privados. E é preciso criar o ambiente de negócios adequado.

As características do desenvolvimento capitalista nos legaram disseminadas na sociedade e nas instituições uma cultura anticapitalista, uma visão paternalista da ação do Estado e um baixo espírito empreendedor e inovador.

É evidente que temos que ter políticas públicas para garantir a equidade social e ações muito bem calibradas do governo para regular e combater desequilíbrios e distorções de mercado. Mas temos que deslocar o protagonismo para a sociedade e para os empresários e a ação do Estado para a órbita exclusiva do social e historicamente necessário.

O anacronismo ideológico tenta impregnar o debate político com visões atrasadas e preconceituosas em relação à dinâmica capitalista.

Pergunto: qual foi o mal causado pelas privatizações dos setores de mineração, siderurgia, telecomunicações e aeronáutico? E a quebra do monopólio estatal da PETROBRAS? Ao contrário, os resultados positivos são visíveis. Para que insistir em tabelamentos e controles excessivos de preços ou no paternalismo excessivo nas relações trabalhistas quebrado com a recente reforma trabalhista? Qual foi o resultado da última onda intervencionista da chamada Nova Matriz Econômica da era Dilma, com a desorganização do setor elétrico, do açúcar e álcool, "campeões nacionais" e voluntarismo fiscal? Um desastre!

Portanto, precisamos de menos retórica ideológica e mais pragmatismo e competência. Menos Estado e mais sociedade e mercado. Mais Brasil e menos Brasília.

REDES SOCIAIS, DEMOCRACIA E A SOCIEDADE HIPERCONECTADA

10 ago, 2019

Tempos confusos, tempos conturbados, mudança multidimensional e estrutural que se dá em meio à agonia e a incerteza são expressões utilizadas pelo primeiro e talvez maior intérprete da "Sociedade em Rede", o sociólogo espanhol Manuel Castells, para qualificar os desafios da ruptura de paradigma representada pela revolução produzida pela Internet e suas redes sociais.

Como participante de uma geração "pré-Internet" sempre acreditei que democracia era tornar cada vez mais público o que é público e cada vez mais privado o que é da órbita individual. Mas a verdade é que parecemos condenados a viver numa "sociedade BBB", hiperconectada, exibicionista, transparente além de qualquer limite e com uma concentração absurda de informações e poder em mãos das grandes plataformas utilizadas. É uma tendência universal e irreversível. A hiperexposição de tudo e todos têm vantagens e desvantagens. Ainda na era analógica, o grande cronista e teatrólogo Nelson Rodrigues cravou: "Se cada um soubesse o que o outro faz dentro de quatro paredes, ninguém se cumprimentava".

A evolução do mundo moderno foi marcada pelas inovações tecnológicas que resultaram em saltos qualitativos na forma de produção e convívio social. A Internet foi mais uma inovação disruptiva e transformou a vida em suas dimensões econômica, social e política.

A inovação é neutra do ponto de vista moral e ético. O uso e suas consequências dependem de quem a utiliza. A Internet

pode servir para grandes campanhas humanitárias e à difusão de conhecimento, mas também pode ser instrumento de redes de pedofilia. Há registros de que Santos Dumont e Einstein morreram carregados de tristeza em face do uso nas duas Grandes Guerras do avião e da bomba atômica, filha da famosa fórmula.

A internet e as redes sociais propiciaram um enorme aumento da produtividade e de eficiência na economia, mudaram padrões de comportamento e relacionamento entre as pessoas possibilitando maior aproximação em escala global e construíram uma poderosa ferramenta para o aprofundamento da democracia participativa, propiciando maior transparência e controle social sobre os processos de decisão.

Mas os efeitos negativos também vieram à tona. Eventos como as interferências no plebiscito do Brexit e na última eleição americana, assim como o vazamento de informações hackeadas de centenas de autoridades brasileiras colocam uma série de interrogações no horizonte. Soma-se a isso o uso de dados pessoais e o monitoramento de comportamentos individuais com objetivos mercadológicos, sem a total consciência e controle dos usuários. O "vício em redes" já começa a ser tratado como doença nociva à saúde.

Não é diferente o mau uso das redes sociais no Brasil, onde a plataforma fantástica de debate democrático transformou-se em ferramenta de fakenews, ataques violentos e abjetos a pessoas e desqualificação de instituições fundamentais.

A Internet e as redes vieram prá ficar. Não se deve jogar fora a criança recém-nascida junto com a água suja do banho. A regulação é extremamente difícil. Os hackers da "Vaza Jato" estavam em Araraquara, mas poderiam estar no Paraguai, em Miami, na Rússia ou na China.

O problema não está na ferramenta, um monumental avanço. Mais uma vez o centro da transformação está no avanço educacional e cultural dos seus usuários.

OS OBSTÁCULOS NO CAMINHO DA REFORMA TRIBUTÁRIA

17 ago, 2019

O Congresso Nacional, reafirmando seu atual protagonismo, deu a largada para acelerar as discussões acerca da mudança do sistema tributário nacional. A Câmara dos Deputados instalou a comissão especial que apreciará a PEC que desencadeará a reforma desejada. No último dia 13, o deputado relator Agnaldo Ribeiro (PP-PB) apresentou seu plano de trabalho. Ele prevê a realização de diversos seminários e audiências públicas e a apresentação e a votação do relatório em outubro de 2019.

É sabido que nossa carga tributária é alta para os padrões de um país emergente, tendo atingido o pico histórico em 2018, chegando aos 35,07% do PIB. Ainda assim vivemos a mais profunda crise fiscal, o que demonstra que o tamanho do Estado e a estrutura de gastos estão muito acima da capacidade contributiva da sociedade e da economia brasileiras. Além disso, o atual sistema é complexo, confuso, disfuncional, burocrático, excessivamente caro e regressivo. É preciso ainda estancar a chamada guerra fiscal.

Quais as dificuldades que antevejo na travessia para a aprovação da reforma? Em primeiro lugar, há um efeito paralisante que sempre obstruiu outras tentativas de reforma a partir do conflito distributivo embutido em qualquer mudança dessa natureza. Há perdas e ganhos, "vencedores" e "perdedores", e os interesses feridos naturalmente se mobilizam para evitar as mudanças. A discussão sobre quem pagará a conta não é trivial e pacífica.

Outra questão delicada é o conflito de interesses de natureza federativa. Há um clima justificável de desconfiança recíproca.

O governo federal, desde a Constituição de 1988, alimentou a elevação exponencial da carga tributária através da criação de contribuições não compartilhadas com estados e municípios. Casos como o de Minas Gerais, no qual o governo estadual sequestrou receitas constitucionais dos municípios, também jogam lenha na fogueira das desconfianças. Isto é agravado sobremaneira pelo grande estrangulamento orçamentário nos três níveis de governo. Ninguém está em condições de perder receitas.

Uma última questão é qual seria o modelo tributário consistente e eficaz diante da economia do Século 21 e suas profundas transformações estruturais e dinâmica inovadora.

Existem quatro principais propostas na mesa de discussões. A apresentada pelo deputado Baleia Rossi (PMDB-SP), engendrada pelo Centro de Cidadania Fiscal, liderado pelo economista Bernado Appy, que foca unicamente na criação de Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) a partir da unificação do IPI, do ICMS, ISS, PIS e Cofins. Outra proposta avançada é a do ex-deputado Luiz Carlos Hauly, que contempla uma base mais ampla para o futuro IVA, introduz alterações no IR e propõe uma nova contribuição sobre movimentação financeira para compensar a desoneração da folha e estimular a geração de empregos. O ministro Paulo Guedes apresentará nos próximos dias sua proposta com um IVA mais tímido, alterações substanciais no IR e uma proposta de desoneração da folha. Já o movimento empresarial BRASIL 200 defende a tese do Imposto Único sobre transações financeiras e saques.

Muita água ainda vai rolar debaixo dessa ponte. O jogo só está começando. O importante é aproveitar a rara energia política reformista reunida hoje para simplificar e tornar mais justo e eficiente nosso sistema tributário.

IMPASSE DA MATURIDADE

24 ago, 2019

Passados mais de 30 anos do lançamento dos pilares para construção do Sistema Único de Saúde (SUS), no processo Constituinte de 1988, que implicou na mudança de paradigma na organização do sistema público de saúde no Brasil, chegou o tempo da maturidade; e é hora de enfrentar os novos desafios colocados. Faz-se necessário abandonar a velha retórica que tece sempre loas ao SUS e mascara problemas efetivos a serem enfrentados. Os avanços são inegáveis, mas é preciso reconhecer a distância abissal que existe a separar o SUS constitucional daquele que ganha vida real e concreta no cotidiano da população.

Trinta anos depois, o SUS não é nem o 'paraíso' presente no discurso de alguns gestores e sanitaristas mais entusiasmados, nem o caos que ocupa, por vezes, as manchetes de parte da mídia e os discursos demagógicos de políticos populistas. O SUS é uma obra em permanente construção. Com tropeços e obstáculos, gargalos e vazios assistenciais sempre presenciamos avanços permanentes. Todavia, é inevitável perceber retrocessos nos últimos anos diante da brutal recessão e do agravamento da crise fiscal.

A grave restrição fiscal indica o pequeno espaço para incrementos reais significativos no orçamento do SUS nos planos nacional, estaduais e municipais nos próximos anos, o que dependerá fundamentalmente da capacidade negociadora dos gestores diante do sistema político decisório e da sociedade brasileira. A Emenda Constitucional que versa sobre o limite de gastos públicos, fixa um teto agregado e global por poder, mas não tetos setoriais.

A crise federativa, o estrangulamento orçamentário grave dos municípios e estados, a grande expectativa despertada pelos novos governos a partir das eleições de 2018 e a crise econômica dos últimos anos que aumenta a demanda sobre o SUS dramatizam o desafio.

O sistema público de saúde tem gestão e financiamento compartilhados em um país continental. Nenhuma nação no mundo apostou tão radicalmente na descentralização das políticas de saúde. Teremos, portanto, que administrar bem a ansiedade por resultados imediatos. A solidariedade entre os gestores das três esferas de poder é chave para a solução de problemas complexos.

Hoje é sabido que as estruturas flexíveis de gestão de serviços de saúde são muito mais eficientes e têm maior produtividade. É preciso traçar um rumo claro em relação aos arranjos institucionais ideais para os níveis de atenção primária, secundária e terciária à saúde.

O subfinanciamento do sistema público brasileiro de saúde é uma realidade incontestável desde seu nascimento. Diante da crise fiscal que inibe a expansão de gastos públicos no Brasil nos próximos anos e o subfinanciamento crônico do SUS é preciso investir pesado em inovação e melhoria da produtividade dos recursos, combatendo ineficiências e fazendo mais e melhor com cada real.

A reforma sanitária brasileira produziu uma mudança radical: de um sistema de acesso excludente para um de acesso universal; de uma centralização autoritária para a municipalização radical; de um modelo assistencial hospitalocêntrico e altamente medicalizada para a primazia da atenção da atenção primária e da vigilância em saúde; de uma fragmentação sistêmica para uma lógica única e integradora do ponto de vista federativo e assistencial com a organização de redes.

Depois de 30 anos de existência do SUS, chegamos ao impasse da maturidade: a contradição entre um marco constitucional e legal excessivamente generoso e aberto, financiamento insuficiente e pressão de custos crescentes em função da transição demográfica e da veloz incorporação de inovações tecnológicas.

Diante de tamanho desafio, temos que perseguir a busca de novas fontes de financiamento. Paralelamente, é essencial melhorar a gestão dos recursos existentes. Podemos qualificar melhor princípios constitucionais e legais, introduzir ferramentas de gestão mais eficientes e identificar formas de melhorar o financiamento.

Não há mais lugar para discursos ufanistas. As mazelas e os gargalos presentes no dia a dia do usuário do SUS saltam aos olhos. Diante disso, a pior atitude é a inércia ou o refúgio em um fundamentalismo sem base real. A conquista da utopia dos constituintes é um processo permanente. Estancar os retrocessos e ter ousadia para mudar o que é preciso mudar, arquivando dogmas e 'vacas sagradas' e enfrentando com realismo e coragem as novas perguntas que a realidade coloca diante de nós, parece ser o caminho.

SONHOS, CONQUISTAS E TROPEÇOS

31 ago, 2019

O artigo poderia se chamar simplesmente "Por que não vou assumir". Nas últimas eleições obtive 72.099 votos para deputado federal. Votação maior que a de dezenove dos eleitos e a maior entre centenas de suplentes. Fiquei como primeiro suplente da coligação. Agora, com a licença temporária do experiente deputado Bilac Pinto, fui convocado para assumir a vaga.

A vida pública e a militância política sempre foram o centro de minha trajetória. Comecei muito cedo. Em 1976, com apenas dezesseis anos, liderei a maior manifestação secundarista pós-68 em Juiz de Fora. Em sequência, participei do movimento pela Anistia e presidi o Diretório Acadêmico de Economia e o Diretório Central dos Estudantes da UFJF. Fruto dessa experiência, aos 22 anos, em 1982, me elegi vereador na histórica campanha ao lado de Tancredo Neves, Itamar Franco e Tarcísio Delgado. As forças democráticas conquistaram uma grande vitória abrindo o horizonte para a Nova República. Minha motivação sempre foi alimentada pela busca da liberdade, da justiça social e do desenvolvimento econômico sustentável. Portanto, a minha recusa em assumir o mandato temporário nada tem a ver com qualquer postura antipolítica. Ao contrário, é uma homenagem e um reconhecimento a todos aqueles que se dedicam à mais nobre atividade humana, a maior ferramenta para melhorar o mundo e transformar a vida.

Nos trinta e três anos do ciclo da Nova República avançamos muito. Consolidamos a democracia, derrotamos a hiperinflação, iniciamos o combate às desigualdades, construímos as bases do

SUS, universalizamos o ensino fundamental, modernizamos o Estado, privatizamos estatais ineficientes, introduzimos a preocupação com a responsabilidade fiscal. Mas é inevitável sentir nos resultados de 2018 certo gosto amargo de fracasso geracional. A criminalização da política, a forte rejeição no seio da sociedade aos políticos, a desmoralização do quadro partidário tradicional, a corrupção endêmica revelada pela Lava Jato e a radicalização extrema do jogo político foram me transformando em uma "ideia fora do lugar", um "peixe fora d'água".

A ideia predominante de que o político não trabalha e vive rodeado de privilégios sempre me incomodou. Vinha crescentemente sentindo um desconforto com o novo quadro da era dos radicalismos e das frenéticas redes sociais. Sou um político do Século XX perdido no Século XXI. Minhas referências inspiradoras foram Tancredo, Ulysses, Mário Covas e FHC. O mundo mudou e eu não consegui mudar na velocidade necessária. Sou um político de estilo europeu – orgânico, ideológico, partidário, coletivo – perdido nos trópicos, onde impera cada vez mais o individualismo e a espetacularização da política. Sou um conciliador, afeito ao diálogo, incompatível com os atuais níveis de intolerância, sectarismo e radicalização. Não quero mais disputar eleições. Mas estarei sempre ativo e militante por perto.

Nestes oito meses, após 42 anos de militância e 36 anos de vida pública ininterrupta, redirecionei minhas energias para o setor privado. Seria uma irresponsabilidade com os compromissos assumidos e com minha família dar um cavalinho de pau numa aventura temporária de retorno à Câmara dos Deputados.

Agradeço aos eleitores, aos prefeitos, vereadores e lideranças que sempre me acompanharam. Contem sempre comigo, agora de uma nova forma.

PORQUE FICAMOS PARA TRÁS

07 set, 2019

O que não deu certo? Quais as razões para o Brasil ter perdido a sua trajetória de desenvolvimento? A reflexão essencial foi lançada pelo Acadêmico Edmar Bacha, um dos maiores economistas brasileiros, em sua conferência na Academia Brasileira de Letras. É intrigante mergulhar nesta discussão, já que o país foi conhecido como uma máquina de crescimento do pós-guerra até a crise de 1980, com maiores taxas médias anuais de 7,5%.

E não se trata de nenhum "complexo de vira-lata" ou pessimismo crônico. Os dados falam por si. Ao se comparar o PIB per capita de Brasil, Chile, China e Coréia do Sul revela-se um triste retrato da realidade: o Brasil que em 1980 ocupava a melhor posição, amarga hoje o último lugar. Em relação à Coreia do Sul, por exemplo, que tinha no início da década dos anos 1970 renda per capita menor que a nossa, fechou 2018 com um indicador 2,5 vezes superior a de nosso país.

Cabe registrar que apenas 130 anos atrás tínhamos ainda relações escravistas de produção. De 1988 a 1930 predominou o modelo primário exportador. Nossa industrialização tardia, entre 1930 a 1980, foi em ritmo acelerado e "marcha forçada" baseada em alto grau de intervenção estatal e fechamento da economia através do processo de substituição de importações. De 1980 até 1995 vivemos um período turbulento de instabilidade com a hiperinflação batendo às portas e estrangulamentos no Balanço de Pagamentos. O Plano Real desencadeou um novo ciclo, mas as conquistas do período foram colocadas em risco pelos equívocos

do Governo Dilma, resultando em recessão, desemprego e crise de confiança.

O professor Edmar Bacha se detém na análise de algumas das causas desta trajetória. A primeira é o baixíssimo coeficiente de abertura ao comércio exterior. A mediana de doze países selecionados que romperam as amarras da pobreza revela um nível de comércio exterior de 75% do PIB. Enquanto no Brasil representa apenas 24% do PIB. Segundo Bacha, para se ter crescimento e incremento na produtividade, as empresas precisam de tecnologia, escala, especialização e concorrência, coisas que só uma economia aberta pode garantir.

Outro aspecto que explica nosso crescimento raquítico é a combinação entre baixa poupança, aumento dos preços dos bens de capital e produtividade insatisfatória. Isto tem a ver com o fechamento da economia, mas também como nossos problemas na educação e no processo de inovação científico-tecnológico.

Não foge também do alcance de Edmar Bacha a dramática situação fiscal que impede o governo de promover a agenda social – educação e cultura, saneamento e saúde, habitação, mobilidade urbana, segurança – essenciais pra que as pessoas se tornem mais produtivas. E também para superar os gargalos da situação desastrosa de nossa infraestrutura. Para recuperar a saúde financeira do setor público só mudando o perfil do gasto, atacando os gastos excessivos com previdência e pessoal e atraindo capitais privados para parcerias público-privadas, privatizações e concessões. Some-se a isso o intervencionismo estatal – controle de preços, quebra de contratos, regulação exagerada- e um ambiente institucional instável e hostil aos investimentos.

Edmar Bacha conclui: “A busca da República ainda incompleta deve ser simultaneamente liberal e progressista”.

ASSIM CAMINHA A HUMANIDADE OU PARA ONDE VAMOS

14 set, 2019

Vivemos a era das incertezas plenas. Se alguém souber algo sobre para onde vamos, escreva um livro rápido, será best-seller global. As coisas andam um tanto embaralhadas. No século 20 tínhamos a Guerra Fria e sua bipolaridade clara. Essa referência naufragou, embora alguns insistam em enfrentar falsos moinhos de vento ideológicos. A globalização enfraqueceu a autonomia dos estados nacionais. A internet e as redes sociais radicalizaram a integração global. As criptomoedas e a mobilidade do capital financeiro desafiam a capacidade dos Bancos Centrais.

A democracia, ideia supostamente consolidada e vitoriosa, sofre ameaças em vários cantos. O desemprego estrutural e a migração dos que fogem da miséria provocam temores e instabilidade. Será que apenas mercadorias e capitais podem ter ampla circulação? As pessoas não? Que liberalismo é esse? O nacionalismo autoritário ressurge das cinzas entre vácuos e interrogações do mundo contemporâneo. O que nos reservará o futuro?

Quem diria que na terra de George Washington, Thomas Jefferson, Abraham Lincoln, Franklin Roosevelt, Eisenhower, Kennedy, Clinton e Obama, iria surgir um líder disruptivo como Trump? Ele e seu desprezo pela democracia e pelas instituições. Ele e sua desestabilizadora guerra comercial. Ele e seus preconceitos, idiossincrasias e agressividade. E os democratas com dificuldades de erguer um projeto alternativo de poder. Como será o mundo se tivermos mais quatro anos de Trump à frente da nação líder do mundo ocidental?

E o reinado de 20 anos de Vladmir Putin na Rússia? Seus métodos heterodoxos asseguraram a estabilidade política e o progresso econômico e uma relação contraditória com os EUA de cooperação e conflito. Democracia, pra quê? Pode se esperar daí alguma resposta?

De outro lado, o "capitalismo de Estado", o "socialismo de mercado", ou seja lá o que for da China e seu exuberante crescimento econômico que prenuncia uma nova hegemonia, à custa do sacrifício da democracia e de um pragmatismo que incomoda meio mundo.

A Europa, berço da democracia, enfrenta seus dilemas e desafios patinando numa crise crônica sem oferecer horizonte seguro. Sinais contraditórios são emitidos pelo "Velho Mundo". O Brexit e seus impasses. A Itália dando um chega pra lá no líder ultradireitista, Matteo Savini. Macron, o reformista francês, enfrentando súbita queda de popularidade. A "Geringonça" portuguesa apresentando resultados inesperados. O Psoe de Pedro Sánchez tentando assegurar governabilidade na Espanha. A maior estadista europeia, Angela Merkel, preparando sua retirada de cena com perspectivas sombrias para a próxima eleição nacional. Da Europa também não recebemos respostas animadoras para as angústias do século 21.

Sem falar nos mistérios do mundo árabe, na miséria desafiadora da África e do ocaso do bolivarianismo na América Latina.

Muitas perguntas, poucas respostas animadoras. E o Brasil? Ficará deitado em berço esplêndido assistindo aos conflitos e tensões do mundo globalizado. Há muito estamos perdendo oportunidades. Perdemos a rota do desenvolvimento, possuímos desigualdades sociais absurdas, erguemos uma economia diversificada, mas com um grau de fechamento dos maiores e com reformas macroeconômicas necessárias e inconclusas.

Se alguém tiver respostas sólidas, escreva rápido, aguardamos ansiosos. E La nave va!

EQUILÍBRIO NECESSÁRIO

21 set, 2019

Não há outro caminho legítimo para a construção do futuro que não o da democracia. A liberdade é o valor mais precioso na alma humana. Se isso é verdade, há que se cuidar dela. E não há democracia sem política. E ela pressupõe partidos, eleições, candidaturas, participação popular, representantes, respeito à diferença, tolerância, diálogo, construção de consensos e a busca da verdade.

Digo isto porque apesar das eleições de 2018 terem se dado sob um forte sentimento antipolítica, nunca houve tanta participação política como hoje no Brasil, com um debate intenso e acalorado, esbarrando muitas vezes na intolerância e no sectarismo.

Nesta hora, se fazem necessários: equilíbrio, discernimento, serenidade e respeito aos direitos individuais e coletivos. E para isto é fundamental separarmos joio e trigo, justos e pecadores, honestos e corruptos.

Imaginem um deputado honesto, correto, de biografia limpa, respeitado por todos de A a Z, exemplo de ética e compromisso social. Imaginem um deputado federal dedicado e sério que se tornou ao longo dos anos o maior especialista em políticas sociais de toda a Câmara. Imaginem um deputado que pela excelência de seu trabalho conquistou nas urnas sete mandatos, sempre com campanhas modestas, para representar Minas Gerais e particularmente a causa das pessoas com deficiência. Se você conseguiu imaginar, o nome dele é Eduardo Barbosa.

Pois é, neste turbilhão de denúncias, investigações, delações, desvios em que se transformou o Brasil, Eduardo e todos nós fomos

surpreendidos com a atitude da Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, que no apagar das luzes de seu mandato, apresentou denúncia contra ele, por supostas distorções na execução pela Federação das APAES de Minas Gerais de convênio oriundo de emendas parlamentares dele.

Como secretário estadual de saúde fiz vários convênios com as APAES de nosso estado nas áreas de fisioterapia, logística, saúde bucal e no credenciamento dos serviços de saúde. Não tenho medo de errar em dizer que a Federação das APAES é a entidade do terceiro setor mais bem organizada de todo estado. Quando cheguei ao Congresso Estadual das APAES para assinar o primeiro convênio, lá estava um graduado técnico do TCU orientado os gestores como bem executar convênios com o poder público. Fomos parceiros nas "Jornadas pela Inclusão" e durante todo o tempo pude testemunhar a profundidade e a seriedade das ações empreendidas.

O Convênio envolvia um milhão de reais. Os investimentos resultaram na realização em 34 cidades mineiras dos Fóruns Regionais, com a participação de 6.262 pessoas, do Fórum Estadual, em Uberlândia, com a participação de 475 pessoas e do Festival Nossa Arte, em São Lourenço, com 2.800 participantes. Só quem já participou pode aquilatar sua imensa importância. O Tribunal de Contas da União aprovou a prestação de contas. E agora surpreendentemente surge esta descabida denúncia.

A vida de Eduardo Barbosa fala por si, ele não precisa de defesa. Mas entre a indignação e a perplexidade não poderia deixar de fazer esse registro.

Que o Poder Judiciário corrija o mais rápido possível este grave equívoco, para que na cabeça de um povo tão desesperançado um político exemplar como ele não seja jogado injustamente no lodaçal de corrupção em que maus políticos jogaram a vida pública brasileira.

SÃO VIDAS, NÃO ESTATÍSTICAS

28 set, 2019

Certa vez li uma crônica de Marina Colasanti que me marcou profundamente onde ela concluía com uma interpelação: "A gente se acostuma, eu sei, mas não devia". Banalizar coisas essenciais na vida que estão erradas é o caminho mais curto para a insensibilidade e a inércia.

Uma das grandes tragédias do Brasil contemporâneo se encontra no campo da segurança pública. A sociedade brasileira exige respostas firmes e consistentes à escalada da violência. Em algum momento, perdemos o controle da expansão do crime organizado. E o primeiro passo, creio, é não esconder dramas familiares nascidos de eventos violentos atrás de estatísticas e análises frias. A indignação com a perda de vidas não deve ser aplacada e sim motivar a construção de políticas públicas inteligentes que deem conta de mudar este triste panorama.

Muito menos estabelecer uma competição mórbida, cruel e sem sentido, entre perda de vidas de cidadãos derivada de "balas perdidas" e policiais no exercício de suas funções. Do lado de cá devem estar unidos governos, forças policiais e população contra o verdadeiro inimigo, o crime organizado.

O Rio de Janeiro é uma vitrine e uma caixa de ressonância do país.

A morte de Ágatha Vitória Sales Félix, de apenas 8 anos, no Complexo do Alemão, comoveu o país. Uma doce e alegre criança, que era uma aluna nota dez, gostava de balé, de desenhar flores e pássaros e espalhar seus desenhos pelas paredes de sua casa. Ágatha morreu com tiro de fuzil disparado por um policial. "A mamãe está

aqui, fica com a mamãe", era a prece que sua mãe fazia a caminho do Hospital. A diretora da escola previa um futuro brilhante para Ágatha. O avô desabafou: "Era filha de trabalhador. Ela falava inglês, tinha aula de balé, era estudiosa. Não vivia na rua não".

De outro lado, em menos de 24 horas no Rio, morreram em serviço, em confronto com o tráfico, dois policiais da PM. O cabo Leandro de Oliveira tinha 39 anos e o soldado PM Felipe Brasileiro Pinheiro, apenas 34 anos. Os servidores públicos militares saem de casa para vivenciar, dia após dia, situações de verdadeira guerra. E as famílias deles merecem a mesma solidariedade que nos dominou com a morte da menina Ágatha. Um dado estarrecedor é que perdemos, em 2018, no Brasil, mais policiais que cometeram suicídio, foram 104 vidas perdidas, do que em decorrência de confronto nas ruas, 87 policiais mortos. Isto dá a dimensão do estresse profissional a que estão submetidos os servidores públicos da segurança.

E de nada adiantam bravatas ou discursos radicais de autoridades que retroalimentam a violência. Não é eficaz simplesmente agravar penas e lotar ainda mais um sistema prisional falido, verdadeira escola do crime. Não resolve uma política de confrontação pura e simples, que resulta muitas vezes em perda de vidas inocentes. Ao lado da necessária ação repressiva, é preciso um verdadeiro "choque de acesso às políticas públicas" nas comunidades pobres, a efetiva implantação do SUSP, o controle nas fronteiras do tráfico de armas e drogas, o aprimoramento do trabalho de inteligência e o estrangulamento dos mecanismos de financiamento do crime organizado.

A gente se acostuma, mas não devia. A alguns líderes do poder público brasileiro deixo uma opinião: menos palavras vãs e mais ações concretas. São vidas perdidas, não estatísticas.

ESTADO, DESIGUALDADE E CRESCIMENTO NO BRASIL

05 out, 2019

Todos os governos e sociedade deveriam buscar um modelo de desenvolvimento que conjugasse crescimento econômico, estabilidade, sustentabilidade e justa distribuição de renda. Nem sempre isto ocorre.

No Brasil a desigualdade é extrema. Temos a maior concentração de renda, medida pelo índice de Gini, se comparados com todos os países integrantes da OCDE.

Isto tem levado especialistas a mergulhar no debate das raízes da desigualdade no Brasil e das alternativas de mudança. É o caso do economista e ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, que produziu recentemente interessante estudo que leva o título deste meu artigo e que vale a pena ser lido e debatido.

A preocupação central é atacar as desigualdades no país para "deslanchar um círculo virtuoso de crescimento inclusivo e sustentável", começando por desfazer a falsa contradição entre crescimento e distribuição de renda, oportunidades e riqueza.

O problema é que não só a desigualdade no Brasil é escandalosa, mas é permanentemente reproduzida por mecanismos institucionais e informais. Exemplo disto é que os dois maiores sistemas públicos, o previdenciário e o tributário, são regressivos. Dito de outra forma, transferem renda dos mais pobres para os mais ricos.

O estudo aponta que as reformas previdenciária, tributária e do Estado e a redução de subsídios e gastos tributários poderiam, ao longo de alguns anos, economizar 9% do PIB.

Do fim da Segunda Guerra Mundial a 1979, a renda per capita brasileira dobrou em relação à dos EUA. Mas a crise do petróleo e o choque de juros internacionais foram fatais. E a partir de então começamos a patinar numa sucessão de crises inflacionárias e de balanço de pagamento, insistindo no erro de apostar no fechamento da economia e na forte intervenção estatal e dando pouca ênfase em educação, produtividade e igualdade. A desigualdade caiu, a partir de 1988, fruto da nova Constituição e das políticas sociais dos governos FHC e Lula, notadamente a valorização do salário mínimo, a melhoria dos indicadores de saúde e os programas como o Benefício de Prestação Continuada (idosos e pessoas com deficiência) e a Bolsa Família. Mas estudos recentes mostram que a queda da desigualdade foi muito menor do que se imaginava.

Mas a má qualidade dos serviços públicos, a grande informalidade no mercado de trabalho e os raquíticos níveis de cobertura no saneamento retratam um quadro social ainda dramático. Soma-se a isto a desigualdade de oportunidades, notadamente na área educacional e a captura do aparato governamental por interesses patrimonialistas.

Armínio Fraga identifica ser possível diminuir drasticamente subsídios diretos e indiretos, introduzir mudanças na tributação da renda da pessoa física e da renda do capital, ampliar a tributação sobre heranças segundo padrões internacionais, combater a informalidade no mercado de trabalho e reduzir as taxas de juros, propiciando uma economia de 9% do PIB, que poderiam ser distribuídos na geração de superávit primário para estancar o agravamento da situação fiscal e do endividamento (3%) e no aumento de investimentos sociais, em pesquisa e infraestrutura (6%).

As escolhas são políticas. Cabe a todos nós optar qual o trecho do Hino Nacional vamos cantar: permanecer “deitado em berço esplêndido” ou mostrar que o” filho teu não foge à luta”.

AJUSTE FISCAL E PRIVATIZAÇÕES (I)

12 out, 2019

O tema central da agenda brasileira de desenvolvimento é o grave desequilíbrio fiscal do setor público. Os monumentais déficits acumulados têm funcionado como verdadeira âncora a decretar o crescimento raquítico da economia brasileira nos últimos tempos. O desarranjo orçamentário dos governos tem repercussões múltiplas: na taxa de juros, na queda do investimento e da poupança, na confiança dos investidores, no aumento preocupante da dívida pública e, portanto, nos níveis de atividade econômica e do emprego.

Qualquer dona de casa ou trabalhador, mesmo sem dominar o árido terreno da teoria econômica, consegue compreender que o governo, assim como qualquer família, não pode gastar indefinidamente muito mais do que ganha, sob pena de chegar a uma situação de insolvência. A família que acumula anos de déficits no orçamento familiar vai se endividando nos carnês, nos bancos e agiotas. Até que a situação se agrava e a família começa a cortar gastos, tenta aumentar a renda familiar, até chegar ao nível de despesas essenciais incompressíveis. Não havendo outra saída começa a se desfazer do patrimônio familiar para pagar dívidas. E chega ao ponto em que não adianta vender a geladeira e o fogão para pagar a conta mensal do supermercado.

O governo também é assim, com uma única diferença, o poder central pode emitir moeda e se endividar até limites mais elásticos. Já os governos estaduais em crise vivem hoje sua hora da verdade. Experimentam déficits anuais gravíssimos e crescentes. E não

podem mais se endividar. Diante de tamanho desequilíbrio abre-se a discussão sobre as privatizações de estatais para a obtenção de receitas em favor do ajuste fiscal.

As privatizações não envolvem apenas o objetivo de reequilibrar as contas públicas. Há também a visão de concentrar a ação do Estado no seu papel de coordenador, regulador e promotor de políticas públicas sociais, deixando para a iniciativa privada a gestão mais eficiente de atividades econômicas que podem e devem ser delegadas. Mas para que os frutos das privatizações sejam virtuosos e não caiam no caso da geladeira versus a conta mensal do supermercado, é necessário que os recursos apurados sejam canalizados para o ajuste patrimonial de longo prazo (abatimento de dívida financiada a juros altos, soluções de longo prazo para o sistema previdenciário, investimentos que aumentem o nível de atividade, etc.).

O cidadão consumidor de serviços públicos quando vai ao interruptor de luz ou a torneira não se pergunta se a energia elétrica ou o abastecimento de água são estatais ou privados. O que interessa à sociedade e ao cidadão é a segurança do abastecimento, a qualidade e tarifa justa. Como são serviços públicos e monopólio natural, podem perfeitamente serem entregues à iniciativa privada, desde que haja uma regulação correta e eficaz.

Há sempre na discussão das privatizações um manto ideológico e político que, muitas vezes, falseia o debate e ergue mitos e muros. Hoje o nível de investimento público é ridículo, prejudicando os objetivos centrais de uma educação pública de qualidade, de um sistema de saúde que responda melhor às angústias da população, de uma segurança mais eficaz ou de investimentos em saneamento e infraestrutura essenciais para o desenvolvimento.

Voltarei ao assunto na próxima semana discutindo casos concretos.

AJUSTE FISCAL E PRIVATIZAÇÕES (II)

19 out, 2019

Na última semana falamos sobre as privatizações como uma das ferramentas para o enfrentamento do estrangulamento fiscal e sobre o uso nobre de seus frutos contribuindo para o ajuste patrimonial de longo prazo. Não é razoável vender o patrimônio público para pagar despesas correntes.

Registramos também o ambiente contaminado por visões políticas e ideológicas anacrônicas que levantam polêmicas sem fundamento sólido ou evidências empíricas. Como foi dito, o cidadão não quer saber se a luz ou a água é estatal ou privada. Quer segurança no abastecimento, qualidade e tarifa justa. O conceito de "empresa estatal estratégica" funciona como um biombo para idiossincrasias, preconceitos e equívocos.

As empresas de serviços públicos, que não têm a natureza do serviço alterada pela privatização, precisam ser reguladas. É assim nas telecomunicações reguladas pela ANATEL, no petróleo, após a quebra do monopólio da Petrobrás, regulado pela ANP e na energia elétrica regulada pela ANEEL. Empresas privatizadas que não são de serviços públicos são reguladas pelo mercado. É assim com a Vale do Rio Doce, a EMBRAER, a USIMINAS e a antiga AÇOMINAS.

Vou usar o exemplo de Minas no setor energético como exemplo concreto para tentar iluminar a polêmica e suas mistificações. A CEMIG e Furnas são símbolos do processo de desenvolvimento do estado com claras digitais de nosso maior estadista, JK. Cabe perguntar: a geração, transmissão e distribuição de energia

elétrica sempre foram estatais? A resposta é não. A primeira usina hidrelétrica da América Latina, inaugurada em 1889, foi fruto de investidores privados que fundaram na minha cidade, Juiz de Fora, a Companhia Mineira de Eletricidade, tendo a frente o grande empresário inovador e empreendedor, Bernardo Mascarenhas. O objetivo era substituir a iluminação pública a gás pela elétrica na cidade e gerar energia para a Cia. Têxtil Bernardo Mascarenhas e outras empresas da região. Portanto, o argumento histórico não alimenta o forte preconceito contra as privatizações.

Mas, e hoje? A energia elétrica é toda estatal? Mais uma vez, não. A Light no Rio foi privada, virou estatal e voltou a ser privada. A ENERGIZA, que nasceu em 1909, como Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina sempre foi privada e hoje abastece 16 milhões de pessoas, em 788 municípios brasileiros em nove estados da federação. O fato de ser privada não impediu a empresa de receber diversos prêmios em relação à qualidade de seus serviços e ao seu compromisso com a sustentabilidade ambiental. Portanto, o argumento fático também não socorre os antiprivatização.

Quem hoje sente falta do CREDIREAL ou do BEMGE estatais que foram privatizados? Arrisco a dizer, ninguém. O Secretário de Planejamento de Minas Gerais, Otto Levy, estima que é possível arrecadar 10 bilhões de reais com a privatização da empresa como contribuição à superação da atual situação pré-falimentar em que se encontra o Tesouro Estadual. E mais grave, alerta que com o fim das concessões obtidas, a empresa perderá valor de mercado. É preciso debater profundamente o uso dos recursos, a regulação eficiente, a modelagem da venda. Mas não erguer barreiras ideológicas quanto a uma necessidade histórica.

Enfim, menos discursos ideológicos estatistas e mais debate qualificado sobre as privatizações!

UMA ÚLTIMA PALAVRA SOBRE AS PRIVATIZAÇÕES

26 out, 2019

Quanto mais o debate das privatizações abandonar o terreno ideológico e ganhar objetividade, tanto melhor. Vamos lembrar a máxima do Plano Diretor da Reforma do Estado: "nem tudo que é estatal é público, nem tudo que é público tem que ser estatal". Mostra disso é apropriação do espaço estatal ao longo da história por interesses patrimonialistas manifestos na corrupção, no clientelismo e no nepotismo. Por outro lado, existem milhares de entidades filantrópicas que exercem funções públicas sem serem estatais.

As privatizações podem atender a diversos objetivos: contribuir com o ajuste fiscal, ganhar eficiência para a economia como um todo, atrair investimentos privados inalcançáveis para o setor público, estancar transferências do governo para empresas deficitárias e concentrar as energias das políticas públicas.

Já aqui, neste espaço, manifestei minha posição totalmente aberta às privatizações no setor elétrico. Não há nenhuma perda pelo setor ser gerido pela iniciativa privada se houver uma boa modelagem da desestatização, com metas qualitativas e quantitativas claras, e boa regulação pública dos serviços concedidos. Como Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações presenciei de perto o "day after" da privatização das telecomunicações. Na época havia a mesma discurseira ideológica: "vai beneficiar apenas os ricos", "vai ameaçar a segurança nacional", "vai encarecer os serviços". Mais de vinte anos depois, o que vemos? Saímos de três milhões de celulares para mais de 230 milhões. A realidade derrotou os

argumentos daqueles que ferozmente combateram a privatização da Telebras.

Nas hipóteses levantadas, particularmente em Minas, sobre o saneamento básico e a exploração do nióbio, os mesmos princípios e argumentos defendidos neste e nos dois últimos artigos são válidos. Nada é sagrado ou "estratégico" que não possa ser entregue a gestão privada desde que haja uma correta modelagem e uma boa regulação.

No saneamento, os indicadores brasileiros são vergonhosos. Em pleno ano de 2019, mais de 100 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto. E o setor público não tem fôlego financeiro para tirar este atraso rapidamente. Há questões complexas envolvidas na modelagem: metas de universalização, padrões de qualidade, método de reajuste de tarifas. Mas os dois assuntos mais importantes no caso de se pensar na privatização da Copasa são: o fato do poder concedente ser do município, com grande peso na economia da empresa da receita obtida em Belo Horizonte, e o subsídio cruzado existente entre regiões e cidades lucrativas e as outras deficitárias. Mas não são problemas insuperáveis.

Já a exploração do nióbio não está na órbita dos serviços públicos. É uma riqueza mineral onde o Governo de Minas é possuidor do direito de lavra e recebe uma importante receita anual da CBMM. O nióbio é um minério do futuro e a avaliação, seja para a securitização ou venda, deve levar em conta isto.

Mas o ponto central a ser refletido é o pacto intergeracional. No caso de Minas, a Cemig, a Copasa e o nióbio são as "Joias da Coroa".

Não há problemas em vendê-las. Podemos usar os frutos para gerar soluções permanentes para as gerações futuras. Ou, numa atitude egoísta e perversa, queimar nossos melhores ativos em gastos e consumo presente. Não será uma boa herança que deixaremos!

AS LIÇÕES QUE VÊM DO CHILE

02 nov, 2019

Um espectro ronda a América Latina – o espectro da incerteza. O Chile, país que tem os melhores indicadores do continente, explodiu nas ruas. A Venezuela vive sua crônica e dilacerante crise. Na Bolívia, a oposição reclama da manipulação dos resultados eleitorais. O Peru experimenta forte impasse entre o Presidente e o Congresso da República. No Equador, manifestantes invadem o parlamento e o país vive em estado de exceção em função dos protestos contra o fim dos subsídios aos combustíveis.

Na Argentina, os peronistas voltam ao poder, após a fracassada tentativa de ajuste de Macri e escolhem insistir na já derrotada estratégia de congelamento de preços e aumento voluntarista de salários. No Brasil, estamos brincando com fogo numa combinação explosiva entre desigualdade extrema, baixo crescimento, desemprego e instabilidade política e institucional alimentada diariamente. Fora daqui, como aqui, no Líbano e em Hong Kong, a população demonstra que na era das redes sociais tem pouca paciência com as elites, partidos e suas lideranças políticas.

Mas o grande alerta vem do Chile. Já são mais de vinte mortes nas ruas. A semelhança do Brasil em 2013, ninguém previu a explosão social. Aqui, a fagulha foi o aumento das passagens de ônibus, lá a passagem do metrô. Não importa. Da fagulha, nos dois casos, os países viveram o incêndio da insatisfação social generalizada.

O Chile tem 25 mil dólares de renda per capita, o Brasil 15,6 mil. No PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes – o Chile tem o primeiro lugar da AL, ocupando a 43ª. posição

entre 72 países, o Brasil amarga o 63º. lugar. A expectativa de vida dos chilenos é de 79,52 anos, a nossa é de 75,71. A produtividade do trabalhador chileno é 73% maior do que a dos brasileiros. No Ranking da competitividade, o Chile está em 33º. lugar entre 137 países, o Brasil ocupa a 80ª. posição.

A extrema pobreza no Chile atinge 8,6% da população, no Brasil, 11,2%. No Chile, a riqueza é altamente concentrada, sendo que a fatia 1% mais rica fica com 23,7% da renda. Aqui é pior, 28,3%. A carga tributária no Chile é de 20,4% do PIB, no Brasil beira os 33%. O endividamento público chileno bate nos 23,5% do PIB, em terras brasileiras temos 80%. Vamos crescer, em 2019, provavelmente, 1%. A previsão do crescimento chileno antes da crise era de 3,3%. O desemprego no Chile está na faixa de 7,3%, no Brasil temos o índice preocupante de 12,3%. Além disso, apontou o IBGE, metade dos brasileiros vive com até 413 reais por mês. Nossos maiores sistemas públicos, o previdenciário e o tributário, são concentradores de renda.

Ao me desculpar por tantos números, necessários em tempos de tanta retórica vazia e radicalização extrema a exigir fatos e evidências, pergunto: quais são as lições que vêm do Chile?

A realidade demonstra de forma gritante que não basta crescimento econômico, liberalização e responsabilidade fiscal, é preciso colocar no centro da agenda nacional as pessoas. No Chile, os protestos são contra a previdência deles e seus efeitos desumanos, a concentração inaceitável de renda e as dificuldades de acesso à saúde e à educação. O Chile é o país com os melhores indicadores, mas isto não impediu a explosão social.

No Brasil pergunto: acordaremos a tempo?

LIBERDADE: VALOR UNIVERSAL SEM ADJETIVOS

09 nov, 2019

"Renunciar à liberdade é renunciar à qualidade de homem, aos direitos da humanidade, e até aos próprios deveres. Não há recompensa possível para quem a tudo renuncia". (J.J.Rousseau: Do contrato social).

Não há nada mais essencial na alma humana do que o sonho de liberdade. Liberdade tão ameaçada ao longo de toda a história. Ameaça ainda presente no mundo contemporâneo.

A democracia surgiu como construção política e tradução histórica deste valor universal e sem adjetivos. As instituições e as leis democráticas surgiram para limitar o poder absoluto de déspotas e monarcas, por mais esclarecidos fossem. A legitimidade do poder foi deslocada para a sociedade. Para dar curso ao controle social sobre o poder nasceram a Constituição, o orçamento e a divisão dos poderes entre os que fazem as leis, os que executam as leis e as ações de governo e os que julgam o cumprimento das leis. Abalar estes pilares é conspirar contra a liberdade.

Por isso, foi extremamente positiva a forte reação das instituições e da sociedade à estapafúrdia ideia de reedição de um novo AI-5. A leniência com ameaças de retrocesso é o caminho mais curto para o fim da democracia. AI-5 nunca mais!

A recente crise política e ética abalou a confiança da sociedade no sistema político. Um verdadeiro tsunami político vocalizou a insatisfação dos brasileiros. A Lava Jato pretendeu passar o Brasil a limpo, e o fez, ainda que, por vezes, cometendo abusos de autoridade

e transgressões à ordem constitucional. Encarnou no universo simbólico da população a sede de justiça e o desejo de mudanças profundas. Mas, não há outro caminho para a democracia do que a liberdade ampla e profunda, em todas as suas dimensões, o respeito à Constituição e às leis democráticas e às instituições republicanas.

O processo político brasileiro recente despertou a ira, a radicalização entre extremos e um espírito intolerante de que as coisas podem ser feitas de qualquer jeito e a qualquer preço. A gênese de um novo país não pode partir da destruição dos pilares da democracia.

Digo tudo isto a propósito da quase comoção pública e do debate passional que emergiu em torno da decisão próxima do STF sobre a execução das sentenças já depois do julgamento em segunda instância. Há inclusive ameaças explícitas de retaliação ao poder judiciário se a decisão for neste ou naquele sentido.

Fora da letra da Constituição não há salvação para a democracia. Uma decisão arbitrária e casuística hoje contra um adversário pode permitir que o bumerangue se volte no futuro contra quem comemorou.

Como disse o grande jurista e ex-ministro do Supremo, Eros Grau, o juiz não faz justiça e as leis, o juiz julga como escravo das leis. E adverte sobre nosso texto constitucional que em seu artigo 5º. Inciso LVII, diz literalmente: "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Podemos mudar a Constituição e as leis, mas não as agredir. Podemos modernizar o Poder Judiciário e rever nas leis a previsão de recursos para dar agilidade à execução da justiça. Podemos mudar os prazos de prescrição de crimes. O que não podemos é atropelar a Constituição e as leis democráticas ainda que em nome de sentimentos justos e legítimos. Seria a "lei da selva" e o fim da democracia.

PACTO INTERGERACIONAL E AJUSTE FISCAL

16 nov, 2019

Em todas as facetas da trajetória do desenvolvimento social não podemos ter foco só nos desafios presentes, mas também um sólido compromisso com as futuras gerações. Seja na economia ou na questão ambiental, não é justo resolver os problemas de curto prazo a qualquer preço, sacrificando o horizonte de vida de nossos filhos e netos.

James Freeman Clarke cunhou a famosa frase; "O estadista pensa nas próximas gerações, o populista nas próximas eleições".

Digo isto, a propósito da gravíssima crise fiscal brasileira e o papel das privatizações e venda de ativos no processo de ajuste. Usarei o exemplo de Minas Gerais, não por ser mineiro e como ex-secretário de Planejamento conhecer melhor a sua realidade orçamentária. Falo de Minas porque, infelizmente, hoje, o estado ocupa o nada honroso posto de pior situação fiscal do Brasil. Mas as conclusões tem validade geral.

No próximo dia 20 de novembro, a Assembleia Legislativa votará a autorização para que o governo capte no mercado recursos entre 5 a 6 bilhões de reais dando como garantia doze anos de arrecadação futura dos direitos de exploração do nióbio extraído em Araxá. Recursos que serão direcionados para o pagamento do 13º salário e regularização da folha de salários. Ou seja, estamos vendendo a geladeira e o fogão para quitar as despesas das refeições já feitas. E o futuro? Em 2020, teremos novamente as mesmas despesas. De onde sairá o financiamento do rombo?

A Secretaria do Tesouro Nacional tem um ranking sobre a situação fiscal dos Estados. Somente o Espírito Santo tem nota A. Dez estados possuem avaliação B, 13 estados recebem avaliação C e, na zona do rebaixamento, Minas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro possuem a nota D. A pior situação é a de Minas. As despesas correntes correspondem a 106,5% das receitas correntes. Senhores deputados, o fluxo de caixa não gera soluções e sim novos e crescentes problemas. A dívida consolidada de Minas representa 208,7% das receitas correntes líquidas. Não há possibilidade de ampliar o endividamento.

Vender os ativos mais preciosos do Estado para pagar despesas correntes de um fluxo de caixa gravemente deficitário é como gozar de uma felicidade ilusória e passageira. É também uma perversidade com as futuras gerações. Diante de tal desajuste, não se podendo contrair novas dívidas, só restam três saídas não excludentes: reduzir despesas, aumentar impostos ou promover o ajuste patrimonial.

É preciso saber que uma decisão como a que está na mesa implica em eleger vencedores e perdedores. Receitas extraordinárias como as do nióbio ou da privatização da CEMIG e da COPASA só deveriam ter uso nobre: pagamento de dívida para desonerar o fluxo futuro de juros e amortizações ou soluções permanentes para parte do déficit previdenciário. Isto permitiria que as despesas com educação, saúde e segurança não fossem sacrificadas no futuro. Ou ao menos, os recursos deveriam ser revertidos para investimentos estruturantes como a BR-381 ou o metrô da RMBH, por exemplo.

Entendo a preocupação do governo e dos deputados com o incêndio do dia. Mas ou enfrentamos de vez o desafio do equilíbrio do fluxo corrente ou queimaremos o patrimônio dos mineiros sem contribuir uma vírgula para a solução do desajuste fiscal. Nossos filhos e netos certamente não se orgulharão da herança recebida.

SOBRE POLARIZAÇÃO, INTOLERÂNCIA E CONSENSOS

23 nov, 2019

Com a libertação do ex-presidente Lula se instalou uma intensa discussão sobre o agravamento da polarização política no Brasil. O debate franco e aberto é da natureza do sistema democrático. A intensidade é variável dependendo da conjuntura. Isto pressupõe um acordo tácito entre as mais diversas correntes do pensamento político e ideológico sobre a legitimidade de todas as partes que participam do jogo e o respeito ao império das leis, da Constituição e das instituições permanentes. O fortalecimento da democracia depende de que qualquer polarização tenha como produto consensos progressivos que permitam o avanço de soluções em torno da agenda que interessa à sociedade.

O pano de fundo que preocupa na radicalização do processo político brasileiro é a ocorrência de crises agudas e impasses em países como Bolívia, Equador, Chile e Hong Kong. Também nas democracias avançadas o desemprego, os movimentos migratórios e as ameaças introduzidas pela globalização produziram o crescimento da radicalização no Reino Unido, na França e nos EUA, entre outros.

No Brasil e no mundo, os velhos paradigmas ideológicos entraram em crise. As respostas não são lineares e fáceis e os fundamentos estão embaralhados. A divisão superficial e rasa entre direita, centro e esquerda é limitada diante de um mundo novo e complexo.

Há uma enorme confusão conceitual entre o que é ser conservador, liberal, reacionário, socialista, socialdemocrata, nacionalista,

patriota, globalista. Há conservadores na visão de mundo e nos costumes e liberais na economia. Há liberais na economia e nos costumes, mas há também liberais conservadores e reacionários. Há conservadores antiglobalistas e socialistas globalistas. Há esquerda moderna e retrógrada, e mesmo conservadores nos costumes à esquerda. Há liberais progressistas que se preocupam com as desigualdades e socialdemocratas e socialistas que defendem a economia de mercado democraticamente regulada. Não é mero jogo de palavras. Em verdade há muito mais do que cinquenta tons de cinza.

O próprio governo brasileiro e sua base política e social de sustentação não são monolíticos. A esquerda também não é homogênea. O Brasil tem pressa e vive uma crise conjuntural e estrutural a exigir respostas. A radicalização retórica e da ação política imaginada a partir da polarização entre bolsonarismo e lulopetismo não contribuirá para o avanço da agenda nacional. O núcleo duro na sociedade de posições radicalizadas não passa de 20% da população para cada lado. Há um campo de 60% das pessoas que fazem um movimento pendular conforme as alterações da realidade.

O surgimento de um forte movimento de centro democrático mais racional, contido, propenso ao diálogo, será positivo e necessário para que o Brasil encontre os caminhos para a saída da crise. De certa forma, isto tem acontecido no Congresso. O sectarismo e a intolerância formam o caldo de cultura necessário para posições radicalizadas. O diálogo e o reconhecimento que ninguém é dono de uma verdade absoluta confundem o militante sectário. Cabe ao centro democrático ganhar parcela importante da sociedade com uma mobilização e comunicação social eficientes para que posições radicalizadas não aprisionem o processo de decisões tão necessário para que o país não caminhe para o impasse e confrontos evitáveis.

O DESAFIO DO EMPREGO NO BRASIL ATUAL

30 nov, 2019

Nosso desafio central continua sendo a retomada vigorosa do crescimento e a geração de empregos. A taxa de desemprego no Brasil fechou o terceiro trimestre em 11,8%, atingindo doze milhões e meio de brasileiros. O número de pessoas ocupadas cresceu, porém, novo recorde de informalidade foi verificado, são atividades de baixa qualificação e conteúdo tecnológico, salário médio menor e sem cobertura previdenciária. E há também a informalidade high tech quando milhões de brasileiros procuram seu sustento na Uber ou no iFood.

Por um lado, o avanço tecnológico gera empregos, como nos casos da Uber e do iFood. Entretanto, a Amazon, as fintechs e os bancos digitais, entre outros, têm efeito líquido negativo sobre o nível de emprego, embora mobilizando mão de obra qualificada com salários maiores.

A crise das duas maiores redes de livrarias brasileiras, a Saraiva e a Cultura, que fecharam lojas e demitiram funcionários, certamente tem a ver com a facilidade de se comprar livros sem sair de casa. Já os bancos virtuais e as fintechs finalmente ameaçam afetar a concentração no setor financeiro, podendo, caso consolidados, baratear o crédito e desonerar as empresas e as pessoas das taxas sobre serviços financeiros. Mas é evidente que os cinco grandes bancos brasileiros, que concentram 85% do crédito, se ajustam e fecham agências e demitem funcionários.

Os sinais atuais da economia brasileira são contraditórios. A inflação e os juros estão baixos. Mas a taxa de crescimento do PIB

não deve chegar a 1% e a capacidade ociosa na indústria continua alta. O câmbio se desvalorizou: o que é bom para as exportações e ruim para os preços do componente importado inclusive máquinas, equipamentos, medicamentos, serviços tecnológicos e insumos essenciais. Além disso, haverá, em 2019, uma expressiva fuga de capitais estrangeiros da Bolsa de Valores. Apesar da melhoria do ambiente institucional com a Lei do teto dos Gastos, as Reformas Trabalhista e Previdenciária, a confiança do investidor na economia brasileira ainda não se firmou. Mostra disso foi a frustração das melhores expectativas em relação ao recente leilão do pré-sal.

A retomada de um crescimento vigoroso e sustentado depende do equilíbrio fiscal do setor público como um todo, que hoje é o calcanhar de Aquiles a abalar as expectativas dos investidores. E também, da melhora da percepção e da confiança na economia brasileira, não só dando continuidade às grandes reformas - o restante da previdenciária, a tributária e a administrativa, as privatizações, como prosseguindo nas reformas microeconômicas como o cadastro positivo, o projeto de lei da liberdade econômica, as mudanças no marco regulatório das telecomunicações.

Há, como sempre, ameaças e oportunidades. Mas é preciso também um pouco de juízo. A irresponsabilidade fiscal, a quebra de contratos, os controles artificiais de preços e as iniciativas heterodoxas do Governo Dilma ainda estão vivos na memória dos agentes econômicos relevantes. Neste sentido, declarações improdutivas e agressivas contra outros países, atitudes impensadas como a do prefeito Marcelo Crivella de resolver, na marra, os impasses com a concessionária da Linha Amarela ou a tentativa da Assembleia de Goiás de reestatizar a Enel, distribuidora de eletricidade comprada por investidores italianos, não ajudam.

O PISA E O ENORME DESAFIO EDUCACIONAL BRASILEIRO

07 dez, 2019

Como diz a sabedoria popular, todo mundo gosta de puxar a brasa para sua sardinha. Mas, mesmo como secretário estadual de Saúde, sempre falava em todas as oportunidades públicas que a saúde e a segurança defendem a vida, mas a única coisa que transforma a vida é a educação.

Para muito além da retórica vazia de muitos discursos populistas, a educação de qualidade das crianças e dos jovens é decisiva e com múltiplos impactos na vida da sociedade. Educação de qualidade tem a ver com cidadania plena, bom convívio social, autocuidados na saúde, produtividade da economia, níveis de segurança, capacidade de desenvolvimento e absorção de tecnologias avançadas, boas escolhas políticas, preservação ambiental, nível cultural. Um país educado é um país com horizontes abertos para o futuro.

Esta semana, foram publicados os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Foram provas de leitura, matemática e ciência aplicadas a 600 mil estudantes de 15 anos em 79 países. No Brasil, foram 10.691 estudantes a participar do Pisa de 638 escolas. A posição brasileira não é nada confortável. Ficamos na 59ª posição geral entre os 79 países envolvidos e na 57ª em leitura, na 65ª em ciência e na 70ª em matemática. Ficamos bem abaixo da média dos países da OCDE e atrás de países como Chile, México e Uruguai. Não temos motivos para comemorar.

No caso brasileiro cabe registrar algumas peculiaridades. Estudos demonstram que não é só uma questão de conhecimento, mas também de atitude e valores. Boa parte dos estudantes brasileiros

não respondem todas as questões por falta de estímulo, garra, resiliência ou valorização.

A extrema desigualdade social brasileira é registrada de forma contundente. A diferença entre os alunos brasileiros de maior renda e os de menor subiu de 84 pontos, em 2009, para 97 pontos, em 2018. As escolas brasileiras particulares de elite, se consideradas isoladamente, ficariam em 5º lugar em leitura, ao lado da Estônia, 30º lugar em matemática, ao lado da Rússia, e em 12º lugar em ciências, ao lado da Nova Zelândia.

Mesmo entre as escolas públicas é possível enxergar a desigualdade de oportunidades. As escolas públicas federais ficariam em 17º lugar, ao lado da Austrália, enquanto as estaduais ficariam em 63º lugar, ao lado da Bósnia e atrás da Albânia.

É hora de agir. Não há que se inventar a roda. Primeiro, faz-se necessário desarmar a luta ideológica aguda que se instalou em torno da educação. Menos fraseologia ideológica e mais ações competentes de qualificação do ensino. Em sequência, garantir alto grau de profissionalização e prestígio à carreira de professor. Em contrapartida, é fundamental desarmar o corporativismo e o excesso de "sindicalização" das escolas. Qualificar a gestão escolar prestigiando a liderança das diretoras, passo essencial para mobilizar a comunidade e as famílias em torno do aprendizado das crianças e dos jovens. Uma ação focalizada nas famílias mais vulneráveis é imprescindível. E tornar a escola um ambiente atraente e prazeroso para os estudantes com a modernização dos métodos pedagógicos.

Governantes, pais, professores, cidadãos: não há tempo a perder. Há boas experiências exitosas Brasil afora. Vamos potencializá-las e universalizá-las. Sem isso, o futuro se assemelhará a uma viela estreita.

COPO MEIO CHEIO OU MEIO VAZIO?

14 dez, 2019

Caminhamos para o desfecho do primeiro ano do novo ciclo político brasileiro. Como sabemos na definição jobiniana: "o Brasil não é para principiantes". Os dias foram turbulentos.

A economia dá sinais de retomada. Juros e inflação baixos, reformas em curso, portanto, o copo está meio cheio. Mas por outro lado, o desemprego continua elevado, as desigualdades crescentes, a instabilidade política ainda ameaça a confiança, a situação fiscal ainda é gravíssima. O PISA nos colocou em 59º lugar entre 79 países. O IDH nos destinou a 79ª posição entre 189 países. Inevitável enxergar o lado meio vazio do copo.

A velha raposa mineira, o ex-governador de Minas, Hélio Garcia, sempre advertia sua equipe em relação ao "gesto inútil". Se uma fala ou um ato criassem muito barulho e nenhum resultado, deviam ser evitados. Fico me perguntando qual o ganho em cutucar o grande ator internacional Leonardo DiCaprio, a personalidade do ano eleita pela Time, a "pirralha" ambientalista Greta Thunberg, ou o novo governo argentino? Ou abrir mão de receber a COP-25 e jogar fora o protagonismo brasileiro na questão ambiental? Ou agredir artistas brasileiros, sonhar com a volta do AI-5 e negar a discriminação racial em nossa história? Enfim, estilo é estilo.

Dentre as boas notícias, está o surgimento de novas lideranças, sendo o atual governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, com seus 34 anos, talvez o maior exemplo. A consistente e corajosa entrevista dada ao Valor, no último 3 de dezembro, revela maturidade, clareza de diagnóstico e objetivos, habilidade política,

serenidade, equilíbrio e um novo perfil de líder político. Mas o retrato revelado por ele é assombroso. Como podemos imaginar sustentável uma situação em que existem 100 mil professores aposentados e apenas 50 mil em sala de aula, ou 35 mil policiais militares na reserva para 16 mil na ativa, resultando num déficit previdenciário anual de 20 bilhões de reais, numa dívida de 233% da receita líquida anual, em salários atrasados e um investimento pífio de 0,3% do PIB gaúcho. Mas o jovem governador desencadeou um ousado programa de ajustes e reformas para colocar as coisas nos trilhos. Como ele mesmo diz na entrevista: "Não existem soluções simpáticas para uma situação dramática como essa".

O Congresso Nacional, sob a liderança de Rodrigo Maia e com a ativa participação de Davi Alcolumbre, nunca produziu tanto, apesar da cortina de fumaça da radicalização retórica dos extremos. Não foi pouca coisa em um ano: aprovou pacote anticrime corrigindo os equívocos do excludente de ilicitude e do acordo de "plea bargain", garantiu segurança jurídica à questão da prisão em segunda instância, reformou os marcos regulatórios das telecomunicações e do saneamento, introduziu mudanças importantes no sistema previdenciário, votou a nova lei de proteção de dados, o cadastro positivo, as mudanças no ISSQN, entre outras importantes decisões. O único tropeço foi na questão do Fundo Eleitoral, em momento de grave restrição fiscal. Não importa o bate-boca extremado, se as mudanças legais, necessárias para a modernização do país, avançarem. Vale a máxima: "Enquanto os cães ladram, a caravana passa".

Que no futuro imediato os "gestos inúteis" sejam poucos e que as ações para melhorar nosso desempenho no PISA e no IDH prevaleçam.

CANDIDATURAS AVULSAS: SOLUÇÃO OU EQUÍVOCO?

21 dez, 2019

Não é novidade que, no Brasil e no mundo, a democracia representativa, os sistemas políticos e suas ferramentas, os partidos políticos, vivem uma crise de representação. É crescente a incapacidade dos partidos políticos de vocalizarem os múltiplos e diversos interesses presentes na sociedade contemporânea, fragmentada e cada vez mais complexa. Como resultado, tivemos a emergência de movimentos e lideranças populistas que apontam para a implosão das instituições clássicas das democracias liberais.

Há abundante literatura a respeito. Cito apenas três sugestões de leitura: "Ruptura: a crise da democracia liberal" (Manoel Castells), "O ódio à democracia" (Jacques Rancière) e "Como as democracias morrem" (Steven Levitsky e Daniel Ziblatt).

Apesar de toda a reconhecida crise, não inventamos outra forma de exercitar a democracia a não ser através de partidos, eleições, formação de maiorias e minorias, construção de consensos progressivos a partir da pluralidade e do debate das divergências. Redes sociais e a ação difusa e inorgânica das ruas tem um inegável impacto nas transformações de nosso tempo. Mas não são capazes de organizar projetos de poder e alternativas de governo.

Volta e meia, surge uma proposta heterodoxa para lidar com o problema. A última entre nós é a das "candidaturas avulsas", que ganhou holofotes com a convocação pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, de uma audiência pública sobre o assunto, no último dia 9. Nada como uma saída simplista e equivocada para responder a um problema real e complexo. Como disse,

em artigo recente no O GLOBO, o experiente e qualificado ex-governador, senador e chanceler brasileiro, Aloísio Nunes Ferreira: "Sob a aparência de modernidade é uma proposta reacionária e autoritária... que destrói a espinha dorsal do funcionamento parlamentar".

A primeira barreira é a nossa própria Constituição, que em seu artigo 14, parágrafo 3º , coloca como condição de elegibilidade em seu inciso V, a filiação partidária.

Como questionou Aloísio Nunes Ferreira, ao não estarem inseridos em uma organização coletiva, o partido político, portador de programa de governo, história, estatuto e valores: "Os eleitos avulsos serão subordinados a quem? Igrejas, corporações, empresários que bancam? Talvez ao crime organizado?".

E a governabilidade? O Brasil é o país no mundo com maior dispersão partidária, o que dificulta gravemente a implantação do programa de governo vencedor nas eleições. Como seria se tivéssemos na Câmara dos Deputados 513 avulsos do tipo "cada cabeça uma sentença", sem nenhuma amarração programática e ideológica?

Como evitar nos avulsos o efeito Andy Warhol e a busca dos cinco minutos de fama? Como ter candidaturas avulsas num sistema proporcional? Qual seria o respaldo social necessário para o lançamento de um avulso?

No fundo, embora haja gente séria e bem intencionada defendendo a proposta, na essência ela carrega um ataque frontal às instituições democráticas e à própria política.

Melhor seria democratizar os partidos, acabando com o caciquismo e o mandonismo, acabando com a provisoriedade dos órgãos diretivos e modernizando estatutos com a introdução de prévias, plebiscitos, referendum e congressos no cotidiano partidário.

As pessoas passam, as instituições ficam. A estabilidade da democracia não pode se ancorar em indivíduos.

AGENDA PARA 2020

28 dez, 2019

O ser humano tem essa estranha mania de partir o tempo. Como se a vida não fosse um moto-contínuo. Mas a quebra do calendário tem função simbólica. É como se fosse uma pausa para respirar fundo, revisitar e avaliar o presente e o passado e projetar o futuro. O fim de um ano acende a fogueira das previsões. O que se dirá sobre o fim de uma década? Dois mil e vinte bate à porta! Essa é a senha para que cartomantes, videntes, economistas e analistas políticos se assanhem a prever o que ocorrerá no novo ano, na nova década. Isso se agrava no Brasil. Temos sempre o sentido da urgência e a ideia de que vamos começar do zero. Aqui, nos trópicos, tudo é aventura e desafio de curto prazo.

Certamente, o plano mais importante é o da economia. Viramos o ano com o nível de desemprego alto, a desigualdade extrema intacta, a produtividade insuficiente, as finanças públicas gravemente combalidas e os investimentos em patamares pífios. Isso apesar da retomada que projeta crescimento do PIB de 2,5% no próximo ano, ancorado na enorme capacidade ociosa da indústria e no crescimento do consumo e do crédito, nos juros baixos e na inflação controlada. Mas nada que nos permita "dormir em berço esplêndido", já que choques externos podem mexer com variáveis que parecem sob controle.

Há uma vasta agenda a ser enfrentada rumo a um crescimento vigoroso e sustentado. É fundamental concluir a reforma da Previdência, estendendo seus efeitos a Estados e municípios. Para diminuir o "custo Brasil" e aumentar a produtividade da economia é central debater e aprovar uma reforma tributária que

simplifique e torne mais equânime a relação dos empreendedores e dos cidadãos com o fisco. A reforma do Estado tem que prosseguir com o aprofundamento das privatizações e a aprovação de mudanças na organização administrativa do setor público. Reformas microeconômicas se somam a essa agenda. Mudanças como 5G nas telecomunicações, novas regras para licitações, PPPs, licenciamento ambiental, falências e concordatas, setor do gás ou ampliação do acesso à saúde suplementar podem produzir resultados importantes, alimentando o círculo virtuoso da geração da renda e do emprego.

Mas aí vem a questão política. Vivemos uma situação inédita. O governo atual, dentro de sua postura disruptiva, findou com a tradição do presidencialismo de coalização, presente desde a transição liderada por Tancredo Neves, e ainda não colocou nada em seu lugar. A dinâmica das mudanças necessárias foi transferida para o Congresso Nacional, já que não há base de apoio político organizada – até o minoritário PSL implodiu. Felizmente, esse vácuo político tem sido ativamente ocupado pelo Congresso, apesar de sua composição diversa e fragmentada. Da capacidade de as lideranças parlamentares levarem à frente as reformas essenciais depende o nosso sucesso em 2020.

Também no front externo é necessário retomar o velho e bom pragmatismo do Itamaraty, que sempre focou a atuação brasileira nos interesses econômicos e sociais de nosso povo, e não em enviesadas convicções ideológicas. Vale a máxima: nas relações internacionais, não há amizades e identidades, há interesses. Mas é fundamental que não desperdicemos energia e cacife com agressões inúteis a líderes, personalidades e países estrangeiros. Que venha 2020, que seja bom para todos!

NEM TUDO É ECONOMIA

04 jan, 2020

Na última semana de 2019, escrevi aqui sobre a agenda de desafios econômicos e políticos. Mas nem tudo é economia, embora a economia seja determinante. Todas as decisões são políticas e o desenvolvimento humano exige um olhar holístico sobre todas as facetas da sua existência. Hoje, procurarei explorar um pouco os desafios, em outros campos, colocados para 2020.

Na política, embora seja de se prever a manutenção de um alto grau de tensão na relação entre os poderes da República e a permanência de um forte grau de polarização ideológica no plano nacional, é importante não esquecer que teremos eleições municipais.

A escolha de bons prefeitos nos 5.570 municípios brasileiros é fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas. É a esfera mais próxima do cidadão, submetida a controle social mais intenso, responsável pela educação infantil e fundamental, pela gestão do SUS, pela infraestrutura urbana, pelo saneamento ambiental, pela mobilidade e a implantação efetiva das políticas sociais.

Num país continental como o Brasil, os municípios deveriam ser o centro de gravidade. Embora as condições fiscais sejam extremamente heterogêneas - há municípios ricos e outros pobres - a eleição de bons prefeitos será fundamental para a virada que precisamos dar no país.

Na saúde, creio que meu amigo e ex-colega na CSSF [Comissão de Seguridade Social e Família] da Câmara dos Deputados, o

Ministro Luiz Henrique Mandetta, vem fazendo um bom trabalho. Promoveu uma importante mudança na atenção primária com o "Médicos pelo Brasil", organizou uma boa equipe e ergueu uma boa agenda como bússola.

Creio que a prioridade, em 2020, deveriam ser a discussão sobre novas formas de financiamento (DPVAT, copagamento, revisão das renúncias fiscais, redistribuição das vinculações, multas sobre os que dolosamente ocasionam eventos violentos, etc.), o debate com o Congresso Nacional, o Judiciário e o Ministério Público em torno da fixação de um padrão claro de integralidade a ser oferecido pelo SUS e a construção da infraestrutura informacional ligando todas as unidades de saúde do país onde poderão rodar inovações tecnológicas (telemedicina, cartão SUS, prontuário eletrônico, educação a distância, regulação de acesso, etc.).

Na educação, a receita é simples, menos ideologia e mais ações concretas para qualificar o ensino, principalmente o infantil e o fundamental, sem o que decretaremos a exclusão perpétua destas crianças na era da informação e do conhecimento.

Melhorar o desempenho de nossos jovens e dar formação técnica no ensino médio é outra tarefa. Envolver e adotar formas criativas de integração das Universidades com os governos regionais e locais, empresas e sociedade no processo de desenvolvimento social e econômico é objetivo permanente.

O combate às desigualdades pessoais e regionais de renda é multisetorial, mas urgente. Não só possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de qualificação profissional, aos cadastrados no programa Bolsa Família, mas ter uma agenda para o Nordeste brasileiro e para as regiões pobres e colocar esta variável na mesa em reformas como a tributária.

Reter e formar cérebros criativos na ciência e tecnologia, recolocar no centro a sustentabilidade ambiental e respeitar e valorizar a diversidade cultural e artística, completam a agenda multisetorial.

Não é pouco trabalho. Vamos em frente!

INTENÇÃO E GESTO NA REFORMA POLÍTICA

11 jan, 2020

Estamos em plena temporada de reformas em busca de desatarmos os nós que engessam o Brasil. Curioso observar que a "mãe de todas as reformas" sumiu do mapa. Sem dúvidas, as reformas trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária roubaram a cena de sua irmã política. Antes não se falava outra coisa: para destravar a economia e melhorar a sociedade era necessário mudar o funcionamento do sistema político e partidário. Ano par, tinha eleições. Ano ímpar, comissão de reforma política. Porque, de repente, o assunto foi completamente arquivado na legislatura aberta em 2019?

Vários são os motivos. Primeiro, a crise global de representatividade das democracias liberais clássicas, dadas as novas formas de relacionamento entre os cidadãos e o mundo da política, particularmente graças ao vertiginoso crescimento da internet e das redes sociais, que ergueram novas formas de expressão política à margem da dinâmica partidária. Como ninguém sabe muito bem o que o futuro nos reserva e quais serão as novas configurações da democracia, para que mudar?

Segundo, a crescente e irreversível impossibilidade de formação de consensos e maioria em torno das questões centrais da reforma política, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter derrubado a cláusula de barreira em 2006 e a Câmara dos Deputados ter perdido a última grande chance na votação do relatório de Ronaldo Caiado (2003/2006). A reforma política é do tipo "cada cabeça, uma sentença". E pior, quem delibera sobre o assunto são

os principais interessados e atores do processo. E como o "diabo mora no detalhe", sempre houve uma grande intenção retórica a favor das mudanças e gestos reais em direção oposta.

Sou a favor do sistema parlamentarista e do voto distrital misto. As recentes superações de impasses e crises de governabilidade na Itália, na Espanha e no Reino Unido fortaleceram minhas convicções. Acontece que a cultura política brasileira é impregnada do personalismo típico do presidencialismo e o parlamentarismo não resistiria a um terceiro plebiscito. Ser parlamentarista no Brasil é malhar no ferro frio, é pregar no deserto. Ficamos sempre a espera de um personagem heroico e salvador, podendo atender pelo nome de Getúlio, Jânio, Brizola, Collor, Lula ou Jair.

Também o voto distrital misto, que no meu ponto de vista, é o melhor sistema eleitoral, tem baixa chance de aprovação. Nosso sistema brasileiro é singular e único. Caríssimo, irracional, resultando em baixo vínculo entre representados e representantes e não favorecendo ao fortalecimento dos partidos políticos com instrumentos mediadores no processo decisório. Setenta por cento dos brasileiros, um ano após às eleições, não sabem sequer dizer o nome de seu vereador ou deputado. Ou seja, não há controle social efetivo. Mas os compradores de votos, as celebridades modernas e pós-modernas, os representantes de corporações ou segmentos sociais não têm interesse na mudança. E são maioria absoluta no Congresso.

A necessidade nacional sopra a favor da intenção de reformar a política. Só a cláusula de desempenho e o fim das coligações proporcionais não serão suficientes. Mas por razões múltiplas, principalmente pragmáticas, os atores políticos a quem cabe conduzir a reforma política, por não terem interesse real, discursam a favor, mas seus gestos concretos sempre desmentem as intenções.

“DEMOCRACIA EM VERTIGEM”: A ARTE E A VERDADE

18 jan, 2020

“A arte existe porque a vida não basta” (Ferreira Gullar)

A inquietude humana nos leva a buscar permanentemente espaços além do real, a fantasia como realização metafórica de desejos e sonhos, a construção da arte como exercício máximo de criatividade e talento. A arte traduz nossa insatisfação com os limites da vida real e a partir das reflexões e dos sentimentos despertados provoca mudanças de atitude e o impulso de fazer concreto o impossível.

A arte não é uma repetição pobre e monótona da realidade. A boa arte é necessariamente provocativa, desafiadora, imaginativa. A relação entre arte e verdade é complexa, além do que, a verdade depende sempre do olhar e dos valores de quem a aborda. Para Adorno, “a arte é a magia livre da mentira de ser verdade”. Já o poeta Manoel de Barros brincou certa vez: “Noventa por cento do que escrevo é invenção, só dez por cento é mentira”.

Dentro de um país radicalmente polarizado ideologicamente a noção de “guerra cultural” ganha cada vez mais protagonismo. A extrema direita enxerga em tudo a presença de um suposto “marxismo cultural” ligado às construções teóricas do italiano Antonio Gramsci a contaminar a maioria das manifestações artísticas de um esquerdismo atroz. Claro que a arte não é imune e impermeável à luta política de seu tempo. Mas toda a tentativa de instrumentalizar a arte, através do didatismo político ou do proselitismo ideológico, fracassou, já que produz arte de baixíssima qualidade. Nada é mais chato e ineficaz do que um livro, um filme

ou um poema panfletário. A boa arte é necessariamente sutil, ou quando agressiva, deve ser esteticamente bem construída.

Quando o Brasil concorreu ao Oscar com Fernanda Montenegro em “Central do Brasil” o clima era tipo a “Pátria de chuteiras”. A indicação do filme “Democracia em vertigem”, da diretora Petra Costa e da Netflix, sobre o processo de impeachment de Dilma Rousseff, ao Oscar de melhor documentário destampou o caldeirão da “guerra cultural”. O então Secretário Especial de Cultura, Roberto Alvim disse: “(A indicação) mostra como a guerra cultural está sendo travada não só aqui, mas em âmbito internacional”. O PSDB criticou ironicamente nas redes sociais: “Parabéns à diretora pela indicação de melhor ficção e fantasia”.

“Democracia em vertigem” não é ficção, como o realismo fantástico de “Bacurau” ou o drama de duas irmãs em “Vida Invisível”, é um documentário. E adere claramente à narrativa construída pelo PT de que teria havido um golpe. Até que ponto o documentarista pode adulterar a realidade? Como todos sabem, votei a favor do impeachment. E o filme despreza os milhões de brasileiros nas ruas pedindo a saída de Dilma, os crimes fiscais e eleitorais cometidos e, principalmente, o maior escândalo da história brasileira desvendado pela Lava Jato.

Mas, nada deve dar margem para saudosistas dos tempos autoritários recomendarem a volta da censura e do AI-5. Os excessos produzidos pela liberdade devem ser combatidos com mais liberdade. A democracia é eterno aprendizado coletivo. O documentário candidato ao Oscar se coloca claramente a serviço de uma narrativa política. Que outros atores, com fez o MBL, produzam outras versões com um olhar diferente.

Em falar nisso, dia 24 de janeiro, o Festival de Cinema de Tiradentes faz sua abertura. Viva o cinema brasileiro!

TAXA DE JUROS E POLÍTICA FISCAL

25 jan, 2020

A taxa de juros é um dos principais indicadores para a leitura da política econômica e a projeção do desempenho futuro da economia. A alta taxa básica de juros (Selic) deprime o investimento público e privado, inibe o crescimento econômico, o crédito e a criação de empregos, aumenta a dívida e o gasto com o pagamento de juros, atraí capital especulativo em detrimento do produtivo, enfim, trava a economia. A taxa de juros brasileira na ponta para as empresas, os consumidores e as pessoas, ainda é estratosférica, uma das mais altas do mundo. Mas isto só se reverterá com a mudança da situação oligopolista presente no mercado, concentrado em cinco grandes bancos, privados e públicos. Parece que finalmente os bancos virtuais, como os mineiros Inter e B2S, entre outros, e das fintechs, através de uma revolução tecnológica profunda, estabelecerão a verdadeira competição no mercado financeiro. No capitalismo, o principal elemento que favorece o consumidor e a sociedade como um todo é a concorrência.

Todos sabem que tenho pouquíssima identidade política e ideológica com o atual governo, mas apoio as linhas de atuação da política econômica liderada pelo Ministro Paulo Guedes e sua equipe. Cabe registrar que o ajuste e a retomada em curso só foram possíveis graças à estreita cooperação do Congresso Nacional, que aprovou, nos últimos anos, um elenco inédito de medidas saneadoras. E a Selic pode atingir, de forma consistente e sustentável, o menor nível de sua história, ao ser rebaixada pelo Copom ao presente patamar de 4,5%, podendo nos próximos anos cair ainda mais.

Quando estava presente nos debates da Câmara dos Deputados, sempre achei o nível de compreensão sobre a relação entre déficit fiscal, juros, expectativas e endividamento, extremamente baixo. Ao final do Governo Dilma, a dívida bruta apontava para o perigoso nível de 100% do PIB e o déficit nominal morava no nada confortável patamar de 9% do PIB.

Sempre me incomodou o posicionamento da esquerda em relação a estas questões. Sempre denunciavam os grandes gastos com juros e o agravamento do endividamento. Mas agiam em sentido contrário ao discurso. Uma mistura de desinformação, voluntarismo, ingenuidade, oportunismo e demagogia. Para a diminuição da dívida pública só há dois caminhos: intervir no estoque de dívida pagando parte dela com a venda de ativos ou no fluxo com a diminuição do déficit e da taxa de juros. Mas isto não é obra possível como exercício de voluntarismo, onde os fundamentos da economia são substituídos pela tão decantada e mal explicada "vontade política".

Um exemplo disso é o exercício operado no Governo Dilma. De início a Selic estava em 10,75%, chegou a 12,5%, num esforço voluntarista e insustentável caiu a 7,25% e acabou em 14,25%. Com o Governo Temer, que iniciou o ajuste e as correções necessárias, caiu para 6,5 e agora chega a 4,5%, de forma consistente e sustentável.

Com isso, segundo o Valor Econômico, será possível uma economia de 417 bilhões em quatro anos, ou seja, três orçamentos anuais da saúde, diminuindo o déficit nominal de 9% do PIB para 6% e estabilizando a trajetória da dívida bruta em 77% do PIB, permitindo a retomada inicial do crescimento.

Moral da história: mais vale uma boa política econômica do que uma retórica vazia, estridente, improdutiva e sem fundamento.

PREVENÇÃO E CATÁSTROFES

01 fev, 2020

De repente, não mais que de repente, a natureza explode e mostra sua força avassaladora. E as pessoas ficam indefesas, inseguras, impotentes, assustadas. Catástrofes sempre ocorreram na história da humanidade. É da vida, faz parte da aventura humana.

Os acontecimentos em Minas Gerais, nos últimos quinze dias, entristeceram a todos nós e nos convocam a uma inadiável reflexão e a uma mudança de atitude. Dezenas de vidas perdidas, milhares de desabrigados, rios transbordando, ruas e avenidas alagadas, pontes destruídas, casas e imóveis arrasados, carros empilhados. Um verdadeiro cenário de guerra.

O maior saldo tem necessariamente que ser o aprendizado coletivo. Os fenômenos naturais, até certo ponto, estão fora de nosso controle. O avanço tecnológico nos ajuda a antecipar acontecimentos, prevenir, criar defesas. Mas, às vezes, tudo parece inútil. O mundo parece cair sobre nossas cabeças. As perdas, principalmente de vidas, são irreparáveis. Mas o aprendizado é obrigatório.

Tudo começa na raiz. Nas mudanças climáticas fruto do desmatamento avassalador. No assoreamento dos rios, córregos e cursos d'água, frutos da ação humana. E prossegue na precária educação ambiental coletiva que temos no Brasil. As fotos do lixo represado por pontes encobertas no Rio Doce e outros deveriam ser objeto de reflexão em todas as escolas, associações de moradores e espaços comunitários. Cada vez que jogamos toda sorte de resíduos nos rios ou em simples "bocas de lobo",

estamos contribuindo para o agravamento do efeito catastrófico de eventos naturais.

Diante de tamanho desastre é hora de revalorizar os instrumentos de prevenção e planejamento da vida em comunidade. Sempre que as decisões sobre leis de uso e ocupação de solo, códigos de edificação, controle urbanístico, proteção ambiental, apontam para maior rigidez enfrentam as reações de interesses menores a obstaculizar o avanço. A verticalização urbana exacerbada esquece seus efeitos sobre as redes de saneamento e águas pluviais e sobre as estruturas de energia, gás, luz e telefonia.

A política habitacional tem um papel essencial. O poder público tem que saltar na frente do crescimento desordenado dos espaços coletivos. A oferta de moradias e lotes urbanizados, com infraestrutura adequada, induz preventivamente a ocupação de territórios mais seguros. Mas como atender esta demanda, principalmente das famílias muito pobres, na atual penúria fiscal e diante dos gargalos colossais da mobilidade urbana?

A crise fiscal tem tudo a ver com o agravamento de eventos como os de Minas. Ao gastarmos muito mais com a própria máquina estatal – previdência, salários, privilégios, pagamentos de juros, estamos reduzindo drasticamente a capacidade de investimento do poder público. São menos soluções contra enchentes, menos redes de captação de água pluvial, menos intervenções para desassoreamento de rios, ribeirões e córregos, menos ruas e estradas com infraestrutura adequada.

Fica um recado também para todos os governantes. Não vale a pena o tristemente famoso “asfalto eleitoral”. O asfalto, sem o devido tratamento à captação pluvial, acelera a velocidade das águas e é destruído rapidamente.

A natureza pertence a Deus. Mas a parceria entre o poder público e a sociedade pode melhorar e muito a prevenção de catástrofes como a ocorrida em Minas.

PARA ALÉM DOS FUNDAMENTOS ECONÔMICOS

08 fev, 2020

A grande angústia nacional continua sendo a baixo ritmo do crescimento econômico e suas repercussões no nível de emprego e renda da população. Ainda são mais de 12 milhões de desempregados, é grande o número de postos de trabalho informal e um terço dos trabalhadores recebe apenas um salário mínimo.

As projeções para o crescimento em 2020 situam-se na faixa de 2,0 a 2,5%. O Brasil precisaria e pode crescer de forma sustentada a taxas superiores a 4% ao ano.

Sempre associamos crescimento econômico aos fundamentos econômicos. A situação no câmbio é confortável. Temos volumosas reservas, o câmbio flutuante garante o equilíbrio, com intervenções pontuais do Banco Central, o Balanço de Pagamentos tem o déficit em transações correntes compensado pela entrada de capitais externos e pelo resultado da balança comercial.

No plano da estabilidade da moeda e da taxa de juros há bons sinais. O Plano Real se mostrou resiliente diante dos múltiplos desafios desde 1994 e a inflação continua sobre controle. As taxas básicas de juros são as menores da história da SELIC, embora na ponta precisássemos dinamizar a competição para azeitar o crédito a custos compatíveis. Mas o mercado de capitais e as operações de captação de empresas brasileiras sinalizam uma mudança estrutural no financiamento do desenvolvimento.

O "Calcanhar de Aquiles" continua sendo no plano fiscal. Embora os déficits primário e nominal tenham tendência cadente, o cenário

ainda é preocupante. Os governos subnacionais estão em situação crítica em grande parte por conta dos desafios previdenciários. E isso não se resolverá no curto prazo. Daí o investimento público se encontrar em nível recorde de compressão e não vir daí uma mola propulsora para a retomada, onerando o Custo Brasil pela precariedade da infraestrutura.

Mas há duas questões, às vezes negligenciadas, que impactam profundamente o nosso tristemente conhecido "voo de galinha": o cenário internacional e o ambiente de negócios e institucional.

Vivemos num mundo globalizado e somos um país emergente, com um déficit histórico na qualidade da educação, na qualificação profissional e no desenvolvimento científico e tecnológico. A ocorrência da epidemia do Coronavírus já começa a ameaçar a retomada mais vigorosa da economia brasileira e também a guerra comercial EUA-China e seus desdobramentos acenam com riscos imponderáveis.

O Brexit inglês é também um novo vetor negativo. Diante disso, o Brasil tem que rever seu posicionamento evitando alinhamentos desnecessários, gestos retóricos e ideológicos inúteis e retomar o protagonismo brasileiro na questão ambiental.

Também o ambiente de negócios, a estabilidade legal e regulatória, a desburocratização dos processos, o ambiente político, o fortalecimento de valores caros no mundo contemporâneo, como a defesa da democracia e da sustentabilidade ambiental, são decisivos para atração de novos investimentos. Liquidez no mundo há em abundância.

A atividade capitalista pressupõe risco, mas não aventura. O ambiente brasileiro para o empreendedor, com todos os avanços recentes, é ainda hostil. Quem vai investir na privatização da Eletrobrás, por exemplo, ou em qualquer outra concessão ou PPP se não tiver certeza que a "regra do jogo" é pra valer e permanente?

O Brasil tem pressa e já se cansou de jogar oportunidades fora.

POPULISMO E AÇÃO GOVERNAMENTAL

15 fev, 2020

Populismo é uma categoria analítica imprecisa. Vai desde o uso corrente para caracterizar líderes políticos demagógicos, de discursos fáceis e vazios, repletos de promessas descoladas da realidade, para afagar a opinião pública e conquistar eleitores até a visão mais complexa que caracteriza a prática de líderes carismáticos, que prescindem das mediações institucionais, estabelecendo vínculos emocionais e de liderança forte, acionando diretamente a etérea noção de "povo", esbarrando no autoritarismo, ao governar interpelando diretamente as massas. Hoje há o "populismo autoritário" ameaçando a democracia.

O termo populismo é tão impreciso que serviu, ao longo da história, para caracterizar personagens diversos como Trump, Vargas, Perón, Brizola, Berlusconi, o "Cinco Estrelas", Órban, Hitler, Mussolini, Chávez, Putin, Lula e Bolsonaro.

Seja qual for a apropriação que se faça do conceito, o populismo é fácil de praticar nos palanques, mas negativo e corrosivo na prática governamental. É um vírus perigoso e tentador, que contamina as boas práticas governamentais e, muitas vezes, sai pela culatra.

Digo isso a propósito de dois fatos recentes. O primeiro foi o apelo de nosso presidente para que os governadores, que ficaram expostos como vilões da história, reduzam o ICMS dos combustíveis. Ora, todos sabem da irracionalidade de nosso sistema tributário, daí a necessidade urgente da reforma. Mas os governos estaduais estão em graves dificuldades orçamentárias. O ICMS, na média, representa 70% da receita líquida total. Disso,

cerca de 20% é sobre combustíveis, ou seja, 14% da receita líquida total. Como um estado como Minas Gerais, que sequestrou os recursos constitucionais dos municípios, se apropriou das parcelas do consignado dos servidores, atrasa salários e só está funcionando porque uma liminar assegura o não pagamento dos juros da dívida, vai de repente, numa penada, abrir mão de uma receita essencial?

Outra preocupação é a sustentabilidade dos aumentos anunciados pelo governo de Minas (13% em 2020,12% em 2021 e 12% em 2022) para os servidores das polícias, corpo de bombeiros e agentes penitenciários, comprometendo a adesão ao Programa de Ajuste Fiscal. De imediato, jogo uma vacina contra o clima de Atlético x Cruzeiro instalado no atual cenário político. Como secretário de planejamento, saúde e deputado, sempre construí grandes amizades e parcerias no setor.

Tenho a noção exata da prioridade que é hoje a segurança pública. Mas o tesouro estadual não está em condições de bancar aumentos reais muito acima da inflação projetada. Não adianta lotear a lua e na hora de honrar os compromissos não haver recursos disponíveis. As políticas públicas estão desmoronando, os investimentos em infraestrutura são pífios, o Brasil já compromete 80% de suas despesas primárias com salários e previdência. O orçamento expressa o conflito distributivo presente tanto na arrecadação como nas despesas. E os dois fatos narrados explicitam isso.

Minas Gerais tem uma situação pré-falimentar. É preciso tornar pública e transparente a gravidade da situação. Não adianta privatizar e antecipar receitas como a do nióbio para alimentar uma equação sem solução.

Todos os que têm espírito público têm que apoiar o ajuste fiscal estrutural de longo prazo. Fora isso, será o caos.

CARNAVAL E O POLITICAMENTE (IN)CORRETO

22 fev, 2020

Vivemos tempos nebulosos. No mundo inteiro, foi gestada uma cultura autoritária e preconceituosa, que ganhou expressão radical no UFC das redes sociais. A extrema direita americana e europeia destilam, à luz do dia e abertamente, suas concepções antidemocráticas e excludentes. São vítimas de preconceitos imigrantes, negros, mulheres, índios.

Aqui também em terras brasileiras, assistimos, nas últimas semanas, inacreditáveis manifestações de preconceito e intolerância, que devem receber nosso total repúdio.

É natural que a sociedade civil, os movimentos pelos direitos humanos e civis, as forças democráticas reagissem. Surgiu o que se acostumou chamar de "politicamente correto". E aí, é preciso tomar muito cuidado para que a criança não seja jogada fora junto com a água suja do banho. Muitas vezes, o contraponto gera uma rigidez autoritária, que ao invés de atacar o problema de fundo, reforça preconceitos.

A saída para o enfrentamento de preconceitos e exclusões sociais não deve ser nenhum tipo de dirigismo estatal, legal ou cultural. A liberdade é sempre o melhor caminho. Apostar na elevação dos padrões educacional e cultural da sociedade, na vivência democrática, no diálogo e no pluralismo é o que deve nos inspirar. Bom senso, respeito, bom humor, tolerância devem ser os valores orientadores de uma cultura democrática.

O Carnaval é talvez a maior expressão cultural brasileira. Reverencia a alegria atávica e a irreverência de nosso povo.

Materializa essa coisa um tanto macunaímica e antropofágica da civilização brasileira.

Essa geleia geral, que no caldeirão da experiência histórica do país, metabolizou e sintetizou elementos culturais dos europeus, dos índios e dos negros. Isto é o que dá o caráter original e singular de nossa construção como povo e Nação. É verdade que ainda temos impregnados em nossa sociedade preconceitos que precisam ser combatidos. Mas a calibragem disso deve ser precisa, para que um autoritarismo não seja substituído por outro. Nada de dirigismo, democracia sempre, a liberdade no comando.

O Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Belo Horizonte publicou uma cartilha de orientação sobre o carnaval na linha do "politicamente correto". Sugere que não sejam usadas fantasias de índios, de mulheres por homens, de ciganos, de enfermeiras sexys, que poderiam expressar preconceitos. E que as marchinhas de carnaval tomem cuidado para não exceder as fronteiras do "politicamente correto". É evidente que o Conselho não emitiu, e nem teria poderes para isso, uma norma legal. Propôs uma reflexão.

Mas creio que o combate aos preconceitos não passa por sufocar a imaginação, a criatividade, a irreverência de nossos foliões. Há muito tempo, nas ruas e avenidas, o carnaval exerce uma bem humorada crítica social a fatos e contradições que vivemos em nosso cotidiano.

Vamos "criminalizar" Haroldo Lobo, João Roberto Kelly, Braguinha ou Lamartine Babo? Vamos condenar manifestações como a Banda Mole de BH ou as Domésticas de Luxo da minha Juiz de Fora, que há décadas são sinônimos de alegria e confraternização?

A luta cultural e democrática é muito mais complexa. E uma sociedade nova, longe de preconceitos e intolerâncias, não nascerá certamente do mau humor ou de qualquer matriz única e dogmática de valores.

PACIÊNCIA, DEMOCRACIA E RESPONSABILIDADE

29 fev, 2020

Reza a lenda que o ano só começa no Brasil após o Carnaval. O feriado momesco era sempre um período de trégua. Mas o Brasil anda tão esquisito, que 2020 desmentiu a tradição.

Por um lado, o fantasma do coronavírus colocando a economia mundial em compasso de espera, colocando em risco a incipiente recuperação brasileira de sua maior recessão. Dólar subindo, bolsa caindo, crise na segurança pública ameaçando o equilíbrio fiscal. O otimismo recebendo um balde de água fria.

Por outro, no mundo da política, atitudes e frases mal colocadas ganhando corpo na imprensa e nas redes sociais, alimentando o clima de radical polarização. Seria impensável, em outros tempos, uma crise política-institucional se esboçar em pleno carnaval brasileiro. A cultura antidemocrática que hoje inspira milhões de brasileiros, materializada numa frenética convocação de uma manifestação contra o Congresso Nacional e a nossa Corte Constitucional.

Diante disso, fui tomado por um sentimento saudosista. Num quadro onde a chamada "velha política" se afigura como verdadeiro palavrão, senti saudades da velha e boa política.

Sou da geração da redemocratização. Nasci para política, dentro da cultura de esquerda, predominante no movimento estudantil, mas que tinha referência em figuras como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, que nos lideraram na travessia para a democracia. Eram lideranças forjadas pela experiência histórica, firmes nas

convicções, mas vocacionados para a promoção do diálogo e do entendimento, sem tibieza, mas abertos sempre à construção de consensos progressivos. Eram capazes de produzir frases como "A verdade não tem proprietário exclusivo e infalível", "Em política, até a raiva é combinada", "Não são os homens, mas as ideias que brigam". Mas o espírito conciliador dos dois estadistas não os esquivava de atitudes fortes em defesa da democracia: "A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia... Temos ódio e nojo à ditadura... A sociedade foi Rubens Paiva e não os facínoras que o mataram" disse Ulysses na promulgação da Constituição em 1988. "Canalha, canalha!" foi a resposta do líder da oposição, Tancredo Neves, ao Presidente do Senado que declarou a vacância da Presidência em 2 de abril de 1964. Que falta fazem os dois!

Governos e líderes são passageiros. As instituições, a sociedade, os princípios democráticos são permanentes. A política é meio, não fim em si mesmo. Partidos e seus líderes são ferramentas, mas acima deles está o interesse público e nacional. Após a redemocratização já tivemos governos e líderes de centro, centro-esquerda, esquerda, direita e isso é um ativo da democracia brasileira. O embate e a polarização saudável são legítimos. Mas um consenso inarredável e absoluto deve reinar: o respeito às regras democráticas do jogo, às instituições republicanas e à Constituição. Não faz sentido tentar desmoralizar o Congresso Nacional e o Supremo. Mais do que as regras escritas, deve prevalecer a cultura democrática validando a legitimidade de todos os atores políticos e a convivência plural e respeitosa entre as partes divergentes.

O carnaval de 2020 deixou um clima desconfortável num momento delicado do país. Que os dois líderes da redemocratização nos iluminem e que consigamos encontrar os caminhos para a construção da grande Nação com que sonhamos.

O PAPEL DE CADA UM

07 mar, 2020

Montesquieu, em seu "O Espírito das Leis", previu como elemento central para o funcionamento das sociedades democráticas a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que deveriam ser independentes e harmônicos entre si. Essa dinâmica é fundamental para que o sistema de freios e contrapesos aja contra qualquer tentativa de exercício absoluto do Poder. A Constituição Brasileira adotou esta configuração. Mas do papel para a realidade, o que vemos hoje no país é que os conflitos institucionais entre os diversos poderes e instituições têm sido um perigoso elemento de instabilidade política. E a retomada do desenvolvimento depende visceralmente da estabilidade institucional.

Muitas vezes, o Judiciário interfere em relações contratuais estabelecidas e na órbita do Legislativo, quando ameaça legislar. O Congresso Nacional, por vezes, tenta engessar o Executivo e limitar as ações do Judiciário. O presidencialismo brasileiro sempre foi forte, e o Executivo era o grande protagonista comandando a agenda legislativa e exercendo fortes pressões sobre o Judiciário. A opção do atual governo de abandonar o "presidencialismo de coalizão" abriu a brecha para que o Legislativo crescesse em suas prerrogativas e desenvolvesse um inédito protagonismo. Tensões institucionais periféricas são naturais e parte do processo democrático, mas sempre dentro de determinados limites.

A temperatura subiu além do razoável, nas últimas semanas, com a convocação de uma manifestação contra o Congresso e o Supremo, com estímulos visíveis de importantes figuras do

governo. E o conflito entre governo e Congresso se materializou na discussão sobre o orçamento impositivo.

A democracia moderna nasceu na Inglaterra para limitar o poder absoluto do Rei. Duas leis são centrais na institucionalização da democracia: a Constituição e o orçamento. A Constituição é a bússola maior. Ela é o porto seguro da democracia e a vacina contra qualquer aventura totalitária. Em relação ao orçamento, que ordena as despesas públicas a partir das receitas de impostos recolhidos junto à sociedade, cabe sim às casas parlamentares discutir e votar e ao Executivo executar.

No parlamentarismo, a formação de um governo pressupõe a formação de uma maioria parlamentar e a aprovação de um programa de governo, que encontra expressão nas peças orçamentárias a cada ano. Mesmo no presidencialismo americano, onde se inspirou o Brasil, o Congresso é que constrói a Lei orçamentária. Vejam a luta de Trump para construir seu tão sonhado muro na fronteira com o México. O Congresso americano não priorizou este investimento.

A polêmica instalada na última semana está muito mal discutida e obtendo grande repercussão na opinião pública e nas redes sociais, nem sempre com um enfoque correto e consistente. O orçamento por muito tempo no Brasil foi obra de ficção e o Executivo reinava absoluto. E a execução de emendas parlamentares era discricionária. Fui parlamentar de oposição e sei que tinha muito menos recursos de emendas executados do que os "amigos do Rei". Era um mecanismo de chantagem e pressão sobre o Congresso, como admitiu o próprio presidente Bolsonaro em entrevista em 2016.

Voltarei ao tema na próxima semana!

ORÇAMENTO IMPOSITIVO E CONFLITOS INSTITUCIONAIS

14 mar, 2020

No artigo da última semana, afirmei que a Constituição e o Orçamento são as principais leis que orientam a democracia. E quem faz as leis é o Congresso. Portanto, não há nada demais na ideia de orçamento impositivo e isso não representa usurpação de poder alheio.

Como afirmei, durante muito tempo, o orçamento era uma peça de ficção. As emendas parlamentares serviam de instrumento de pressão sobre o parlamento e quem divergia do governo não tinha suas emendas executadas.

Em 2015, o Congresso aprovou o caráter obrigatório da execução das emendas individuais. Foi uma verdadeira alforria aos parlamentares, que ganharam um grau maior de liberdade para expressar suas opiniões e votar conforme suas consciências, longe das pressões do Planalto. O orçamento brasileiro é extremamente engessado pelas despesas obrigatórias (salários, previdência, juros, custeio da máquina) e vinculações como as da saúde e educação. Apenas 6% dos recursos são de execução discricionária.

Agora, na votação do OGU/2020 – Orçamento Geral da União, o Congresso estendeu o caráter impositivo para as emendas de bancada, relator e comissões temáticas. O problema é que houve um acordo costurado por dois ministros de Estado com as direções do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e o dispositivo foi vetado, dando origem a toda a polêmica.

O texto feito está cheio de imperfeições, é verdade. O orçamento para ser impositivo tem que estar todo explicitado

na lei orçamentária aprovada. Não faz sentido transferir para o relator, que inclusive tem seu papel esgotado no momento de votação da lei orçamentária pelo plenário do Congresso Nacional, a original função de um "pré-ordenador" de despesas, interferindo, aí sim, nas funções do Poder Executivo. É preciso que a dinâmica de investimentos pontuais e localizados se resuma às emendas individuais, e que o restante tenha lógica estruturante e alinhada com as políticas públicas setoriais.

Não devemos abandonar uma excelente ideia, o orçamento impositivo, por um tropeço que é natural no aprendizado democrático. Mas é necessário que amadureçamos regras de construção do orçamento anual brasileiro consistentes, transparentes e eficientes. O melhor exemplo é o dos Estados Unidos. Lá quem faz o orçamento é o Congresso e o Executivo é obrigado a executá-lo integralmente. Se houver alguma alteração da realidade financeira, por frustração de receitas ou crescimento inesperado de determinadas despesas, o Executivo tem que pedir autorização ao Legislativo. O Executivo sequer apresenta, como aqui, uma proposta orçamentária detalhada, se limitando a oferecer uma sugestão apresentada por um parlamentar ligado ao governo.

Mas precisamos, se quisermos avançar, começar por blindar a receita, como é o caso dos EUA, através de um órgão técnico que a fixe com critérios rígidos e competentes. O Congresso só determinaria as despesas a partir da receita dada. Além disso, devem ser consolidadas regras para que os investimentos propostos reflitam as prioridades sociais e a avaliação sobre os diversos programas e investimentos.

Se você for à rua amanhã, defenda suas ideias e as lideranças que merecem seu apoio, segundo o seu ponto de vista. Mas não agrida a democracia, a liberdade e as instituições. São elas que nos asseguram o direito de ir às ruas.

O VÍRUS NOSSO DE CADA DIA

21 mar, 2020

A população assiste apreensiva, angustiada e perplexa, os desdobramentos da pandemia do novo coronavírus. É nessa hora, todos têm que se somar a um enorme mutirão social para assegurar as medidas preventivas e a assistência a quem contrair a doença. Na atual epidemia, chama atenção a velocidade de propagação do vírus, expondo contingentes populacionais enormes à doença e sobrecarregando o sistema de atenção à saúde. Não é hora de dividir o país em torno de polarizações inúteis.

A saúde pública avançou muito no Brasil nas últimas três décadas. O SUS, com todas as suas mazelas e dificuldades, é um exemplo de política pública que avançou e produziu resultados. Mas, o SUS tem capacidade limitada de encarar esta sobrecarga. Como imaginar, com a dificuldade de acesso que já temos, a necessidade potencial de criarmos mais 10, 20, 30 mil leitos de UTI, para garantir a assistência aos que poderão contrair a COVID-19? Apenas 47 milhões de brasileiros têm cobertura de planos de saúde.

Silenciosamente, fechamos os olhos para a perda de milhares de vidas brasileiras a cada ano, o que poderia ser evitado com uma priorização efetiva do SUS nos orçamentos públicos, com reformas na saúde suplementar e com a qualificação do sistema, principalmente na atenção primária. Dados preliminares do IBGE para 2018 demonstram que foram 1.315.527 mortes.

Quais são as causas? As principais são as doenças crônicas como as do aparelho circulatório (356.178), as neoplasias (227.150), as respiratórias (155.921). Logo a seguir vêm as causas externas, vidas

perdidas em função da violência criminal ou no trânsito (150.165) e as doenças derivadas da diabete (80.292). As doenças infecciosas e parasitárias, como as ocasionadas pela atual pandemia, aparecem em sexto lugar (54.814). Não estamos falando de números, mas de vidas.

Estamos em "guerra" contra um inimigo invisível. É preciso que todos, do mais simples cidadão ao presidente da República, levemos a sério a mudança de atitude necessária e o combate ao Coronavírus. A prevenção é o melhor caminho, ainda que paralise a economia. Depois cuidaremos disso.

Se não agirmos radicalmente na prevenção, a fratura exposta dos gargalos do SUS virá à tona.

Estamos vendo o que aconteceu na China e o que está acontecendo na Itália e em toda a Europa. Como secretário de saúde de Minas Gerais fizemos um acordo de cooperação técnica com a Região da Lombardia, a mais rica da Itália. É um dos melhores sistemas de saúde do mundo.

Para se ter uma ideia, apenas o orçamento do maior hospital público de Milão, capital da Lombardia, o Niguarda, era igual a tudo que tinha de recursos estaduais para todo o Estado de Minas Gerais, com seus 853 municípios e 20 milhões de vidas. E o sistema hospitalar italiano está à beira do colapso graças à pandemia.

No Brasil, investimos anualmente US$ 435 per capita na saúde pública (OMS/2014). Para dimensionarmos nossa dificuldade de resposta em caso de agravamento da epidemia, vejam quanto investem outros países: Portugal, US$ 1.363; Espanha, US$ 1.890; Itália, US$ 3.258; Reino Unido, US$ 3.266 e França, US$ 3.868.

Portanto, vamos unidos investir pesado na prevenção e na mudança de hábitos pessoais e sociais, enquanto é tempo. Se não tivermos êxito, os limites estruturais de nosso sistema de saúde se manifestarão de forma dramática.

A ESCOLHA DE SOFIA

28 mar, 2020

Em 1982, chegou às telas um grande filme, "A Escolha de Sofia", do diretor Alan Pakula, estrelado por Meryl Streep, em mais uma magistral atuação, encarnando a personagem Sofia Zawistowisk, que lhe rendeu o Oscar e o Globo de Ouro de melhor atriz. A belíssima história narra o drama da mãe polonesa, Sofia, presa em um campo de concentração, forçada por um soldado nazista a fazer uma difícil e dolorosa escolha que a marcaria pelo resto da vida: qual dos dois filhos iria sobreviver.

O mundo e o Brasil, assolados por uma grave pandemia, se encontram diante de uma verdadeira "escolha de Sofia". É preciso desfazer a armadilha que pesca nas águas turvas da escolha entre vidas e empregos.

As lideranças políticas e sanitárias de todo o mundo, com raras exceções, fizeram a opção clara pelo combate à Covid-19, com ações radicais de isolamento social e difusão maciça de informações sobre mudança de hábitos.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e sua equipe fizeram um trabalho inicial notável. Mas, se não obtivermos êxito na fase de prevenção, certamente teremos um colapso no sistema hospitalar. E os sinais contraditórios emitidos pelo próprio governo federal não ajudam. O SUS, grande conquista social, sofre historicamente de subfinanciamento crônico e déficit de recursos humanos. Portanto, não havia escolha. Governadores lideraram o "lockdown" e a preparação das etapas seguintes, alinhados com as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

É evidente que os efeitos sobre a economia, a renda e o emprego serão gravíssimos. Neste angustiante momento da vida nacional, cabe a todos uma postura serena e responsável. Não é hora de disputas políticas e polarizações mesquinhas. É inacreditável que dispersemos energia com ataques a governadores e prefeitos, à imprensa e até à China, nosso principal parceiro comercial. É hora de união!

Paralelamente a isso é fundamental ter um plano de combate aos efeitos econômicos colaterais para minimizar a recessão inevitavelmente contratada, atenuando as consequências sobre o emprego, a renda, as empresas e, principalmente, sobre a população mais vulnerável no país.

Emergencialmente, há que se aumentar, com qualidade, o gasto público, mesmo à custa da elevação do endividamento do país, não só no fortalecimento do SUS, mas também para socorrer as empresas afetadas, sobretudo as pequenas e médias, e os cidadãos, prioritariamente aqueles muito pobres.

A inquietude no Brasil aumenta na medida em que o governo federal não apresenta um plano de ação global articulando defesa sanitária e estímulos à economia. Há uma percepção geral sobre a desarticulação interna e externa do governo e uma preocupação com a lentidão das decisões.

O maior economista do século XX, John Maynard Keynes, deixou um legado revolucionário que dá a bússola para o enfrentamento das situações de depressão econômica. Temos que abrir linhas de crédito subsidiadas para as empresas, postergar cobranças de impostos e tarifas públicas, articular arranjos criativos vinculados à "economia de guerra", para que o inevitável aumento do desemprego seja o menor possível. E injetar renda na vida da população por meio de um arsenal enorme de instrumentos que temos – Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Seguro-Desemprego, Programa de Renda Mínima). E só o governo federal pode fazer isto.

Mãos à obra! O Brasil é muito maior que o coronavírus.

DEPOIS DA TEMPESTADE VIRÁ A BONANÇA?

04 abr, 2020

No texto bíblico está dito: "depois da tempestade vem a bonança". Mas não é sequência automática. Depende de como cada um vivencia os momentos de sofrimento, do aprendizado que cada um faz e da mudança de atitude posterior aos tempos de angústia.

O mundo inteiro está mergulhado em momento desafiador. A presente crise promove a combinação perversa entre a violenta pandemia e o fantasma de uma crise econômica inédita e devastadora.

O vírus, além de seu efeito voraz sobre vidas humanas, produz uma lição de humildade aos governantes. O quanto ilusório é o poder? Seu alcance pretensamente ilimitado esbarra, às vezes, quase na impotência. Até os mais autoritários líderes mundiais dobraram o joelho. Recomendo o filme "FLU", na Netflix, do diretor sul-coreano Bong Joon-ho – ganhador do Oscar: uma reflexão, no ambiente de uma epidemia, sobre como, em situações limites e radicais, decisões políticas dramáticas podem salvar ou sacrificar vidas.

Quem sabe as crises e não a violência sejam as parteiras da história? Em linguagem corrente: "como fazer do limão a limonada"? A meu juízo, tudo vai depender do aprendizado pessoal, familiar e social que construirmos.

Será que perceberemos que, mais do que nunca, estamos integrados em uma "Aldeia Global"? Que as fronteiras são realidades históricas, políticas, institucionais, mas que não resistem a um vírus agressivo e indisciplinado que nasce na China, invade a

Europa, assusta os EUA e se dissemina pelo Hemisfério Sul? Será idealismo ou aprendizado necessário, o reencontro com a nossa natureza universal de seres humanos e imaginar um mundo mais fraterno e pacífico?

Será que perceberemos que, diante de uma pandemia quase indomável, as barreiras entre ricos e pobres desmoronam? É evidente que os pobres têm uma situação muito mais vulnerável. Mas o vírus não seleciona por faixa de renda ou patrimônio. Afinal, o epicentro da epidemia na Itália não foi a Lombardia, sua região mais rica? Quem sabe fica o aprendizado e o compromisso coletivo com o combate aos privilégios e às desigualdades?

Será que a crise da COVID-19 deixará um legado de humildade, diálogo, entendimento e convivência respeitosa entre as lideranças políticas brasileiras? Será que descobriremos a quase inutilidade dessa guerra ideológica polarizada e de má qualidade, quando a política na democracia é exatamente a construção de consensos progressivos em ambiente plural de divergências, tendo o diálogo, aberto e franco, como ferramenta? Até aqueles que se achando plenipotenciários enfrentaram as evidências e a Ciência, se dobraram a realidade. Será que aprenderemos que ninguém é dono da verdade? Até agora ninguém têm a verdade absoluta sobre o vírus, apesar de todo o emprenho da comunidade científica. Não temos vacina, remédios com eficácia comprovada, explicações exatas sobre a dinâmica da propagação.

Será que depois da crise valorizaremos e daremos mais atenção ao sistema de saúde e aos seus profissionais, sobretudo ao SUS? Cansei de enfrentar situações no Congresso onde a repercussão da voz da bancada da saúde era diminuta, sempre abafada por outras bancadas temáticas ou setoriais. Será que enfrentaremos de vez o crônico subfinanciamento do SUS e seus gargalos?

Transformar a tempestade em bonança depende de nós, essencialmente do nosso aprendizado. Voltarei ao tema.

COVID-19: O QUE VIRÁ DEPOIS?

11 abr, 2020

Nada é definitivo, exceto a consciência da inevitabilidade da morte. “Tudo o que é sólido desmancha no ar”. Crenças, convicções, certezas, ideologias, dogmas podem ser abalados pela evolução natural das coisas, pelo avanço da civilização e do conhecimento. Só o fantasma da morte nos traz a noção exata da transitoriedade da vida e da fragilidade de tudo que julgamos inabalável. Diante da morte, abandonamos a superficialidade das aparências e mergulhamos na essência da existência humana.

Diante de nossas fragilidades reveladas, talvez o melhor refúgio seja no terreno da arte, que nasce da sensibilidade humana. Nosso grande poeta itabirano escreveu certa vez: “Por que nascemos para amar, se vamos morrer? Por que morrer, se amamos? Por que falta sentido ao sentido de viver, amar, morrer?”. Nos escritos de Guimarães está lá: “Viver é um negócio muito perigoso”, “A gente morre para provar que viveu”. Um grande amigo meu gosta sempre de lembrar Clarice Lispector: “e bem sei que cada dia, é um dia roubado da morte”.

Na semana passada lancei a pergunta: depois da tempestade, virá a bonança? E concluí que tudo vai depender do aprendizado que fizermos na crise. Perguntei: será que vamos repensar nosso estilo de vida? Vamos contrapor vidas a empregos ou entender que o trabalho é uma ferramenta para uma vida feliz? Teremos uma nova percepção da natureza humana única em escala global para além de fronteiras, governos e nações? Seremos mais solidários ou egoístas? Entenderemos que diante da ameaça da morte, as distâncias entre ricos e pobres, poderosos e cidadãos comuns, se

encurtam? Afinal, até o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, luta para sobreviver numa UTI.

Seremos menos arrogantes e mais humildes politicamente para construirmos o diálogo necessário e os consensos em torno da solução dos verdadeiros problemas que atingem a população? Finalmente, vamos valorizar na medida certa o sistema de saúde, seja o público ou o privado?

Mas outras lições são possíveis. Com o aprendizado da quarentena, as formas de trabalho poderão avançar, criando mais espaço para o "ócio criativo". Pensaremos nisso? As famílias, para o bem ou para o mal, estão tendo uma convivência muito maior, se conhecendo melhor, resgatando hábitos arquivados pela insanidade de nosso ritmo frenético neste mundo tão carente de ressignificação. Será que os pais ficarão menos no trabalho e na internet, e curtirão e brincarão mais com seus filhos?

A hibernação involuntária, ditada por um vírus, certamente determinará uma queda expressiva das mortes no trânsito e as resultantes da violência. Será que aprenderemos um pouco sobre gentileza e respeito nas ruas e nas estradas ou pensaremos duas vezes antes de usar uma arma de fogo? As maiores e mais poluídas cidades do mundo estão registrando queda na poluição urbana. Será que após a crise revalorizaremos a questão da sustentabilidade ambiental?

Será que jovens e idosos terão um convívio mais harmônico, para além do choque de gerações, em homenagem ao padre italiano, Giuseppe Berardelli, que morreu ao abrir mão de um respirador em favor de uma pessoa mais jovem?

Hoje sentimos como nos é essencial o universo lúdico das artes e do esporte. Como nos fazem falta os gols de domingo, as cestas da NBA, a Olimpíada adiada, a ida à ópera ou ao show de rock ou de MPB, o teatro ou a novela interrompida. Será que olharemos a partir de agora nossos geniais desportistas e artistas com mais gratidão, respeito e admiração? E a ciência? Ficamos torcendo

para que sejam descobertos logo uma vacina ou um remédio contra o coronavírus. Valorizaremos mais, muito além da estúpida politização da questão da cloroquina, os investimentos em ciência e tecnologia?

Como disse Bertrand Russel: "O problema do mundo de hoje é que as pessoas inteligentes estão cheias de dúvidas, e as pessoas idiotas cheias de certezas". O que virá depois? Só o aprendizado dirá.

CRISE E INTERVENÇÃO ESTATAL

18 abr, 2020

A crise que estamos vivendo – sanitária e econômica – recoloca um debate recorrente ao longo da história do capitalismo: o papel do Estado na economia e na sociedade. Qual seria o nível ideal de intervenção estatal para assegurar os objetivos nem sempre convergentes de crescimento econômico, estabilidade interna e externa, desenvolvimento social e fortalecimento da democracia?

Nas eleições presidenciais de 2018 houve uma escolha que anunciava um programa ultraliberal, na medida em que o presidente eleito deu carta branca a seu ministro da economia, Paulo Guedes, materializada na figura do "posto Ipiranga".

A partir do diagnóstico da crise herdada dos governos do PT, previam-se reformas estruturais, amplo programa de privatizações, enxugamento da máquina estatal, austeridade fiscal, abertura externa e a liberalização radical da economia de mercado.

Paulo Guedes, um economista com sólida formação teórica e experiência empresarial no mercado financeiro, se coloca alinhado com a tradição de economistas liberais como Eugênio Gudin, Otávio Bulhões e Roberto Campos, que nunca tiveram muito sucesso político na implantação de suas ideias no Brasil. Com grande protagonismo e cooperação do Congresso Nacional, avanços importantíssimos foram feitos desde 2017. A agenda de reformas foi abruptamente interrompida pela pandemia do coronavírus.

Cabe registrar que o agigantamento do Estado brasileiro não é obra de governos socialdemocratas e de esquerda. A construção do intervencionismo estatal pós-1930 passou por Vargas, JK, mas

teve momentos expressivos nos governos militares, sobretudo no 2º. PND de Geisel, e, posteriormente, nos governos do PT. Muito ao contrário, os governos socialdemocratas de Itamar Franco e FHC privatizaram a Embraer, as telecomunicações e a Vale do Rio Doce e estabilizaram a economia com o Plano Real e a introdução da responsabilidade fiscal, do câmbio flutuante e da autonomia da política monetária.

Com a recessão projetada pela paralisia econômica necessária para responder à pandemia, o destino nos pregou uma peça, colocando na liderança de um programa tipicamente keynesiano de sustentação do emprego e da renda, um fiel seguidor do pensamento liberal de Hayek, Von Mises e Milton Friedman.

Como gostava de citar Ulysses Guimarães o pensador espanhol: "Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim". Não havia escolha. Mas não deve ser fácil agir contra as próprias convicções. Alguém que veio para dar um necessário choque liberal na economia brasileira ampliar o déficit, aumentar o endividamento público, introduzir subsídios, injetar renda via incremento da despesa pública.

Mas um consenso necessário desde já é que a atual e inevitável política é circunscrita ao enfrentamento da crise derivada da pandemia. Depois da tempestade, teremos que retomar a trajetória das reformas e do reequilíbrio fiscal. Em boa hora, o Congresso Nacional sugeriu a criação de um "Orçamento de Guerra" paralelo, focado na superação da grave recessão que se avizinha, sem que isso se confunda com a defesa de um Estado interventor onipresente e um elogio conceitual à irresponsabilidade fiscal.

Na próxima semana, pretendo mergulhar um pouco na polêmica histórica e teórica sobre o papel do Estado, para que não tiremos conclusões erradas deste momento emergencial.

O ESTADO PÓS-CRISE

25 abr, 2020

Na última semana falamos da mudança brusca do papel do Estado na gestão da crise sanitária e econômica derivada da pandemia do coronavírus. Havia uma onda liberalizante e conservadora, temperada com o chamado "populismo autoritário", a partir de diversos governos liderados por Donald Trump, Boris Johnson, Jair Bolsonaro, entre tantos outros.

De repente, todos os governos, independente de orientação ideológica, foram impelidos a adotar políticas keynesianas, ampliando gastos e dívida pública, para suportar o necessário aumento das despesas com a saúde e com programas de sustentação do emprego e da renda. Entre as diversas mudanças que ocorrerão no pós-crise, certamente ganhará corpo a discussão sobre o papel do Estado e o nível ideal de intervenção governamental.

A crise reforçou a ideia da necessidade de um governo forte, ágil, eficiente e que tem um papel central nas ações que o mercado e a sociedade não dão conta de realizar de forma descentralizada. Nada que se confunda com um Estado inchado, obeso, onipresente e perdulário.

Este debate tem raízes históricas e teóricas que vale a pena revisitar. Durante todo o século XX ocorreu um embate entre as concepções do Estado mínimo liberal, o Estado do bem estar socialdemocrata e o Estado máximo do socialismo real. A configuração concreta dos modelos de intervenção governamental não seguiu um figurino rígido. A história foi desenhando o caminho dependendo do grau de desenvolvimento e maturidade

de cada economia, do perfil cultural e histórico de cada país, do desenvolvimento das instituições nacionais e do processo político resultante da disputa de interesses na sociedade.

Desde a Revolução Industrial, no final do Século XVIII, a evolução da nascente economia capitalista exigia o rompimento com a herança feudal e mercantilista, quebrando barreiras alfandegárias, monopólios coloniais, condenações morais ao lucro, intervenções governamentais inibidoras da livre iniciativa.

Quanto maior a liberdade, maior a perspectiva de desenvolvimento. Talvez a melhor representação da utopia liberal tenha sido a famosa "mão invisível" de Adam Smith. O indivíduo ao procurar maximizar seus ganhos, involuntariamente estaria produzindo o maior bem estar possível para a sociedade. O Estado deveria se limitar a assegurar o império das Leis e da Constituição, garantir a defesa nacional e a segurança pública e defender a estabilidade da moeda.

Durante todo o século XIX e início do século XX, apesar das inúmeras guerras que traduziam a luta por mercados e a luta dos trabalhadores denunciando as iniquidades sociais produzidas pela nascente economia de mercado, predominou a concepção derivada da lei de Say – a oferta gera sua própria demanda, e as teorias de equilíbrio geral. Ou seja, não haveria crises de superprodução e subconsumo, deficiência de demanda efetiva, ciclos e recessões. As crises seriam pontuais e passageiras, e as próprias forças de mercado superariam desequilíbrios momentâneos.

Esta escola de pensamento se manteve viva no pensamento de Von Mises, Hayek e Milton Friedman, que sempre advogaram a necessidade de que a ação estatal se resumisse ao mínimo necessário, não devendo o governo procurar protagonismo nem na dinamização da economia, nem no combate às desigualdades sociais. O mercado cuidaria de quase tudo.

No início do século XX surgem dois movimentos alternativos à concepção clássica liberal. A experiência soviética de Estado

Máximo, a partir da revolução de 1917, que naufragou na dissolução da URSS e na queda do Muro de Berlim, ao final do século XX. E a experiência socialdemocrata do Estado do Bem Estar Social, que combinava compromisso com a democracia política, combate às desigualdades via políticas públicas ativas e respeito à economia de mercado socialmente regulada.

No campo do pensamento econômico, as teorias de Keynes e muitos outros, nascidas no enfrentamento da Grande Depressão de 1929, legitimou a intervenção estatal já que a realidade tinha derrotado a Lei de Say e a ideia do equilíbrio geral automático e foi o pensamento hegemônico até a década de 1970, quando a crise fiscal começou revelar os limites da intervenção estatal.

Hoje, a partir das crises globais de 2008 e do coronavírus, um mundo novo se abre. Um mundo novo exige ideias novas. O esgotamento dos três paradigmas teóricos, ideológicos e políticos, dominantes no século XX, abre um vasto campo para uma nova formulação criativa e inovadora sobre o funcionamento da economia e da sociedade contemporâneas. Haverá um retorno ao protecionismo e um recuo na globalização? E o capitalismo de Estado da China? Quais são seus limites e suas vantagens? Como se comportarão os governos que foram pegos pela covid-19 em momento de fragilidade fiscal e tiveram que ampliar gastos e endividamento? Como conciliar democracia, economia de mercado e combate às desigualdades sociais?

Antes que o atual ambiente brasileiro de polarização medíocre reproduza confrontações sectárias recentes de coxinhas versus mortadelas, bolsominions versus isentões versus “comunistas”, cabe aprender com a história, desarmar espíritos, abrir corações e mentes. O grande pensador liberal Milton Friedman que fazia uma defesa apaixonada do estado Mínimo e da economia de mercado, nem por isso propunha governo nenhum. Tanto que defendeu o imposto de renda negativo, um programa de renda mínima, para garantir a sobrevivência da população mais pobre.

Por outro lado, Keynes nunca propôs que todo aumento de gasto público e toda intervenção estatal, em qualquer circunstância histórica, fossem sempre positivos. Falava de uma depressão profunda, aonde era preciso incrementar a demanda efetiva, neutralizar a preferência pela liquidez e garantir renda e investimentos visando à superação do desemprego e a retomada do crescimento rumo ao pleno emprego.

O pensamento humano sempre avançou nas crises. Há aqueles que desprezam os fatos e ficam dogmaticamente presos às suas convicções. Mas um tempo novo exige novas ideias que iluminem a realidade e descortinem novos horizontes. Com a palavra a inteligência brasileira!

O SUS, EUGÊNIO E MANDETTA

02 maio, 2020

Tempos nebulosos e sombrios os que estamos vivendo. No exato momento da publicação deste artigo a COVID-19 já terá levado mais de 210 mil vidas em todo o mundo e mais de 6 mil vidas no Brasil. Sem falar na enorme subnotificação que começa a ser desvendada, principalmente nos países emergentes e nos países mais pobres. Os sistemas nacionais de saúde estão sendo testados em seus limites. O mundo inteiro está mergulhado num momento desafiador. A presente crise promove a combinação perversa entre a violenta pandemia do coronavírus e o fantasma de uma crise econômica inédita e devastadora.

Felizmente, na saúde, com todas as mazelas e problemas, o SUS é um sistema nacional unificado e coordenado, com capilaridade e descentralização de ações. Sofre sempre o problema crônico de falta de recursos, mas heroicamente resiste e enfrenta a epidemia. A saúde suplementar complementa as ações públicas cuidando de 47 milhões de brasileiros. Mas o sistema de saúde pode colapsar. O resultado só não é pior graças à correta política de isolamento social liderada pela a antiga equipe do Ministério da Saúde, por governadores e prefeitos.

Poderia me dedicar, nessas linhas, a discutir a crise política derivada da saída do Ministro Sérgio Moro, os conflitos permanentes, reavivados nos últimos dias, entre os poderes da República, a falta de rumo, na saúde e na economia, fruto dos problemas internos do Governo Federal, a expansão geométrica da epidemia entre nós. Mas preferi homenagear os milhares de profissionais de saúde e gestores que neste momento defendem, a duras penas e com

enormes sacrifícios, as nossas vidas, nas pessoas de dois grandes protagonistas da história do SUS: o grande sanitarista Eugênio Villaça e o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta. Afinal, a missão do SUS é cuidar das pessoas e suas ações são feitas por pessoas, e entre elas alguns exercem papel destacado de liderança.

Eugênio Villaça completou, no último dia 24, oitenta anos. Vindo lá de sua Pará de Minas e inspirado na experiência de seu pai, que desenvolvia trabalho social num posto de puericultura, assumiu desde cedo o compromisso explicitado nos agradecimentos em seu livro "As Redes de Atenção a Saúde", uma das suas principais publicações entre outras dezenas: "projetos de saúde exigem amor aos seus sujeitos, especialmente às pessoas mais humildes".

Formou-se em Odontologia na UFMG e se tornou um reconhecido cirurgião em Belo Horizonte e professor da Universidade. Uma virada em sua vida aconteceu a partir do curso que fez na Escola Nacional de Saúde Pública, se especializando em planejamento de saúde. Abandonou sua promissora carreira de cirurgião odontológico, que lhe daria uma vida material muito mais tranquila, para se dedicar de corpo e alma à saúde pública.

A prática sem boa teoria é cega. A teoria sem a ação transformadora é estéril. Eugênio se transformou em um dos mais importantes sanitaristas do Brasil, um dos autores mais lido pelos gestores e profissionais do SUS e atuou em centenas de municípios brasileiros e em experiências marcantes no Paraná, Ceará e Minas Gerais.

Eugênio Villaça concentra uma rara combinação de qualidades: rigor e qualidade intelectual, inquietação existencial, espírito público, experiência acumulada, criatividade, integridade pessoal, aguçado senso crítico, compromisso social, espírito militante e capacidade de trabalho e liderança. Sempre foi uma referência para organizações multilaterais como OMS, OPAS, BIRD, BID e de acordos de cooperação internacional. Aos 80 anos, continua militando como principal consultor do Conselho Nacional dos

Secretários Estaduais – CONASS, e contribuindo para a evolução e superação dos gargalos desta política pública de saúde vitoriosa chamada SUS.

Sempre soube que o SUS era uma obra coletiva em permanente construção, como na escolha do poema de João Cabral de Melo Neto para abrir um de seus livros que "um galo sozinho não tece a manhã, ele precisará sempre de outros galos... para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos". O SUS é obra de milhares e ele influenciou e qualificou muitos deles.

Lutou e luta pela primazia da atenção primária como centro de gravidade ordenador das redes de atenção integral à saúde e alertava, não por veleidade teórica ou preciosismo, para a imprecisão de alguns conceitos, como baixa, média e alta cumplicidade ou atenção básica, como se o nível primário de atenção não fosse central e pudesse ser desqualificado como uma coisa trivial, simples, sem importância. Lembro bem dele questionando nossa equipe em Minas Gerais: "O que é mais complexo um transplante ou fazer uma pessoa parar de fumar ou beber exageradamente?" E completava: "Nenhum dos dois, são ambos complexos. Um denso em tecnologia, outro em cognição e relacionamento humano".

Em seu centrado otimismo cunhou uma frase que virou um mantra no CONASS: "O SUS é uma solução com problemas e não um problema sem solução". Nos oitenta anos de Eugênio Villaça, a homenagem a todos os sanitaristas que impulsionaram com suas ideias a construção do sistema público de saúde brasileiro, que heroicamente nos defende da COVID-19.

Luiz Henrique Mandetta é médico ortopedista, nascido no Mato Grosso do Sul, com formação em ortopedia pediátrica nos EUA. Foi secretário municipal de Campo Grande, dirigente da UNIMED lá, deputado federal de 2011 a 2018. Compartilhei com ele durante oito anos as manhãs das quartas-feiras na Comissão de Seguridade Social, Saúde e Família da Câmara dos Deputados. Ele era o mais "caxias" da turma toda, e olha que eu era muito aplicado também.

Mas ele era o único, o único mesmo, que estudava na véspera todos os projetos em pauta. Sério, dedicado, inteligente, experiente, estudioso, competente e entusiasmado pelas lutas em favor da saúde. Aos 54 anos, em 2019, foi nomeado Ministro da Saúde.

Tivemos grandes ministros da saúde como Adib Jatene José Serra, entre outros. Mandetta passou a integrar a lista dos melhores ministros de toda nossa história. As crises forjam os grandes líderes. Durante o enfrentamento do coronavírus, Mandetta transformou-se em uma referência para a população brasileira. Com seu carisma, profissionalismo, seriedade e capacidade de comunicação conseguiu mobilizar o país em torno da única estratégia disponível para o enfrentamento da pandemia: o isolamento social. Ganhou a confiança e a admiração de milhões de brasileiros. Deixou um vácuo enorme com a sua saída.

Não há saídas simples para problemas complexos. Erguer um sistema público de acesso universal e atenção integral à saúde não é nada fácil num país que tem um investimento público per capita três vezes menor que Portugal, quatro vezes menor que a Espanha, de sete a nove vezes menor que Itália, Canadá, Reino Unido e França.

Se é verdade que o SUS tem graves limitações, principalmente financeiras, seria impossível imaginar a defesa da vida diante da agressiva pandemia da COVID-19 sem a existência do SUS. Esses 31 anos de construção do SUS é obra de milhares de gestores, profissionais de saúde, conselheiros de saúde, espalhados anonimamente por cada um dos municípios brasileiros. Mas o seu sucesso relativo deve-se em grande parte às ideias e ações de pessoas com Eugênio Villaça Mendes e Luiz Henrique Mandetta. A eles nossa homenagem e gratidão.

CONSTITUIÇÃO, A ÂNCORA DA DEMOCRACIA

09 maio, 2020

Existe atualmente no ambiente do nosso país um visível mal estar. É inacreditável. Em meio a uma violenta pandemia e tendo pela frente uma das maiores recessões de nossa história, ver nas ruas e nas redes sociais pessoas agressivamente pedindo um novo AI-5, o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal - guardião da Constituição, em outros termos, o fim da democracia. Percebo em conversas com amigos, familiares, conhecidos, um sentimento misto de temor, apreensão, incredulidade, indignação e surpresa com os rumos políticos de nosso Brasil. Eu, que como vereador coordenei a campanha das diretas na minha cidade, em 1984, jamais imaginei que parcela significava da população viesse a se mobilizar algum dia defendendo um retrocesso catastrófico. Afinal até o samba enredo da Imperatriz Leopoldinense clamava: "Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós".

Minha geração, que na metade dos anos setenta, tentou reencontrar o fio da meada histórico da geração de 1968, abraçou com vigor, determinação e coragem a agenda democrática – anistia ampla e geral, eleições diretas para Presidente e todos os demais cargos e Constituinte livre e soberana. A utopia que movia nossa generosa militância era ver um país mais justo e democrático.

Descobrimos e experimentamos o autoritarismo nos livros e na vida real. Quantos foram os encontros visando à reconstrução da UNE e das UEEs reprimidos? Comecei a acordar para a longa e tenebrosa noite do autoritarismo vivida pelo país aos 16 anos, em 1976. Estudava na Academia de Comércio de Juiz de Fora e liderei

um dia de greve e uma passeata no recreio do turno da manhã. As razões eram afetivas e administrativas, nada de conteúdo político e ideológico. No dia seguinte, fui informado que seria enquadrado no Decreto-Lei 477, de 26 de Fevereiro de 1969, que definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dava outras providências. Aí descobri que havia fortes restrições à liberdade de opinião, organização e mobilização e que poderia ser expulso do colégio e sofrer outras penalizações. Foi aí que despertei para a imperiosa e inescapável participação no movimento pela redemocratização do país.

Mais à frente, em 1979, já como coordenador do Diretório Acadêmico de Economia da UFJF e membro da direção do Comitê Brasileiro da Anistia local, fomos vários de nós julgados com base na Lei de Segurança Nacional por "crime de opinião". Defenderam-nos o ex-presidente da OAB/JF, Winston Jones Paiva, e o ícone do direito brasileiro, Heleno Fragoso. Toda a cidade acompanhou o julgamento. Foi um fato histórico que anunciava o esgotamento do autoritarismo. Tinha 18 anos, mas parecia ter muito menos. Só não gostei de uma passagem quando o grande jurista Heleno Fragoso, que me tinha à sua esquerda no púlpito, virou-se para a junta militar e argumentou: "Olhem este rapaz aqui, quase uma criança, ele pode arranhar a segurança nacional?". A plateia toda caiu na gargalhada. Quase levantei, pedi um aparte e disse: "Me desculpe, mas o senhor não me conhece bem, sou perigoso pra caramba".

Em 1981, já como presidente do DCE da UFJF, convocamos uma manifestação contra a divisão do vestibular. Foram mais de mil jovens que cursavam o pré-vestibular, quase todos menores. Portanto, a responsabilidade era totalmente minha. Na véspera, fui chamado pelo Delegado Regional de Segurança, uma pessoa doce e amigo de minha família, que transmitiu o recado: "Se houver passeata, haverá repressão". Nosso precário e juvenil sistema de inteligência detectou que havia dois caminhões com a tropa de

choque postada na Avenida Rio Branco e na Rua Santo Antônio. Ou seja, se saíssemos dos jardins da reitoria em passeata, o pau ia quebrar. Logo ao final do encontro, de cima de um caixotinho e com megafone na mão, dispersei organizadamente a turma, sob os protestos veementes de duas militantes trotskistas, vindas de Volta Redonda, que tentavam tirar o megafone de minha mão para propor a passeata, aos gritos de: "stalinista, stalinista".

Memórias, memórias. Apenas para registrar que os meus verdes anos e de minha geração foram voltados integramente à luta pela democracia e pela liberdade. Daí nossa surpresa e indignação com as atuais e inconstitucionais manifestações pedindo o retorno aos tempos sombrios da ditadura.

Steven Lewitsky e Daniel Ziblatt em seu best-seller "Como as democracias morrem" advertem que os governos autoritários podem nascer de rupturas como no Chile de Pinochet, no Brasil em 1964 ou na Cuba de Fidel. Mas podem nascer pela deterioração institucional de governos democraticamente eleitos. Discutem com profundidade experiências históricas assim, à direita e à esquerda, como Fujimori no Peru, Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Chávez na Venezuela, Trump nos EUA, Putin na Rússia, Daniel Ortega na Nicarágua, entre outros. Demonstram que não bastam Constituições e instituições democráticas. Há que se enraizar a cultura democrática em normas não escritas: "a tolerância mútua, ou o entendimento de que as partes concorrentes se aceitam umas às outras como rivais legítimas, e a contenção, ou a ideia de que os políticos devem ser comedidos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais". O Brasil caminha perigosamente na direção contrária.

A Constituição brasileira de 1988, que ancora nossa democracia, é fruto de um processo amplamente democrático e participativo. Não é perfeita, é prolixa e detalhista, mostra disso é que ela própria previu sua revisão e as inúmeras emendas constitucionais aprovados em curto espaço de tempo. Mas ela é a bússola e a base

da nossa democracia, que está acima de todos, absolutamente de todos. Vale relembrar o antológico, excepcional e denso discurso do Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, feito no plenário do Congresso Nacional, na promulgação da nova Carta Magna: "A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo". "Quanto a ela, discordar, sim. Divergir, sim. Descumprir, jamais. Afronta-la, nunca. Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério". "A persistência da Constituição é a sobrevivência da democracia". Os atuais manifestantes a favor do retrocesso deveriam ter a humildade de ouvir este marcante discurso, momento maior de nossa vida política recente.

Não basta a Constituição. Não basta a necessidade de difundir e enraizar a cultura democrática. Faz-se necessária a existência de Poderes independentes e soberanos e de instituições permanentes de Estado, que garantam o efetivo cumprimento dos mandamentos constitucionais. O Congresso, o Poder Judiciário, as Forças Armadas, o Ministério Público, a Polícia Federal, a imprensa livre, são patrimônio da sociedade e organizações de Estado, que geram os famosos freios e contrapesos, e são absolutamente indispensáveis para a democracia. Quantas cabeças confusas e atormentadas no Brasil de hoje confundem esses conceitos e ideias basilares para a vida democrática e para a preservação da liberdade. A Polícia Federal Brasileira é uma instituição de Estado, não está a serviço de governos, seja qual for, não é a Gestapo nazista, nem o KGB soviético, não é uma polícia política. Assim também as Forças Armadas. Em boa hora o atual Ministro da Defesa, General Fernando Azevedo e Silva, em sua Nota oficial de 04 de maio último, pontuou com firmeza: "As Forças Armadas cumprem sua missão constitucional. Marinha, Exército e Força Aérea são organismos de Estado,

que consideram a independência e a harmonia entre os Poderes imprescindíveis para a governabilidade do País. A liberdade de expressão é requisito fundamental de um País democrático... As Forças Armadas estarão sempre ao lado da lei, da ordem, da democracia e da liberdade. Este é o nosso compromisso".

Minha geração que lutou pela redemocratização cometia erros, sem dúvida, mas tinha clareza de valores, objetivos e convicções para tomar as ruas e praças e defender ideias. Não sei os manifestantes de agora em favor do retrocesso e do AI-5 se têm alguma clareza de qualquer coisa. Deveriam ler "Como as democracias morrem", o discurso de Ulysses e a nota oficial do General Azevedo e Silva. Uma boa causa não pode nascer de poucas palavras no Twitter ou algumas linhas de Whastapp.

O momento é sombrio. É preciso a eterna vigilância em defesa da liberdade. A perplexidade, a indignação e o medo despertados pelas faixas nas ruas pedindo a volta do autoritarismo não podem derrotar a esperança e a fé na democracia. Não podemos nos entregar. A história dá muitas voltas, mas não abriremos mão da democracia como valor permanente e universal.

O LEGADO POSSÍVEL DA PANDEMIA

16 maio, 2020

Já ficou gasta, pelo excessivo uso, a afirmação de que as crises, por um lado, geram desafios, ameaças e problemas graves, por outro, abrem oportunidades. Do enfrentamento de eventos catastróficos como a atual pandemia do coronavírus e do aprendizado individual e coletivo decorrente, podem nascer mudanças de atitudes, gerando saltos de qualidade nas políticas públicas, no comportamento empresarial e no relacionamento humano e social.

Tudo pode acontecer, inclusive nada. Não é uma decorrência automática. Depende do comportamento de cada um e de todos. A "gripe espanhola" de 2018, que infectou 25% da população mundial da época, 500 milhões de pessoas, e levou a morte de 17 a 100 milhões de pessoas, segundo as precárias e imprecisas estatísticas, se deu em plena 1ª. Guerra Mundial e não obrigatoriamente gerou mais solidariedade e integração entre as Nações e as pessoas, visto que logo à frente tivemos a maior recessão da história em 1929 e a 2ª. Guerra Mundial, de 1939 a 1945.

Sejamos otimistas. Vamos torcer e trabalhar para que a pandemia da COVID-19 produza, no Brasil e no mundo, avanços civilizatórios na direção de uma sociedade mais solidária, humana, justa e democrática.

A saúde, que sempre foi uma preocupação central dos brasileiros, assumiu um protagonismo inédito. O verdadeiro bombardeio de notícias e informações sobre o coronavírus, roubando a cena de outros assuntos da política e da economia, tende a gerar uma atenção maior às políticas públicas de saúde. Um primeiro legado

da pandemia, portanto, pode ser o crescimento da consciência de que é preciso aumentar os investimentos em saúde e melhorar muito a gestão de nosso sistema.

O sistema brasileiro de saúde, apesar de no nome o SUS carregar a palavra "único", é composto de três subsistemas: o sistema público nacional universal, de cobertura integral e gratuita; a saúde suplementar – planos e seguros privados; e o sistema de desembolso direto dos cidadãos – os pagamentos particulares feitos nos balcões das farmácias e laboratórios ou para remunerar serviços médicos e odontológicos.

O SUS é ancorado no texto constitucional e na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990) e baseado no direito de cidadania e no dever do Estado prover os serviços de saúde indistintamente a todos os cidadãos brasileiros. Portanto, um direito determinado pela Constituição brasileira no âmbito das relações Estado/cidadão.

Diferentemente, a saúde suplementar é derivada de uma relação de mercado entre o usuário contratante e as operados e seguros de saúde, baseada numa figura central nas economias de mercado, realidade, porém, muitas vezes esquecida no Brasil: o contrato. A saúde suplementar atende a 47 milhões de brasileiros, ou seja, quase 25% da população.

Nas lacunas existentes no SUS e na saúde suplementar, muitas vezes os brasileiros são levados a tirar o dinheiro do próprio bolso para pagar medicamentos, consultas, exames.

O SUS tem resistido heroicamente à epidemia, embora em vários estados e cidades o sistema hospitalar esteja vivendo um colapso, sobretudo na oferta de leitos de UTI. Vivemos um descompasso crônico no SUS entre os recursos humanos e financeiros disponíveis e as necessidades da população. Isto é fruto de uma realidade histórica desde sua criação que é a do subfinanciamento. Segundo dados da OMS (2014), em dólar equalizado, o investimento público anual por habitante no Brasil gira em torno de US$ 435. Enquanto isso sistemas de acesso universal e cobertura integral

em outros países investem muito mais: Portugal (US$ 1.363), Espanha (US$ 1.890), Reino Unido (US$ 3.266), Canadá (US$ 3.704) e França (US$ 3.868). Dinheiro não é tudo. Prova disto é que o país que mais gasta, os EUA, não tem os melhores resultados. Mas não há como fazer mágica.

Quem sabe, com o aprendizado da pandemia, governos, Congresso Nacional, sociedade deem mais atenção ao orçamento do SUS e priorizem este investimento essencial para a sociedade? Numa das inúmeras LIVEs que participei neste período de isolamento social, testemunhei um emocionante e sensível depoimento de um prefeito de uma grande cidade brasileira, que tendo passado dias angustiantes em uma UTI, graças a COVID-19, ao ser perguntado sobre qual o aprendizado pessoal que herdou, ele disse que tinha construído quatro viadutos em seu mandato, mas que a partir de agora teria um novo foco em relação ao sistema de saúde. Será que teremos a mesma percepção coletiva após a pandemia?

Mas outros legados poderão prevalecer. Entre eles, certamente haverá uma revalorização do desenvolvimento científico-tecnológico e da cadeia produtiva nacional da saúde. Todos nós ficamos na torcida por nossos cientistas, que num esforço concentrado e hercúleo, buscam uma vacina ou um tratamento contra o coronavírus. Vamos investir mais em nossos cientistas e pesquisadores? A inovação é a chave do desenvolvimento no mundo contemporâneo. Também, não só no Brasil, ficamos alarmados com a excessiva dependência global da oferta de equipamentos e insumos farmacêuticos ativos (IFAs) de alguns poucos países como China, Índia e Coréia do Sul. Houve uma verdadeira "guerra comercial" para a compra de ventiladores pulmonares, insumos e equipamentos de proteção individual. Haverá mais atenção no Brasil ao setor produtivo nacional e uma política industrial inteligente para que situações assim não se repitam?

Outra conquista possível e que veio para ficar é a telemedicina. Poderemos aumentar e muito a produtividade de nossos

escassos recursos e ampliar o acesso aos serviços de saúde com o uso das modernas ferramentas tecnológicas que possibilitam o atendimento à distância. Claro que precisamos de uma boa normatização do assunto. Mas este avanço não pode ficar prisioneiro de razões corporativas.

Ainda como herança, nós certamente poderemos ter uma integração muito maior entre o SUS e a saúde suplementar. Como os recursos públicos são escassos e a saúde suplementar atende a um quarto da população, é fundamental abrir os canais de diálogo e discutir transparentemente as linhas de cooperação, já que quanto melhor for o desempenho da saúde privada, melhor para o SUS. Várias iniciativas governamentais e legislativas têm, nesse momento de crise, buscado o apoio do sistema privado de saúde, que voluntariamente fez doações expressivas para centros de pesquisas, hospitais de campanha, governos, organizações não governamentais de assistência social, disponibilização de leitos de UTI, equipamentos. Muitas vezes estas meritórias iniciativas esqueciam a diferença essencial entra a natureza constitucional do SUS e o fundamento contratual da saúde suplementar. Se queremos que a saúde suplementar seja eficiente e complemente as ações do SUS, não podemos minar a sustentabilidade econômica do setor privado. O diálogo transparente e fundamentado é o caminho da cooperação e da solidariedade.

Por último, mas não menos importante, poderá sobreviver talvez um ambiente mais favorável às ações de prevenção e promoção da saúde e aos autocuidados. Fomos treinados na pandemia pelos profissionais da saúde, pelas autoridades sanitárias e pelos meios de comunicação a investir no autocuidado e na prevenção. Lavar as mãos, usar máscaras, evitar aglomerações. O aumento da consciência sobre a importância da prevenção contra doenças pode ser o maior legado dessa pandemia. Alimentação saudável, atividades físicas, combate ao tabagismo, ao alcoolismo e às drogas, hábitos sexuais saudáveis, monitoramento permanente

dos vetores de doenças crônicas (hipertensão, diabetes, entre outras), podem ter um impacto inimaginável sobre os indicadores de saúde.

Como disse, nenhum avanço será automático. O ser humano é o único na face da terra que tem consciência plena, capacidade de aprendizado amplo, possibilidade de transformar a vida. Que os momentos de tensão e angústia provocados pela COVID-19 sirvam de alavanca para, através do aprendizado pessoal e coletivo, conquistarmos uma saúde melhor para todos os brasileiros.

O DIABO MORA NO DETALHE

23 maio, 2020

O provérbio alemão nos ensina que grandes ideias, projetos e intenções muitas vezes tropeçam não em sua concepção, mas no detalhe. A pandemia do coronavírus escancarou que determinados desafios só podem ser enfrentados com a ação eficiente e ágil do Estado e não pela sociedade e pelo mercado. Nada que autorize a leitura que precisamos de um Estado inchado, obeso, perdulário, mas de ações governamentais qualificadas e bem pensadas. No Brasil, as ações filantrópicas das pessoas e das empresas cresceram exponencialmente durante a presente crise, mas só o aparato estatal tem escala e abrangência em sua ação para responder um desafio de tamanha envergadura.

Em meus 36 anos de vida pública, sempre oscilei entre a luta política, o desafio gerencial e o pensamento teórico. E, hoje, nestas linhas, vou pisar mais na perna gerencial, já que por 18 anos ocupei cargos executivos. Observando o desempenho das políticas públicas de enfretamento da crise sanitária e econômica em curso, percebo lacunas históricas que impedem que ação governamental cumpra plenamente seus objetivos e chegue efetivamente à população alvo. Gostaria aqui de discutir três gargalos a serem superados: a identificação única digital dos cidadãos brasileiros, os problemas de acesso ao mundo digital e à Internet e a auto-organização da comunidade para dar suporte às ações do poder público.

Diante do isolamento social necessário para evitar a propagação do vírus, a economia foi em grande parte paralisada, sacrificando, sobretudo, desempregados e trabalhadores informais, a chamada

população invisível. Diante disso, o Governo e o Congresso conceberam o auxílio emergencial mensal de 600 reais por três meses para assegurar uma renda mínima a quem não participa de nenhum dos programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, que se direcionada a idosos pobres e pessoas com deficiência. O objetivo era beneficiar de 60 a 80 milhões de brasileiros sem vínculo formal de trabalho. As dificuldades logo apareceram. Desde a dificuldade da população pobre em se cadastrar, as negativas para pessoas que deveriam se enquadrar, a inexistência de um cadastro amplo e seguro, e o gargalo para o pagamento com a formação de filas imensas nas portas das agências da Caixa Econômica, provocando aglomerações e expondo a população ao contágio.

Um dos milhares de casos cruéis e injustos quando ganham carne, osso, nomes e rostos, retratados pela imprensa, um me chamou atenção, foi a de seis famílias da favela Córrego do Eucalipto, na periferia de Recife, que compartilham o mesmo endereço em casas diferentes, o número 15 da Rua do Platô. Como o programa de ajuda emergencial prevê que apenas dois CPFs de cada endereço podem acessar o benefício, apenas uma das seis famílias conseguiu êxito. E aí que a intenção tropeça no detalhe.

No Brasil, cada um de nós tem uma parafernália de números que nos identificam. A Carteira de Identidade, o CPF, o Título de Eleitor, a Carteira de Motorista, o Certificado de Reservista, a Carteira de Trabalho, as Carteiras Profissionais emitidas por organizações profissionais, o Cartão SUS, o Cadastro do Bolsa Família, e por aí vai. São centenas de informações acopladas a cada uma dessas identificações, em portentosas bases de dados, na maior parte, ilhadas em seus objetivos e sem compartilhamento recíproco e canais de comunicação, dificultando enormemente a implantação de políticas públicas de alcance geral e nacional.

Urge criar a Identificação Única Digital para todos os brasileiros. É possível? Claro que sim. A Índia com seus 1,3 bilhões de habitantes

conseguiu. Vale a pena ler o diálogo entre o apresentador de TV, Luciano Huck, com o bilionário indiano, filantropo, fundador da gigante de tecnologia INFOSYS, Nadan Nilekani, que aceitou ir para o governo e presidir a Autoridade Única de Identificação da Índia. Em dez anos, o país logrou êxito, dando a cada um de seus habitantes sua Identidade Única Digital vinculada a uma conta bancária, que ao promover uma verdadeira revolução digital possibilitou o maior programa de transferência do mundo. O caderno especial com este diálogo se encontra no jornal O Estado de S. Paulo, do domingo, 17 de maio último. Na crise desencadeada pelo coronavírus, a Índia decretou lockdown e em duas semanas conseguiu depositar na conta de cada cidadão vulnerável o auxílio emergencial.

O sistema criado é simples, minimalista e leve. No cadastro constam nome, endereço, data de nascimento, sexo e a biometria. Opcionalmente o email e o número do celular. Um sofisticado sistema de rastreamento, através da biometria, evitou a duplicação e as fraudes. Os demais sistemas setoriais foram se acoplando, sem prejuízo de seus objetivos específicos, e criando uma ferramenta essencial para que a relação Estado/Cidadão ganhe eficiência e agilidade. Pergunto: qual é a dificuldade de usar o mesmo número de identificação com biometria na hora de votar, alimentar o prontuário eletrônico do SUS ou declarar o Imposto de Renda na Receita Federal? Nenhuma. A partir dele é possível acessar informações complementares setoriais para cada uso concreto e cruzar dados dos diversos sistemas.

O segundo detalhe importante que se coloca no caminho de uma cidadania plena e de bons resultados para as ações governamentais é a digitalização do Brasil e de sua população. Matéria da Folha de S. Paulo, do mesmo domingo, 17 de maio, trouxe dados desafiadores e essenciais. Revelou que 23% da população brasileira, ou seja, 42 milhões de brasileiros, jamais acessaram a Internet. O dado piora quando se trata das classes D e E. A exclusão digital chega nesta faixa da população a 41%. Trinta e três por cento dos

domicílios brasileiros não possuem internet. Mas não é só uma questão quantitativa, é também de qualidade. Setenta milhões de brasileiros têm acesso precário, com conexão de baixa qualidade. Mil e quinhentos municípios brasileiros não têm fibra ótica para viabilizar conexão em banda larga.

Esta é mais uma faceta que revela a monstruosa e desafiadora desigualdade social no Brasil. Como facilitar o acesso do cidadão aos programas públicos, como se revelou nas dificuldades de se conseguir o auxílio emergencial, sem a população ter conectividade? Mas não só isso. Como praticar o ensino a distância com este cenário de exclusão digital, ou a telemedicina no SUS, ou bibliotecas virtuais, ou serviços financeiros, ou o acesso à cultura e ao entretenimento, ou ao e-comerce popular, ou à informação jornalística? O detalhe tecnológico excluí parcelas enormes da sociedade dos benefícios do mundo digital contemporâneo. E temos dinheiro para isso. Mensalmente, nas nossas contas telefônicas, é cobrado um percentual para o FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicação), criado na privatização do Sistema Telebrás em 1997. São mais de um bilhão de reais a cada ano previstos para combater a exclusão social nas telecomunicações. Em 2001, quando era Chefe de Gabinete do Ministério das Comunicações, na gestão do Ministro Pimenta da Veiga, chegamos a lançar o Teleducação e o Telessaúde. Mas detalhes, sempre eles, jurídicos e institucionais, impediram que até hoje os programas tivessem saído do papel.

O último tema que queria explorar é o da auto-organização da sociedade para dar suporte a ações públicas. Existem tradicionalmente as Associações de Bairros e Comunitárias. O grau de efetividade e capacidade de mobilização é muito heterogêneo. Algumas são meramente cartoriais, outras aparelhadas politicamente, outras muito ativas e representativas. O governo pode muito, mas não pode tudo. A parceria com a comunidade pode dar outra dimensão às políticas públicas. Isto

me ocorreu, em janeiro deste ano, quando Minas Gerais e Belo Horizonte foram alvos de um verdadeiro dilúvio. Pensei: porque não organizar comitês populares de defesa civil? Muitas vezes, famílias expostas ao perigo em áreas de risco são refratárias à abordagem do poder público, mas talvez se sensibilizassem mais se a ação partisse de seus vizinhos.

Chamou-me a atenção agora na pandemia da covid-19, a ação da Associação Comunitária de Paraisópolis, que mobilizou 420 presidentes de rua voluntários, que monitoram as 21 mil residências, sendo que cada presidente cuida de 50 casas. Todos foram treinados, no início presencialmente, depois do distanciamento social, on line. Cada presidente de rua tem quatro tarefas: conscientizar e monitorar os moradores para que fiquem em casa, distribuir doações, chamar socorro, se necessário, e levar boas notícias e combater as fake news. Com apoio de uma empresa privada contrataram duas ambulâncias, uma UTI móvel, dois médicos, três enfermeiras e dois socorristas, para atender a comunidade 24 horas.

Como se vê não são apenas os grandes planos e ações que produzem resultados. Que tal remover esses "detalhes" que impedem a construção de um Brasil melhor?

PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE O PARLAMENTARISMO

30 maio, 2020

A história republicana brasileira, e já se vão 130 anos da Proclamação da República, não foi propriamente um céu de brigadeiro ou um mar de almirante em termos de estabilidade política e institucional. Assemelha-se mais a uma montanha-russa.

Já no nascedouro a República foi marcada por uma confusa ruptura com a monarquia, a partir da ação das Forças Armadas. Em 1930, tivemos outra quebra da ordem constitucional, após a dissolução do pacto de governabilidade da República Velha e do seu pilar, a famosa política do café com leite. Getúlio Vargas, liderando uma aliança com Minas Gerais e o Nordeste brasileiro, instalou a República Nova e o Governo Provisório. Pressionado pela Revolução Constitucionalista de 1932, capitaneada por São Paulo, foi obrigado a convocar uma Assembleia Constituinte que gerou a Constituição de 1934, de curta vida.

Em 1937, aproveitando a instabilidade provocada pelas movimentações integralistas e pela Intentona Comunista de 1935, tendo como biombo o fantasioso Plano Cohen, Getúlio dá um golpe institucional, fecha o Congresso e outorga a quarta Constituição do Brasil, a terceira da República, conhecida como a Polaca, em 10 de novembro de 1937. Mais uma vez, as Forças Armadas tiveram papel preponderante. Contemporâneos a esses acontecimentos avaliam que o golpe viria com ou sem Getúlio. A nova ordem do Estado Novo era baseada em forte centralização do poder na União, nacionalismo, intervencionismo estatal e

anticomunismo. Durou até 1945, quando a vitória dos aliados na Segunda Grande Guerra impôs a volta à democracia.

De 1946 em diante, tivemos também grande instabilidade política com o suicídio de Vargas em 1954, as conspirações contra JK, a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a frustrada experiência parlamentarista de 1962, a radicalização extrema no governo João Goulart e como consequência o golpe militar de 1964, os Atos Institucionais e a nova Constituição de janeiro de 1967, interrompendo a experiência democrática anterior e que persistiria até 1985.

A luta democrática dos anos de 1970 desencadeou as históricas campanhas pela Anistia e das Diretas-Já que pavimentaram o caminho para a vitória de Tancredo Neves contra Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 1985 e a fundação da Nova República com a sua Constituição de 1988. Mesmo este ciclo político foi marcado por momentos tensos como os dois processos de impedimento dos Presidentes eleitos Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). A eleição disruptiva de 2018 representou o fim do ciclo da Nova República e cristalizou o desgaste extremo de todas as forças políticas tradicionais.

O novo governo liderado pelo presidente Jair Bolsonaro abriu mão do chamado "presidencialismo de coalizão" e de construir maioria parlamentar estável. Na sociedade e no novo palco de disputa política, as redes sociais, nunca houve, desde 1985, um ambiente tão polarizado e radicalizado.

Este longo, mas superficial, mergulho na história política brasileira é somente para jogar luzes na preocupação de que como diria Otávio Mangabeira "A democracia é uma planta tenra, a gente tem que cuidar todo dia". A liberdade é talvez o maior sonho do ser humano e a democracia, o melhor caminho para definirmos os destinos do país e do mundo.

Neste sentido, precisamos interromper rapidamente a atual "marcha da insensatez". O governo e sua base de apoio político

e social promovem uma polarização intensa e radical contra o Congresso Nacional e o STF. O STF, apoiado pelo Ministério Público Federal e a Polícia Federal, empreende uma série de ações e inquéritos, cumprindo suas funções institucionais, que afetam importantes atores políticos da República. A imprensa, cumprindo seu papel social, em uníssono defende diariamente a democracia e aponta os riscos envolvidos.

O Congresso Nacional, surpreendentemente, por ser uma casa mais quente e fragmentada, tem desempenhado o papel de mediador de conflitos e poder moderador, mas abriga a natural polarização política, já que é a caixa de ressonância da sociedade. As Forças Armadas reiteram seu compromisso com a Constituição, mas algumas lideranças delas egressas jogam lenha na fogueira da crise. Onde vamos parar? Haverá luz no final do túnel?

O desenrolar dos fatos aponta para um inevitável impasse. Seria lamentável que isso ocorresse. Enfrentamos uma brutal e surpreendente crise sanitária com a pandemia do coronavírus e seus efeitos colaterais agressivos no desempenho da economia. Imaginem um impasse político de difícil solução com pessoas morrendo nos hospitais, desemprego chegando a 20 milhões de brasileiros, queda substantiva de renda daqueles que vivem à margem do mercado formal de trabalho, quebra de milhares de empresas e crise fiscal do setor público nos três níveis agravada pela pandemia?

Caminharemos para uma encruzilhada onde apenas quatro cenários possíveis e dramáticos se colocam: o golpe institucional a partir do Palácio do Planalto, rompendo com a Constituição e a democracia, o impeachment pelo Congresso, o afastamento do presidente pela via judicial ou a alternativa de empurrar com a barriga por dois anos e meio até 2022, com crises diárias e interrupção do processo de reformas estruturais e de ajuste fiscal e da retomada do crescimento econômico?

Não, este não é o caminho! Apostar no impasse é uma irresponsabilidade com o país e com a democracia brasileira. Podemos viver uma crise de hegemonia de repercussões imprevisíveis com instituições e sociedade divididas, sem um rumo claro para a superação do impasse político e institucional.

Em boa hora, aconteceram o importante discurso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, no qual conclamou pela união de esforços e pediu serenidade e diálogo a todas as lideranças das instituições republicanas, e a iniciativa do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, de procurar o presidente da República, Jair Bolsonaro, na última quinta-feira, para pedir cautela. O Congresso Nacional, muitas vezes tão injustiçado nas redes sociais e na opinião pública, está tendo um comportamento exemplar na difícil quadra histórica em que mergulhamos.

No longo prazo, sem interferir nos direitos políticos adquiridos de curto prazo, de forma institucional, impessoal e suprapartidário, temos que dialogar sobre o parlamentarismo. No meu ponto de vista, o presidencialismo brasileiro se esgotou. Claro que a alternativa parlamentarista teria que ter adesão da sociedade, uma prévia reforma política e o fortalecimento do funcionamento da burocracia de Estado, no sentido weberiano, assegurando estabilidade permanente e profissionalizada às políticas públicas.

No presidencialismo americano o debate e os impasses envolvem apenas dois partidos, republicanos e democratas, garantindo a funcionalidade do sistema e as condições mínimas de governabilidade. Aqui temos hoje vinte e quatro partidos presentes no Congresso Nacional e na atual configuração os termos maioria e minoria perderam o sentido. Não há estabilidade política possível e nem responsabilização inequívoca de papéis para permitir o avanço de qualquer agenda governamental.

O parlamentarismo é muito mais ágil e flexível para administrar suas crises. Nele, há clara formação de maioria e minoria, com responsabilidades e papéis muito bem definidos. Aqui, somos

escravos da rigidez dos mandatos e diante de impasses caminhamos logo para a traumática via do impeachment.

Na Itália, a desestabilização do gabinete introduzida por ousada e atrapalhada ação da extrema-direita de Matteo Salvini e sua Liga do Norte, foi respondida pela improvável aliança do Movimento 5 Estrelas com o Partido Democrático. Na falta de maioria parlamentar em Portugal, foi configurada a chamada Geringonça Portuguesa, alinhando o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, que se saiu muito bem no governo.

Na Espanha, depois de várias eleições, a solução para a governabilidade teve o Partido Socialista Operário Espanhol como pêndulo entre Ciudadanos e Podemos, formando, ao final, maioria para governar em torno de Pedro Sánchez. Na Alemanha, Angela Merkel, com sua experiência e autoridade política, governa com maioria no Bundestag, embora as próximas eleições reservem perspectivas nebulosas, se Merkel realmente sair de cena. Na França, Emmanuel Macron formou ampla maioria no parlamento francês nas últimas eleições. Lá também as próximas eleições reservam emoções fortes. Mas o parlamentarismo é muito mais eficiente para resolver os impasses de hegemonia e governabilidade.

Enfim, no Brasil, temos que evitar o impasse político de curto prazo em situação de aguda crise sanitária e econômica, e cuidar de nossa tenra planta, a democracia brasileira. E no momento próprio, instalar um amplo debate no Congresso e na sociedade, em torno da alternativa parlamentarista.

Fora isso, teremos uma perspectiva caótica, sombria e perigosa.

ESTAMOS #JUNTOS

06 jun, 2020

"Somos cidadãs, cidadãos, empresas, organizações e instituições brasileiras e fazemos parte da maioria que defende a vida, a liberdade e a democracia".

"Somos a maioria e exigimos que nossos representantes e lideranças políticas exerçam com afinco e dignidade seu papel diante da devastadora crise sanitária, política e econômica que atravessa o país".

"Somos a maioria de brasileiras e brasileiros que apoia a independência dos poderes da República e clamamos que lideranças partidárias, prefeitos, governadores, vereadores, deputados, senadores, procuradores e juízes assumam a responsabilidade de unir a pátria e resgatar nossa identidade como nação".

Assim é aberto o manifesto "estamos #JUNTOS" assinado por expressivas lideranças da sociedade e de diferentes partidos, artistas, intelectuais e por milhares de brasileiros e brasileiras. É o mais expressivo de outras reações da sociedade civil contra a escalada autoritária e a favor da democracia como o BASTA e o SOMOS 70%.

Os manifestos e algumas manifestações de rua mostram que a sociedade brasileira começa a despertar de uma longa anestesia política e vem se preparando para os embates futuros. Fica evidente que é uma reação às sucessivas mobilizações pela volta do AI-5 e pelo fechamento do Congresso Nacional e do STF, pilares da República e da democracia brasileira. Após 35 anos da transição democrática, imaginávamos que teríamos cristalizado a estabilidade política e institucional na vida do país. A realidade

está nos mostrando que essa verdade é relativa e, afinal, que "o preço da liberdade é a eterna vigilância".

Destoando desta reação uníssona das forças democráticas veio, mais uma vez, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que no seu narcisismo calculista e doentio disse que "não é Maria vai com as outras" e que não assinaria ao lado de alguns dos signatários do manifesto. Nenhuma surpresa. Em 1985, o PT não votou em Tancredo Neves, timoneiro da redemocratização, no Colégio Eleitoral, contra a candidatura de Paulo Maluf.

Expulsou três deputados que entenderam a importância histórica da luta no Colégio Eleitoral e votaram em Tancredo contra a orientação do partido: Bete Mendes, José Eudes e Aírton Soares. Em 1988, o PT e Lula votaram contra a "Constituição Cidadã", assim chamada pelo presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães.

Depois acabaram assinando a nova Carta Magna. Em 1992, após o impeachment de Collor, o PT se negou a participar do governo de união nacional em torno do Presidente Itamar Franco, afastando a ex-prefeita de São Paulo e atual deputada federal, Luiza Erundina, que aceitou se tornar ministra-chefe da Secretária da Administração Federal. Havia embutido na atitude um cálculo político oportunista, exclusivista e eleitoreiro, mirando a sucessão presidencial de 1994. Também diante no Plano Real, de diversas reformas estruturais e da Lei de Responsabilidade Fiscal, no governo de FHC, o PT sobrepôs os interesses partidários aos nacionais, demarcando campo próprio e buscando um isolamento tático.

Enfim, como disse Caetano Veloso, "cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é". Ficou famosa a máxima "entre o Brasil e o PT, o PT fica sempre com o PT". Mas a sociedade brasileira não ficará prisioneira de posturas exclusivistas e auto-referenciadas.

Apesar da pandemia e do necessário isolamento social, ocorreram já algumas manifestações de rua em defesa da democracia. E aí, é importante aprender com as jornadas de 2013. Não é possível

que meia dúzia de Black Blocks, tão autoritários como aqueles que pedem um novo AI-5 e agridem as instituições democráticas, comprometam um movimento amplo da sociedade em defesa da liberdade.

Na segunda metade dos anos de 1970 erguemos uma agenda unitária que unificava todos os democratas: anistia ampla, geral e irrestrita; constituinte livre e soberana e eleições diretas. Este aprendizado deve nos iluminar em 2020. A nossa agenda deve perseguir unir a direita, o centro e a esquerda democráticos e lideranças da sociedade brasileira que não obrigatoriamente convergem em questões estratégicas de longo prazo, mas se unem na defesa da democracia. Devemos procurar o que nos une, e não o que nos divide. Defesa da liberdade e da democracia, defesa das instituições republicanas e democráticas e defesa da Constituição, estes são os pontos. Simples assim, fácil de entender e semente de uma ampla unidade.

A nossa história republicana é turbulenta e não foi fácil construir as bases do maior período democrático da nossa trajetória como povo e Nação. A democracia brasileira está ameaçada. Vários países democráticos assistiram retrocessos indesejáveis. A unidade de todos aqueles que defendem a democracia é essencial para que superemos a pandemia, seus perversos efeitos econômicos e garantamos a integridade de nosso tecido social e a retomada do crescimento. Quem se colocar contra será atropelado pelos fatos e pela dinâmica do processo histórico.

1960, SESSENTA ANOS DEPOIS!

13 jun, 2020

Hoje chego aos 60. Nunca pensei que isso aconteceria. Não porque achasse que morreria antes. Mas, o sonho da eterna juventude acalenta a todos nós. E logo no meio de uma pandemia, longe dos familiares e amigos.

Dia de Santo Antônio, não só casamenteiro, mas padroeiro da minha cidade, Juiz de Fora, que já se chamou Santo Antonio do Paraibuna.

Envelhecer é inexorável, muito a contragosto é verdade. Como sou um otimista na ação, procuro seguir o conselho de Picasso: "Quando me dizem que sou muito velho para fazer uma coisa, procuro fazê-la imediatamente". Embora os limites físicos reais sabotem este plano diariamente.

1960 foi o ano da inauguração de Brasília. Finalmente ocuparíamos o Brasil profundo, coroando o Plano de Metas do presidente JK, o presidente bossa nova de um país feliz. O Brasil cresceu 9,4% no ano, a inflação era um pouco superior a 25%. Éramos 70 milhões de brasileiros, 45% nas cidades, 55% no campo.

O país era jovem, 53% tinham até 19 anos. As desigualdades eram presentes, 20% viviam com renda até um salário mínimo e tínhamos 27,5% de analfabetos. Curiosamente, os primeiros resultados do Censo de 1960 foram anunciados no intervalo do clássico Flamengo versus Vasco, no Maracanã.

1960 foi o ano da eleição do carismático e promissor presidente dos EUA, John Fitzgerald Kennedy. Foi também o ano da eleição de Jânio Quadros, que renunciaria meses depois, desencadeando a

crise pré-64. Nasceu Ayrton Senna, que tantas alegrias nos daria no automobilismo. A FDA americana, a Anvisa de lá, aprovou a primeira pílula anticoncepcional, importante passo na luta pela libertação feminina. Houve o espetacular assalto ao trem pagador, que renderia até filme, e Éder Jofre se tornou campeão mundial de boxe.

Em 1960, Ziraldo lançou a primeira revista em quadrinhos brasileira, a Turma do Pererê. A Portela foi campeã em conturbada apuração. A TV Record promoveu o primeiro Festival da Música Popular Brasileira, ganho pela "Canção do Pescador" de Newton Mendonça. Nelson Rodrigues publicou seu clássico "O Beijo no Asfalto". Nas rádios as mais tocadas eram "Banho de Lua" com Celly Campello e "A Noite do meu Bem" de Dolores Duran. A Bossa Nova fazia sucesso nas classes médias urbanas. No Brasil de 1960, apenas 38,54% das casas dispunham de energia elétrica, 35,38% possuíam rádio e apenas 4,6% tinham TV.

No cinema, Mazzaropi divertia a população nas matinês dominicais com o lançamento de "As Aventuras de Pedro Malazartes" e "A Morte comanda o Cangaço" representou o Brasil no Oscar. Ainda não havia Glauber Rocha, Joaquim Pedro e o Cinema Novo. "Acossado" de Jean-Luc Godard e "La Doce Vita" de Fellini foram lançados para o público Cult e marcaram época. A monumental produção "Ben-Hur", com Charlton Heston, abiscoitou onze Oscars.

Na incipiente TV brasileira, Chacrinha, com sua "Discoteca do Chacrinha", começava a disputar a audiência com Flávio Cavalcante e seu "Um Instante Maestro". Na telinha estreava a telenovela "Gabriela, Cravo e Canela" de Jorge Amado e o humor ganhava o "Chico Anysio Show".

Sessenta anos se passaram. O Brasil mudou de cara. Minha geração lutou muito. Mas o desafio continua o mesmo: defender a democracia, lutar pelo desenvolvimento e enfrentar a triste marca da desigualdade social.

ESTABILIDADE POLÍTICA E SUPERAÇÃO DA CRISE

20 jun, 2020

Para o sucesso do país na superação da pandemia e no enfrentamento da grave recessão que se desenha no horizonte, um fator é fundamental: a estabilidade política. Por vezes, parece que estamos inacreditavelmente engolfados numa verdadeira marcha da insensatez em meio a uma tempestade quase perfeita.

Os últimos acontecimentos parecem fazer parte de um roteiro de thriller político povoado de fantasmas e ameaças, que tendem a intranquilizar a população, espantar investidores, desestabilizar a economia e tornar ainda mais complexa uma situação já dificílima.

Mantida a marcha atual dos acontecimentos podemos cair no buraco negro de um impasse. Todo impasse requer solução. E não há solução à vista. Seriam quatro os cenários possíveis de desdobramento da crise política.

O primeiro, o fantasma do autogolpe reproduzindo processos que ocorreram na Venezuela, Peru, Itália e Alemanha. Não me parece factível dada às reiteradas manifestações das Forças Armadas em torno da defesa da Constituição e da democracia. O próprio presidente Bolsonaro, em solenidade recente, reafirmou o compromisso com a estabilidade constitucional, apesar de suas permanentes inquietações retóricas e de espírito.

O segundo seria o impedimento do presidente pelo Congresso Nacional como ocorreu com Collor e Dilma, revelando a rigidez do sistema presidencialista. Não me parece que esta alternativa esteja na ordem do dia. A caracterização inequívoca de crime de responsabilidade não é questão trivial, não há maioria parlamentar

a favor do impeachment e a não há ainda o necessário apoio popular a esta alternativa.

Em terceiro lugar, poderia ocorrer o afastamento do presidente por via judicial como desdobramento dos inquéritos abertos na órbita do STF ou dos processos em análise na Justiça Eleitoral. Também não acredito nesta solução imediata. Os processos judiciais são longos e creio que o Judiciário, exceto se for encontrada nas investigações alguma fratura exposta, não apostará numa confrontação definitiva.

Resta o impasse no impasse, na falta de alternativa viável e factível, o quarto cenário seria um empurrar com a barriga até 2022, aos trancos e barrancos, com crises semanais a serem administradas, e sem um rumo claro na economia e nas diversas políticas públicas. Hoje – porque a história é feita também de acidentes de percurso - é o cenário mais provável. Mas o Brasil suportará?

Precisamos rapidamente atrair investimentos para reverter a profunda recessão que se avizinha e alavancar a retomada do crescimento, gerando empregos e renda para a população. O setor público encontra-se mergulhado em profunda crise fiscal, situação agravada com a pandemia, e não será o investimento público que protagonizará a retomada.

A retomada virá necessariamente do investimento privado. Mas não bastam bons fundamentos macroeconômicos, o sucesso nesta empreitada depende do ambiente institucional gerar confiança, expectativas positivas, noção de que há um rumo, segurança jurídica e estabilidade legal, regulatória e contratual. Isto está muito longe em nosso enredo de thriller político assustador.

Por hora, cabe a todos nós construir a maior convergência possível em torno da defesa da Constituição, de suas instituições democráticas e da democracia ameaçada. Não é tudo, mas já é muito.

INVESTIMENTOS E EXPECTATIVAS

27 jun, 2020

Afirmar que a maior prioridade pós-pandemia é a geração de empregos e a retomada do crescimento econômico é "chover no molhado". Afinal, as novas projeções do FMI apontam para uma retração da economia brasileira de 9,1% em 2020.

Os motores que podem impulsionar são o investimento e o consumo, privado e público, e o comércio exterior. Mas quem comanda o crescimento são os investimentos. Nas últimas décadas a taxa de investimento do país foi reconhecidamente baixa, chegando a 15,4% do PIB em 2019.

Dada a grave restrição fiscal que se impõe ao setor público as respostas não virão a partir de seus investimentos. A situação fiscal é dramática. E as receitas estão caindo em função da crise e as despesas continuam crescendo em sua rigidez inercial. A resposta obrigatoriamente virá dos investimentos privados e do crescimento das exportações.

Mas não bastam, para atrair investimentos privados, bons fundamentos macroeconômicos. Já foi dito que no plano fiscal não estamos bem. Mas no segmento da política monetária temos a menor taxa básica de juros da história (2,25%) e inflação bem abaixo da meta. E do ponto de vista cambial temos reservas cambiais abundantes, saldo comercial positivo, apesar da queda do investimento direto estrangeiro e da relativa fuga de capitais do Brasil.

Mas há, além dos dados objetivos, fatores subjetivos que se refletem na formação das expectativas dos investidores. Precisamos gerar um ambiente de confiança. Garantir segurança jurídica, estabilidade legal e regulatória, diminuir o Custo Brasil,

garantir infraestrutura adequada ao desenvolvimento, enraizar a cultura de respeito aos contratos, passar a ideia de que o Brasil tem rumo e estancar a instabilidade política.

O atual ambiente institucional confuso não nos ajudará a sair da profunda recessão que se avizinha. O investidor gosta de tranquilidade e de regras claras e confiáveis.

O jornal Valor mostrou que das dez maiores PPPs do país, cinco ou fracassaram ou têm futuro incerto. Mas há bons exemplos de parcerias que deram resultados nas áreas da infraestrutura, saúde, educação e sistema penitenciário. Várias concessões públicas estão problematizadas, mas há muitas que foram bem. O programa de privatizações foi estancado devido à crise, mas será retomado em algum momento futuro.

Entretanto, precisamos melhorar muito a imagem do Brasil e prosseguir nas reformas estruturais macro e microeconômicas. Temos que tratar melhor a questão ambiental e dos direitos humanos que pesam na opinião pública internacional. Gestores de fundos que administram 3,7 trilhões de dólares encaminharam documento às embaixadas brasileiras em oito países questionando a postura brasileira. Precisamos retomar as tradições da política externa brasileira e evitar polarizações danosas e alinhamentos automáticos.

E avançar em medidas como o Novo Marco do Saneamento aprovado, que poderá atrair 700 bilhões de reais em investimentos e tem metas arrojadas de assegurar água tratada a 99% da população e coleta de esgoto a 90% dos brasileiros até 2033.

Na mesma direção, aprovar as reformas tributária e administrativa, licitar o 5G nas telecomunicações e manter o compromisso permanente com a responsabilidade fiscal e a estabilidade da economia.

É isto que todos esperam como horizonte para um novo Brasil pós-covid-19.

FAKENEWS, LIBERDADE E CIDADANIA

04 jul, 2020

O mundo contemporâneo foi profundamente impactado pelos avanços, no final do século 20, da computação eletrônica e do surgimento da internet. A verdadeira revolução introduzida por essas inovações tecnológicas produziu mudanças radicais nas relações financeiras, no comércio, nas comunicações, no entretenimento, nas relações interpessoais, e, como não poderia deixar de ser, no funcionamento da democracia e da vida política.

Nesta semana o tema veio à tona com imensa força no Brasil e no mundo. Grandes empresas como Coca-Cola, Microsoft, Unilever, Adidas, Ford, Starbucks, HP e outras 160, interromperam sua publicidade nas redes sociais cobrando das plataformas YouTube, Facebook, Twitter e Instagram regras claras para a exclusão de postagens racistas, de promoção da violência e das tristemente famosas fake news.

O presidente da maior potência global, Donald Trump, teve publicação no Twitter marcada como "mídia manipulada" em função da adulteração de um vídeo envolvendo duas crianças, uma branca e outra negra. E recebeu uma condenação geral ao reproduzir um vídeo onde um casal branco aponta armas contra manifestantes antirracistas, claramente estimulando a violência política e a intolerância. Já o Facebook retirou do ar um anúncio da campanha de Trump que utilizava um símbolo nazista – o triângulo vermelho invertido.

No Brasil, tivemos a votação de afogadilho no Senado Federal da polêmica Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e

Transparência na Internet, de autoria do competente senador Alessandro Vieira (Cidadania/SE) e relatado pelo senador Angelo Coronel (PSD/BA).

As inovações tecnológicas são o motor das grandes mudanças nas economias capitalista como estudaram exaustivamente Marx e Schumpeter. Os computadores e a internet revolucionaram a vida humana, e, como toda inovação, não carregam, em si, padrões éticos e morais, podendo servir ao bem ou ao mal.

Na política, o impacto foi profundo. As instituições e os partidos políticos democráticos tradicionais perderam seu papel central de canalização das expectativas, esperanças e inquietações sociais, já que na internet todo mundo fala com todo mundo.

Este novo mundo foi abordado pioneiramente pelo sociólogo espanhol, Manuel Castells, em sua obra seminal "A Sociedade em Rede" de 1996. Vale a leitura. Recentemente, fiquei profundamente impactado ao assistir na Netflix o documentário "Privacidade Hackeada", que desnuda o papel da empresa Cambridge Analytica na invasão não autorizada nas informações do Facebook de 87 milhões de usuários, e através do uso de Big Data e algoritmos, manipular a opinião pública na eleição de Donald Trump. A estratégia já tinha sido testada no plebiscito do Brexit.

Qual não foi a surpresa ao descobrir através do livro "Os Engenheiros do Caos" que o laboratório pioneiro foi a Itália, no nascimento do movimento anarco-populista "5 Estrelas". O que parecia uma rebelião espontânea da base da sociedade italiana e o surgimento de um partido descentralizado, democrático e inovador, foi na verdade uma maquinação científica usando as modernas ferramentas das redes sociais, com uma empresa especializada e manipuladora por trás e o comediante Beppe Grillo como sua face pública, aproveitando o desgaste da chamada "velha política".

Voltarei ao tema na próxima semana.

REDES SOCIAIS, POLÍTICA E FAKE NEWS

11 jul, 2020

O surgimento da internet e das redes sociais promoveu uma verdadeira revolução na vida econômica, social e política do mundo contemporâneo.

Na política o impacto foi devastador. Muito da crise da democracia representativa clássica se explica pela expansão da internet e das redes sociais, que limitou o papel intermediador dos partidos políticos, sindicatos e instituições, ao propiciar a comunicação direta e horizontal entre os cidadãos e dar vazão à multiplicidade de interesses presentes na sociedade. A combinação do potencial participativo das redes com as estruturas tradicionais de poder é uma obra em construção, já que as redes sociais podem até derrubar ou eleger governos, mas não são aptas a governar.

O problema é que qualquer inovação pode servir ao bem ou ao mal. Esta semana o Facebook, pressionado por mais de 900 anunciantes que suspenderam suas publicidades, desencadeou uma operação de combate às fake news e à promoção do ódio em 12 países, inclusive no Brasil. Aqui, foram removidos 88 contas, páginas e grupos ligados à base de apoio bolsonarista e ao já tristemente famoso "Gabinete do Ódio", com dois milhões de seguidores Também foram suspensas 10 contas de WhatsApp ligadas ao PT por disparo maciço de mensagens.

Hoje, tornou-se vital debater como conciliar a liberdade de expressão e proteção à privacidade com o combate à desinformação

deliberada através das fake news e o uso das redes para manipular a opinião pública por instrumentos ilegítimos. Não é trivial construir boas políticas públicas em relação ao tema.

Foi isso que levou o Senado Federal brasileiro, em deliberação relâmpago, a aprovar a Projeto de Lei 2630/2020, apelidada de "Lei das fake news". O projeto começa agora a ser debatido na Câmara dos Deputados e a polêmica já se instalou em alta temperatura.

Em sã consciência, nenhuma pessoa de bom senso pode ser contra a exclusão de robôs, perfis falsos ou que as empresas identifiquem na mensagem quem está patrocinando o impulsionamento de um determinado conteúdo e emitam relatório trimestral sobre posts censurados e contas canceladas. Ou contra a existência de um conselho nacional para acompanhar a transparência nas redes e as condutas inadequadas.

A polêmica reside na tipificação penal de condutas criminosas na internet, hoje já cobertas parcialmente pelos crimes de calúnia, difamação e dano moral; na previsão da rastreabilidade em plataformas como WhastApp e Telegram, o que poderia ferir o princípio do direito à privacidade; e na definição do que é ou não fake news em confronto com o estímulo à autocensura ou a restrição à liberdade de expressão. Há consenso que propagação do terrorismo, exaltação à pedofilia, desinformação grave sobre saúde pública, entre outros, devem ser expelidos sumariamente. Mas a partir daí há muitas controvérsias.

A discussão é tão complexa e delicada, que contraditoriamente setores que reivindicam a volta do AI-5 e da ditadura se levantaram contra o "PL das fake news" em defesa da liberdade de expressão, lado a lado, por razões opostas, a ONGs e pensadores progressistas.

A Câmara dos Deputados certamente saberá democraticamente construir um texto que combine o rigoroso combate aos abusos cometidos na internet com a defesa dos princípios fundamentais da liberdade de expressão e do direito à privacidade.

O ETERNO RETORNO À QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

18 jul, 2020

O Brasil precisa urgentemente olhar para o futuro. A retomada no pós-pandemia não será nada fácil. Mas, para rasgarmos horizontes melhores temos, inevitavelmente, que acertar as contas com os fantasmas do passado.

A aprovação da Reforma da Previdência, em 2019, passou a equivocada percepção de que o problema tinha sido equacionado. O Congresso Nacional avançou muito no sistema geral do INSS e no Regime Próprio da Previdência da União. Infelizmente, em decisão política altamente questionável, foram excluídos dos efeitos da reforma os estados e os municípios. Ficaram fora de seu alcance as 27 unidades estaduais da federação e 2.108 municípios que possuem regime próprio de previdência. Para esses, a bomba relógio da previdência continuou armada.

Recentemente, ficamos sabendo que apenas 13 estados aprovaram reformas previdenciárias substantivas, entre eles São Paulo e Rio Grande do Sul. Oito unidades da Federação simplesmente aumentaram as alíquotas, o que é claramente insuficiente, já que a manutenção das antigas regras frouxas para concessão de benefícios reafirmará a perspectiva de aumento acelerado do déficit previdenciário. E pior, seis estados nada fizeram, o principal deles é Minas Gerais.

O desafio previdenciário não é privilégio brasileiro. A raiz das reformas recentes feitas em todo o mundo está na chamada transição demográfica. Hoje nascem cada vez menos crianças e felizmente, graças aos avanços civilizatórios alcançados, as pessoas

estão vivendo cada vez mais. Isto é bom para todos, mas é fatal para o sistema previdenciário. Menos gente contribuindo e mais gentes usufruindo por mais tempo. A conta não fecha.

O Brasil era um dos poucos países no mundo, até 2019, que não tinha idade mínima para a aposentadoria. No Brasil, 15 estados e mais de dois mil municípios continuam sem essa importante regra moderadora.

Adianto que não é uma condenação moral aos que utilizaram a legislação vigente e que não vejo o servidor público como o vilão, já que fui um deles por 36 anos. Quando era secretário-adjunto do planejamento de Minas Gerais encomendamos o primeiro estudo sistemático sobre a previdência estadual à FGV/RJ e o resultado, já em 1997, foi como diria Gabriel Garcia Marquez a "Crônica de uma Morte Anunciada". E na Câmara dos Deputados fui absolutamente coerente com as minhas convicções sobre o tema quando ocupei a vice-presidência da Comissão Especial da Reforma, em 2017.

O sistema previdenciário tem que ser justo e sustentável. No Brasil, ele nunca foi nem uma coisa nem outra. Produz concentração de renda e estrangula as finanças públicas de forma acelerada e crescente. Quem não reformar seu sistema não terá o retorno dos investimentos, boa saúde, segurança ou educação, verá cada vez mais recursos serem esterilizados sem produzir serviços ou obras públicas. Vocês já pensaram como a queda da qualidade dos serviços públicos tem a ver com o gargalo previdenciário ao não permitir a reposição de servidores aposentados e comprimir a possibilidade de melhor remuneração dos ativos?

Minas gasta quase 70% das suas receitas com pessoal, sendo 47% disso com pensões e aposentadorias. E tem um endividamento explosivo. estado que esteve em muitos momentos na vanguarda da administração pública brasileira, não pode perder o bonde da História. Com a palavra a Assembleia Legislativa.

MODISMOS E ESTRANGEIRISMOS NA PANDEMIA

25 jul, 2020

Quando este artigo for publicado, infelizmente já teremos perdido para a covid-19 oitenta e cinco mil vidas brasileiras. É preciso que a sociedade brasileira amadureça uma reflexão sobre porque somos um ponto totalmente fora da curva. Afinal, temos 2,7% da população mundial e totalizamos 13,5% das mortes. Algo de muito errado aconteceu dentro de nossas fronteiras.

Neste momento dramático, a arte e o humor têm sido um refúgio para atenuar o sofrimento coletivo. Como não chorar de rir com Bruno Mazzeo e seu "Diário de um Confinado", ou com Marcelo Adnet e seu "Quarentena" ou ainda com a "Sala de Roteiro" de Antônio Prata, Fernando Meirelles e excepcional elenco? Como não se encantar com os shows virtuais de Milton Nascimento, Mônica Salmaso e tantos outros ou com a descoberta de novos talentos como Vanessa Moreno? Ou mesmo com a preguiça inteligente de Caetano Veloso em gravar a sua participação? Ainda bem que, no presente caso, a arte não imita a vida.

Tenho falado de assuntos áridos. Mas hoje resolvi compartilhar certo incômodo pessoal com os modismos e estrangeirismos destes tempos de pandemia.

Confesso que sinto certo frio na coluna quando ouço alguém falar sobre o "novo normal". Mesmo as grandes rupturas históricas produziram mudanças imediatas no arranjo do poder ou na estruturação da economia. Mas quando falamos de mudanças comportamentais, sociais e culturais, o buraco é mais embaixo. Não estou convencido de que haverá um "novo normal" com

pessoas mais solidárias e um mundo mais globalmente fraterno.

Os estrangeirismos também me incomodam. Não chego ao ponto de meu ex-colega na Câmara de Deputados, Aldo Rebelo, que apresentou o Projeto de Lei 1676/1999, visando à proteção e defesa do uso da Língua Portuguesa.

Certo dia estava sendo convidado para uma reunião virtual de trabalho e meu colega disse que me mandaria um "invite". Pedi que me enviasse um convite, porque apesar de meu "iPhone" e meu "iPad" serem projetados pela Apple nos EUA e fabricados na China, eram nacionalistas e só reconheceriam um convite e não um "invite". A reunião perderia certamente qualidade se não fosse realizada no "Microsoft Team" ou no "Gloogle Meet", e sim no "Brasil Equipe" ou no "Encontro Verde e Amarelo".

Os shows - já um americanismo - programados pela internet estampam destacado "LIVE" com fulano de tal. Talvez perdessem charme e graça se fossem simplesmente "AO VIVO".

Meu Flamengo foi campeão carioca de 2020 e assisti pela FLATV no "Youtube". Talvez fosse menos emocionante se fosse transmitido pelo "Você no Tubo".

Com o isolamento social e o fechamento de bares e restaurantes tivemos qUberEatsue nos habituar a fazer pedidos pelo "iFood" ou pelo "UberEats" ou usar o redimensionado "Drive Thru" ou o "Take off". Seria sem graça se fosse pelo "Através do carro" ou no digamos "Tirar no desligado". Até o "Drive In" em desuso foi ressuscitado, já que cinemas e teatros estão fechados.

E a proliferação de "Webnares". O brilho seria outro se fossem simples "Debates virtuais". E os "Dashboards", "Links" e "QR Codes" que invadiram nosso cotidiano. Isso sem falar no fantasma do "Lockdown", o vírus teria menos medo se fosse um trivial "Confinamento".

Sou um apaixonado pela língua de Camões, Fernando Pessoa, Guimarães, Machado, Drummond e Chico Buarque. Será que ela terá espaço no "novo normal"?

ELEIÇÕES EM MEIO À PANDEMIA

01 ago, 2020

Entre tantos desafios que o país tem pela frente diante da pandemia da covid-19, que já nos levou mais de 90 mil vidas brasileiras, temos programadas eleições municipais em 2020.

Numa atitude sensata, o Congresso Nacional aprovou emenda constitucional adiando o primeiro turno para 15 de novembro e o segundo para 29 de novembro, confiante que até lá a curva de contaminação e óbitos tenha cedido substancialmente.

Sempre achei que o poder local é o mais importante na determinação da qualidade das políticas públicas. Acesso à saúde, qualidade do ensino, habitação, saneamento, mobilidade urbana, meio ambiente, desenvolvimento social são tarefas que se definem no concreto na instância municipal. O governo federal induz políticas, cuida de questões gerais como política econômica, defesa nacional e relações exteriores, mas aquilo que interessa às pessoas é bem ou mal executado no plano municipal. Os governos estaduais concentram a política de segurança pública, apoiam os municípios, mas a interface direta com os cidadãos é feita na esfera municipal.

O poder local é o mais próximo da população e o controle social sobre a ação pública é muito maior. A centralidade do poder local foi realçada ao extremo na gestão do combate à pandemia.

A eleição de 2020 será completamente diferente de todas as outras. Tudo indica que a onda devastadora do "novo pelo novo" contra a "velha política" perderá força. Atributos clássicos que sempre foram importantes – experiência, competência,

capacidade de formar e liderar equipes, conhecimento sobre políticas públicas – tendem a ser revalorizados.

Em boa hora, o Congresso Nacional ampliou o horário eleitoral de rádio e TV de 10 para 15 minutos diários o programa e de 70 minutos para 100 minutos diários as inserções durante a programação. Isto por que o combate à covid-19 e o necessário distanciamento social impedirão o uso intensivo de ferramentas clássicas como comícios, grandes reuniões, presença dos candidatos no trabalho de porta em porta, visitas domiciliares, etc.

Surgiu logo uma crítica ao Congresso Nacional, que julgo equivocada e precipitada, alegando que as redes sociais supririam a necessidade dos candidatos se comunicarem com o eleitor. Ledo engano, está provado que as redes sociais operam em "bolhas", cada um pregando para convertidos ou sendo objeto de violenta ação de adversários, que não visam o diálogo, mas a desconstrução de imagem.

Principalmente a disputa majoritária para prefeito produz a decisão coletiva a partir da comparação entre os candidatos. O candidato que já tem 90% de conhecimento na população não teria tantos problemas por já ter construído uma imagem, positiva ou negativa, junto às pessoas. Mas um candidato novo precisa se tornar conhecido, depois respeitado, mais à frente admirado, e assim se habilitar a conquistar o voto de confiança dos eleitores. As redes sociais são inegavelmente importantes, mas não substituem a televisão e o rádio. Tanto que a audiência cresce nos últimos dias quando uma parcela enorme da população mais despolitizada procura se informar para definir o voto a partir da comparação entre o conjunto de candidatos.

O importante é que façamos boas escolhas. O Brasil vive uma crise dramática e aos futuros prefeitos e vereadores cabe papel essencial na construção do Brasil pós-pandemia.

NOVO FUNDEB E O FUTURO DA EDUCAÇÃO

08 ago, 2020

Desnecessário reafirmar a centralidade da educação de qualidade para a sociedade e a economia de um país, preparando crianças e jovens para o exercício da cidadania e a sua inserção no mercado de trabalho e na vida social e política. Como disse certa vez o ex-senador Cristovam Buarque: "o berço da desigualdade é a desigualdade do berço". E só a educação pode democratizar as oportunidades.

O compromisso com a educação povoa todos os discursos políticos, mas muitas vezes não transborda o nível da simples retórica. Para a construção de um grande país temos que arregaçar as mangas e agir para superarmos o terrível passivo que temos na área educacional.

Em 1996, o Governo FHC criou o Fundef, que foi responsável por garantir uma fonte de financiamento estável para o ensino da 1ª. à 8ª. séries e pela universalização do ensino fundamental. Em 2007, o Governo Lula ampliou o financiamento para o ensino infantil e médio com o Fundeb. A complementação do Governo Federal cresceu de 1% para 10%. Foram avanços, mas os resultados que temos hoje são claramente insuficientes.

O Senado Federal votará na próxima semana a Emenda Constitucional No. 26/2020, que já foi aprovada na Câmara relatado pela Deputada Professora Dorinha (DEM/GO), renovando o Fundeb e promovendo mudanças.

O texto altera critérios de distribuição dos recursos; procura aprimorar a equidade social privilegiando municípios mais pobres;

pretende aumentar a transparência, a avaliação de resultados e os controles; intenciona estimular o aumento da qualidade e amplia a complementação federal dos atuais 10% para progressivamente alcançar 23% em 2026. A extinção do Fundeb, que se daria em 2021, seria um desastre e o aumento de investimento é importante, desde que os recursos sejam bem gastos. Mas há problemas.

Primeiro, a nossa desconfiança histórica em relação ao caráter perverso e excludente de nosso modelo de desenvolvimento e à qualidade da ação dos gestores locais, nos leva a constitucionalizar tudo e a criar vinculações detalhistas que resultam em um modelo rígido demais para uma realidade em constante mutação. A revisão é prevista para daqui a dez anos. Mudanças constitucionais são difíceis e complexas. Quais serão os impactos no sistema educacional e nas políticas públicas da transição demográfica com cada vez mais idosos e menos crianças, da reforma tributária, da crise fiscal, da revolução da tele-educação?

Segundo, a exclusão do pagamento de aposentados da educação dentro dos cálculos, conceito correto, mas sem uma transição, colocará muitos estados brasileiros em extrema dificuldade em cumprir o texto constitucional. Vamos criminalizar esses governadores?

E por último, há estudos e evidências que comprovam não haver associação obrigatória de aumento de recursos com a ampliação da qualidade e a obtenção de resultados.

Se não introduzirmos mais flexibilidade para os gestores locais e regionais, não superarmos o corporativismo, não estimularmos o empreendedorismo das diretoras de escola, não introduzirmos a remuneração variável premiando desempenho e resultados e não envolvermos profundamente a comunidade e as famílias no processo educacional das crianças e dos jovens, poderemos aplicar preciosos recursos escassos e não promover a tão necessária revolução educacional. Intenção e gesto nem sempre caminham juntos.

AS MUDANÇAS RECENTES NA CONJUNTURA POLÍTICA

15 ago, 2020

Como estávamos em 2019? A radicalização ideológica atingiu grau máximo. Manifestações pela volta do AI-5 e pelo fechamento do Congresso Nacional e do STF reafirmaram a divisão do país, na reprodução modificada do nefasto nós contra eles, que já vigia na era petista. O presidente se pronunciava diariamente em temas polêmicos estimulando o bolsão mais radical do bolsonarismo. A recuperação econômica após a grande recessão do governo Dilma era tímida e lenta. O desemprego permanecia em níveis elevados.

A base parlamentar do governo era frágil para sustentar as inadiáveis reformas. O desgaste na imagem do país foi enorme nos campos ambiental, educacional, dos direitos humanos e diplomático. De bom houve a reforma da previdência, graças à lucidez das lideranças congressuais. Mas municípios e estados ficaram de fora. Resultado: inflação baixa, PIB crescendo insuficientes 1,1%, desemprego alto, queda na aprovação do governo federal e tensão institucional inédita.

Veio a pandemia. Já são mais de 105 mil vidas brasileiras perdidas. O foco da sociedade e dos governos se voltou inteiramente para a saúde. O SUS e a saúde suplementar foram submetidos a um teste radical. Com o isolamento social, período para acúmulo de informações sobre o vírus e a preparação da retaguarda hospitalar, responderam satisfatoriamente. Infelizmente, o governo federal renunciou a seu papel coordenador. Ao contrário, patrocinou o confronto com governadores e prefeitos. As desigualdades profundas foram escancaradas. Os invisíveis tornaram-se visíveis.

O Congresso Nacional assumiu o protagonismo aprovando o estado de calamidade pública, o auxílio emergencial, o "orçamento de guerra", o apoio de crédito às empresas e o programa de manutenção dos empregos.

A nova realidade produziu mudanças significativas. O presidente mudou de atitude, eliminou seus polêmicos pronunciamentos diários, procurou o apoio do Centrão e assumiu a necessidade de distensionar o relacionamento com o parlamento e o poder judiciário. Moro, símbolo do lavajatismo, saiu do governo, tirando do presidente, segundo especialistas, 10% de aprovação na opinião pública, que foram substituídos por uma nova base social de apoio, os beneficiários do auxílio emergencial.

Graças ao teto dos gastos, à reforma da previdência e à expectativa de manutenção da agenda reformista, os juros básicos chegaram ao menor patamar da história. Mas a recessão em 2020 será gravíssima. Ao final da pandemia, o número de desempregados e desalentados chegará a níveis bem superiores aos do início do governo.

Há vários desafios pela frente. A polêmica - aumento de investimentos públicos versus teto dos gastos e responsabilidade fiscal - não pode ter desfecho inspirado por tentações populistas. A globalização enfrentará um inevitável recuo e o Brasil terá que mudar sua orientação diplomática.

Medidas como o novo marco do saneamento já aprovado podem também produzir resultados em áreas como gás e petróleo. As reformas tributária e administrativa são imprescindíveis e urgentes. O compromisso com as privatizações tem que ser retomado. Houve uma debandada na equipe econômica liberal. Há que se repensar o papel do Estado e o mundo digital na vida do Brasil pós-pandemia. Que não vença uma anacrônica visão populista-nacional-desenvolvimentista. Isso é o que esperamos.

IRRESPONSABILIDADE E FAKE NEWS TÊM LIMITES

22 ago, 2020

Volto hoje ao tema do confronto entre liberdade de manifestação e controle social sobre abusos e crimes cometidos nas redes sociais. Confesso que escrevo com uma ponta de revolta e indignação. Por um lado, porque uma fake news fez a mim e muitas pessoas sofrerem com a antecipação da morte de um grande amigo. Por outro lado, chegamos ao limite da atrocidade, desrespeito e crueldade no caso da criança grávida de 10 anos, que desde os seis é vítima de abuso sexual, exposta publicamente pela suposta líder protofascista, Sara Winter. Felizmente, a Justiça, o Ministério Público e o próprio YouTube já tomaram providências para punir exemplarmente os algozes de uma indefesa criança.

No dia 7 de agosto, fiz entrevista no perfil do Instagram Amatutina, sobre os "Engenheiros do Caos" do suíço-italiano Giuliano da Empoli. Há uma vasta literatura recente sobre a crise da democracia. Mas o livro de Empoli desnuda como as plataformas digitais foram manipuladas ilegitimamente no nascimento do movimento italiano "5 Estrelas", no plebiscito do Brexit, na campanha de Trump e como isto chegou ao Brasil pelas mãos do estrategista-chefe da Casa Branca no início da administração de Donald Trump, Steve Bannon.

A crise da democracia tem como pano de fundo as mudanças da economia capitalista que resultaram numa sociedade mais complexa e fragmentada, os sucessivos escândalos de corrupção mundo afora que desmoralizaram as elites dirigentes tradicionais e o surgimento de novos movimentos fora da órbita do sistema como

o ambientalista, o feminista, o LGBT, o antirracista, o evangélico, etc. E o advento das redes sociais que jogaram lenha nesta fogueira permitindo a individualização da participação política e social.

Os "Engenheiros do Caos" patrocinaram, em escala global, o "populismo autoritário". A revolução digital não carrega, em si, valores éticos e morais. A qualidade do uso das ferramentas digitais está nas mãos de quem as usa.

Giuliano da Empoli mostra em seu livro que os "Engenheiros do Caos" não se preocupam com a verdade ou a mentira, o real ou o irreal, a coerência. Querem apenas e a qualquer custo instrumentalizar as redes, prender audiência, mobilizar seguidores e criar uma corrente de opinião a favor de determinadas ideias e candidatos. Empoli cita um senador americano que disse certa vez: "cada um tem direito às suas próprias opiniões, mas não aos seus próprios fatos". Os "Engenheiros do Caos" criam seus próprios fatos.

Como as forças democráticas e progressistas podem enfrentar este monstro sem precisarem se igualar em práticas condenáveis e ilegítimas? Primeiro, como sugeriu um dos nossos maiores youtubers, Felipe Neto, educação digital. Em segundo lugar, construir a rede dos algorítimos e atores do bem e da verdade. Sem fake news, sem agressividade e promoção do ódio, privilegiando o debate democrático e a promoção de consensos. E usar uma linguagem mais leve, transgressiva, bem humorada, como sugeriram o próprio Empoli no debate com Fernando Gabeira no "Sempre um Papo" de Afonso Borges, com base em experiência de Taiwan na pandemia e dos jovens que esvaziaram comício de Trump através do aplicativo TikTok, e o humorista Marcelo Adnet no Roda Viva. Por último, uma boa Lei de controle social sobre as redes, sem afetar a liberdade de opinião e a privacidade das pessoas.

GASTANÇA, RESPONSABILIDADE E PANDEMIA

29 ago, 2020

Imagina que maravilha viver num mundo onde a concretização de todos os nossos sonhos não tivesse limites. Se alguém quisesse uma Ferrari 250 GT, que custa a bagatela de 52 milhões de dólares, bastaria estalar os dedos e o carro apareceria na sua garagem. Se outro quisesse um apartamento de 500 m2 na Avenida Vieira Souto de frente para o mar de Ipanema, colocaria a mão na cartola e sairia além do coelho, a escritura. Se uma pessoa quisesse realizar a viagem que sempre desejou, 50 dias na Europa em hotéis 5 estrelas e restaurantes no top do Guia Michelin, esfregaria a Lâmpada Maravilhosa de Aladim e na mesa apareceriam as passagens e os vouchers para a realização do sonho. E aí vêm os chatos dos economistas, verdadeiros desmancha-prazeres, falar em um detalhe essencial chamado restrição orçamentária.

A linguagem dos economistas, na maioria das vezes, é hermética, quase incompreensível. Mas esconde verdades muito simples. Qualquer cidadão sabe que não pode gastar indefinidamente mais que a renda familiar. Isto gera um buraco permanente no orçamento da família e agrava o endividamento. E quando maior o abismo, maior os juros. E a dívida começa a crescer qual bola de neve. Resultado: venda do patrimônio para pagar dívidas, aperto crescente, perda de credibilidade indo parar no Serasa ou no SPC e, no final, o estrangulamento financeiro total e a crise quase insolúvel. Assim também é com os governos e o país.

O Brasil tinha antes da pandemia uma situação fiscal gravíssima. Os demagogos e populistas acham que os gastos podem ser

ilimitados. A dívida bruta brasileira era antes do coronavírus, em 2019, 79,8% do PIB. O déficit primário, que não leva em consideração as despesas financeiras, no ano de 2019 foi de R$ 95,1 bilhões de reais. Felizmente, graças ao teto dos gastos, à recessão e à reforma da previdência, os juros básicos (SELIC) que incidem sobre a dívida pública estão hoje no menor patamar de sua história, 2,0%. Ou seja, quanto maior o nível de risco de calote, maior a taxa de juros.

Veio a pandemia, evento fora do controle, não planejado. Como todos os países do mundo, o Brasil ampliou o endividamento. Foi aberta uma inevitável bolha de ampliação dos gastos para bancar o auxílio emergencial, as despesas adicionais com o sistema de saúde, o crédito subsidiado às pequenas e médias empresas, as transferências compensatórias a estados e municípios e o programa de sustentação do emprego para evitar demissões.

Foi o chamado "orçamento de guerra". Como "não há almoço grátis" a dívida subirá para o perigoso patamar de 100% do PIB, os prazos de rolagem da dívida estão se encurtando e o juro futuro crescendo, e o déficit primário que foi de 95,1 bilhões em 2019 subirá para 787,45 bilhões de reais em 2020. No próximo ano, inevitavelmente teremos que retomar o teto de gastos e a responsabilidade fiscal, apesar das pressões políticas para que isso não aconteça.

O desafio é encontrar espaço orçamentário para financiar o programa de renda mínima permanente e os investimentos públicos para alavancar a retomada. Isso deve ocorrer não com aumento de impostos, revogação do teto ou mais endividamento, mas com a reforma administrativa cortando privilégios, com a reforma tributária aumentando a eficiência arrecadatória e com o corte de subsídios e incentivos injustificáveis.

O BRASIL PÓS-PANDEMIA: UMA VISÃO DE FUTURO

05 set, 2020

O PSDB Nacional e o Instituto Teotônio Vilela, por decisão de seus presidentes Bruno Araújo e Pedro Cunha Lima, desencadearam o projeto "O Brasil pós-pandemia: uma visão de futuro". O objetivo é após o arrefecimento da pandemia e das eleições municipais produzir um forte pronunciamento partidário, contundente e incisivo, longe de ambiguidades e tibiezas, sobre os desafios do país nas mais diferentes áreas no contexto que emergirá após o enfrentamento da covid-19. Será o estabelecimento de um rumo claro que irá nortear o diálogo com outras forças democráticas e progressistas e com a sociedade, pavimentando o caminho da ação partidária em 2021 e da preparação de alternativas em 2022.

Na última quinta-feira, 3 de setembro, tivemos uma densa e profunda conversa com o ex-presidente Fernando Henrique, a meu juízo, o melhor intérprete do Brasil contemporâneo. O diálogo envolverá nas "salas de conversa" formuladores, técnicos e intelectuais não obrigatoriamente ligados ao partido como Armínio Fraga, Edmar Bacha, Pérsio Arida, José Roberto Afonso e Maurício Moura.

Foram construídas dezenove áreas temáticas coordenadas por especialistas qualificadíssimos envolvendo ex-ministros de Estado, ex-governadores, ex-parlamentares, ex-secretários estaduais e intelectuais dos diversos segmentos das políticas públicas. Em todas as áreas será lançado um olhar sobre o futuro.

Surgirão dois produtos: um documento partidário forte e cristalino como referência para o diálogo com a sociedade, com as bases partidárias e com o polo democrático e progressista e um e-book, editado pela Fundação Teotônio Vilela, "O Brasil pós-pandemia: uma visão de futuro", com apresentação de Fernando Henrique Cardoso e artigos autorais dos coordenadores setoriais, sintetizado o esforço coletivo de reflexão e debate.

Os desafios futuros a serem enfrentados pelo país serão enormes. Como equacionar o estrangulamento fiscal e ao mesmo tempo enfrentar as inaceitáveis desigualdades sociais; como fortalecer o SUS e suas parcerias com a saúde suplementar; como potencializar os efeitos do novo Fundeb e da reforma do ensino médio e impulsionar a qualificação da educação no Brasil; como atacar os desafios da segurança pública e viabilizar a vitória sobre o crime organizado; como equacionar com ações concretas a péssima imagem internacional nas relações exteriores e na proteção ao meio ambiente; como transitar da proposta vitoriosa do deputado federal Eduardo Barbosa (PSDB/MG) estabelecendo o auxílio emergencial para um programa de renda mínima permanente; como viabilizar o retorno dos investimentos e a retomada do crescimento da economia, da renda e dos empregos; como dialogar com as Forças Armadas sobre a política de defesa nacional? São muitas perguntas a cobrar respostas consistentes e ações eficazes das políticas públicas.

Além disso, responder às questões universais e estruturais como a reinvenção da democracia, a convivência com as novas tecnologias e seu consequente desemprego estrutural, a transformação das plataformas digitais e das redes sociais em poderosas ferramentas para o fortalecimento da participação democrática da cidadania brasileira, da tele-saúde, da tele-educação, longe das fake news e da promoção do ódio, da violência e da discriminação.

A sociedade cobra de todos os atores políticos e sociais, que têm responsabilidade pública, rumo, clareza, coerência, consistência e ações concretas para tirar o país da crise. E o PSDB, independente de estar no poder ou não, sempre teve postura construtiva como recentemente na reforma da previdência, no novo marco legal do saneamento, na criação do auxílio emergencial, entre outros temas relevantes.

De imediato temos que encarar as reformas tributárias, administrativa e da máquina estatal. Nenhum líder ou partido isoladamente poderá enfrentar sozinho crise de tamanha dimensão. O projeto "O Brasil pós-pandemia" pretende dar a sua contribuição.

ACIMA DE TUDO A LIBERDADE E A DEMOCRACIA

12 set, 2020

O grande legado do Século XX, com o desfecho da "Era dos Extremos", como descreveu Eric Hobsbawm foi, a meu juízo, a vitória das ideias de liberdade e democracia como valores universais e permanentes. Ainda que sobrevivam regimes autoritários mundo afora, o ideal democrático permanece sólido como o grande horizonte utópico neste início de Século XXI. Mostra disso são a impressionantes mobilizações populares na Belarus, as reações às ações desestabilizadoras de Donald Trump no processo eleitoral em curso nos Estados Unidos e a resistência ao crescimento do populismo autoritário de extrema-direita em diversos países do planeta.

Há, evidentemente, ameaças e tensões que colocam em xeque a democracia contemporânea. Nunca se discutiu tanto a crise da democracia representativa. Há desafios a exigirem respostas urgentes. Mas não há outro caminho a não ser a democracia, invenção humana com suas virtudes e pecados e que impõe um diálogo profundo e sincero entre conservadores, liberais, social-democratas, socialistas democráticos que convergem em torno da defesa da liberdade e rechaçam qualquer alternativa que rompa o Estado de Direito.

Em um mundo e um país mergulhados em radical polarização entre os extremos, que alimentam suas bolhas sectárias, privilegiando a promoção do dissenso e não a política como ferramenta de construção de consensos progressivos através do debate democrático, temos nós, os democratas, a obrigação

histórica de criarmos canais de diálogo para o fortalecimento da democracia e das instituições republicanas.

Acabei de ler o ensaio Chamado da Tribo, de Mário Vargas Llosa, onde o autor com sua habitual qualidade de texto narra sua trajetória de conversão do socialismo ao liberalismo, motivada pelas decepções com o socialismo real e o encontro com o liberalismo através de autores como Adam Smith, Ortega y Gasset, Hayek, Karl Popper, Raymond Aron e Isaiah Berlin.

Mas o que chamou atenção na leitura foi o vasto campo de diálogo possível entre conservadores, liberais e progressistas e a convergência que pode ser construída na constituição de um polo democrático para resistir aos apelos e às ameaças dos projetos extremistas, autoritários e radicais.

Temas como liberdade política, de imprensa, de organização e expressão, direitos individuais e valores morais – onde os conservadores são resistentes, papel do Estado no mundo contemporâneo, limites fiscais à expansão do welfare state, ação mais regulatória do que empresarial, parcerias com o setor privado e o terceiro setor, liberdade econômica, equalização de oportunidades com foco prioritário no setor educacional e programas de renda mínima, descentralização e desconcentração do poder, combate à corrupção e compromisso com o reformismo formam uma bela agenda onde naturalmente não haverá convergência plena, mas que tem que ser enfrentada para a construção de um programa de ação das forças democráticas.

Há poucos meses assistimos perplexos manifestações em favor de um novo AI-5 e do fechamento do Congresso Nacional, com a reinstalação de um regime autoritário. Felizmente, os desdobramentos da realidade e a reação dos setores democráticos desmontaram este cenário de confrontação.

Cabe a todos que acreditamos na democracia sacudir a poeira de certa inércia que nos abraçou desde 2018 e construir uma nova visão de futuro para o país.

LIÇÕES DA PANDEMIA PASSAM TAMBÉM POR VALORIZAÇÃO DO SUS

19 set, 2020

Chegamos a mais de 135 mil vidas brasileiras perdidas para a covid-19. Lá se vão seis meses de pandemia. Todas as guerras e as grandes crises promoveram além de vítimas, mudanças, inovações e novas oportunidades. Além da tristeza, ficam as lições.

O primeiro aprendizado é que, apesar de nossa federação não garantir o grau de autonomia como nos Estados Unidos aos entes subnacionais, os municípios não serem, diferentemente do Brasil, componentes da estrutura da organização federativa na maioria dos países, e o Supremo Tribunal Federal ter decidido unanimemente em abril que além do governo federal, governos estaduais e municipais tinham competência para determinar regras de gestão da pandemia em seu território, a coordenação federal é imprescindível.

O governo federal fez uma interpretação torta da decisão do STF e renunciou à liderança nacional. Transferiu para governadores e prefeitos toda a responsabilidade de gerir a situação de crise. E mais, numa postura negacionista, sinalizou contra a estratégia de isolamento social, entrou em conflito com estados e municípios, politizou a questão da cloroquina, abriu mão de centralizar a compra de equipamentos e medicamentos – atitude que evitaria várias situações de desabastecimento e corrupção- e deixou de orientar corretamente a população.

Outro legado importante é a percepção da centralidade da comunicação social nas políticas públicas. Enquanto tínhamos as entrevistas diárias do então ministro Luiz Henrique Mandetta se

estabeleceu uma relação de confiança, empatia e de tranquilidade social, na medida do possível. Havia um rumo. Depois que o governo central parou de se comunicar com o país ou passou a emitir sinais equivocados, a população se sentiu órfã e insegura em relação a medicamentos, isolamento social, vacinas, prevenção, testes etc.

Aprendizado importante será a valorização do SUS, da atenção primária e das ações de prevenção em saúde. Nós, gestores do SUS, sempre tentamos mostrar que, apesar de todas as dificuldades financeiras e de gestão, o sistema tinha uma boa arquitetura e segurava a barra. Os dados reafirmam as desigualdades brasileiras. A mortalidade foi maior entre pobres e negros. A mortalidade foi maior nos hospitais públicos do que nos privados. Mas, no limite de suas forças, o SUS deu conta do recado. E ficou claro que nos próximos anos não haverá recursos abundantes adicionais para o SUS, nem aumento da renda das famílias que as permitam contratar planos privados. Por isso, ao invés de erguermos "muralhas da China" temos que perseguir o diálogo entre o SUS e a saúde suplementar, numa parceria que produza ganhos múltiplos.

Os ensinamentos da crise são vários, mas o espaço aqui é curto. Sem saudosismos de estratégias cepalinas de substituição de importações dos anos de 1950, temos que estar atentos à necessidade de seletivamente termos produção local de itens essenciais para não ficarmos tão dependentes em momentos assim de países como Índia e China. Também é impressionante a desburocratização que ocorreu durante a crise. Decisões que demoravam anos foram decididas em semanas. Fica a lição: é possível um governo ágil. Gostaria de falar sobre a mudança nos processos de trabalho, home office, telessaúde, tele-educação, inovações e e-commerce, solidariedade social, mas o espaço acabou.

O FUTURO DA ECONOMIA BRASILEIRA

26 set, 2020

O projeto "O Brasil pós-pandemia", levado a cabo pelo PSDB e pelo ITV, tem procurado dialogar com grandes economistas como Armínio Fraga, Pérsio Arida e Edmar Bacha.

Armínio Fraga tem demonstrado que a retomada do crescimento e o combate às desigualdades são faces da mesma moeda. Acredita que se houver clareza e coragem é possível empreender um ajuste que coloque a economia nos trilhos do desenvolvimento e da equidade social.

Mas é imprescindível um vigoroso ímpeto reformista que consiga produzir uma economia em torno de 8% a 9% do PIB para criar o espaço fiscal necessário e viabilizar investimentos na qualificação do sistema educacional, nas políticas de inovação, no fortalecimento do SUS e no estabelecimento de programas de renda mínima. Além disso, cerca de 3% do PIB deste esforço deveria ser direcionado para a recuperação do superávit primário, condição necessária para evitar a deterioração do endividamento público.

Segundo Armínio Fraga, o ajuste viria das reformas que diminuam o comprometimento do gasto público com o funcionalismo e a previdência, que chegam a 80% das receitas e do corte substancial de gastos tributários que já consomem mais de 300 bilhões de reais por ano.

Na mesma linha, Pérsio Arida crê que a reforma do Estado é essencial. Mas assinala que muito pode ser feito além das reformas estruturais como uma intensa abertura externa e a aceleração do programa de privatizações.

Para ele, também a melhoria do ambiente de negócios a partir do fortalecimento da segurança jurídica e de um clima político mais confiável, são absolutamente essenciais. Reafirma que o aumento da produtividade é imprescindível. Acredita que melhorar a imagem do Brasil no exterior, abalada por questões ambientais e alinhamentos equivocados, é também peça chave. Assim como enxugar nossa Constituição, prolixa e detalhista, que amarra decisões importantes.

Já Edmar Bacha nos provoca: por que o Brasil, que foi o país que mais cresceu do pós-guerra até 1980, não realizou seu potencial? Deixou claro que o crescimento econômico depende de um círculo virtuoso entre poupança, preço dos bens de capital (máquinas e equipamentos), aumento do estoque de bens de capital, gerando crescimento e incrementando a poupança. A poupança pública foi estrangulada pela crise fiscal, derivada do aumento exponencial dos gastos correntes e a poupança privada, pelo aumento contínuo da carga tributária e do Custo Brasil. Ainda assim, acredita que o colapso do crescimento se deu mais pela queda acentuada da produtividade e do aumento dos preços dos bens de capital.

Comparou a renda per capita brasileira que em 1950 era 120% maior que a da Coreia do Sul e em 2018 era 25% da coreana. Associou diretamente as trajetórias divergentes dos dois países ao grau de abertura externa. O comércio externo (importações+exportações) representa 125% do PIB na Coreia e apenas 25% no Brasil, o que afeta a competitividade e a produtividade da economia. O caminho apontado por Edmar Bacha: abertura externa, mas não só isso. Superar nossas deficiências na educação, na infraestrutura, no sistema tributário, nos gastos com funcionalismo e previdência, no clima de incerteza política e na sustentabilidade da dívida são ações complementares centrais.

ORÇAMENTO, TRIBUTOS E RENDA MÍNIMA

03 out, 2020

A Lei Orçamentária é peça central na democracia. Busca ordenar a aplicação dos recursos coletados pelo governo junto à sociedade na forma de tributos, e explicitar de forma transparente o perfil do gasto governamental.

Para quem não se alinha a perspectivas demagógicas há a consciência de que o orçamento não é um saco sem fundo. Há a famosa, e às vezes frustrante para muitos governantes, restrição orçamentária. A sociedade admite certo nível de carga tributária sancionada politicamente e sabemos que ela no Brasil já é alta. E se as receitas são finitas, as despesas não podem ser ilimitadas.

Isto impõe inevitavelmente um conflito distributivo embutido no orçamento. Ao se destinar muito a salários e previdência, sobra menos para as políticas de educação. Se gasto muito com incentivos e subsídios fiscais, os recursos disponíveis para a saúde e a segurança serão menores. E assim por diante. Governar é fazer escolhas. E não adianta apelar para palavras mágicas como "vontade política". Déficits e endividamento irresponsáveis são irmãos gêmeos da inflação, da fuga de investimentos e de juros altos.

A situação fiscal já era gravíssima no quadro herdado do governo Dilma. Em função disso, como âncora de credibilidade, o Congresso Nacional aprovou o teto de gastos, no Governo Temer. Com a eclosão da pandemia, situação absolutamente extraordinária, foi necessário ampliar os gastos à custa da elevação da dívida pública. Agora, a realidade bate à porta.

Precisamos ampliar gastos com o SUS e mantermos abertos os mais de dez mil leitos de UTI criados para enfrentar o coronavírus. Necessitamos equacionar as questões da renda mínima e da desoneração da folha. E o dinheiro é curto, o equilíbrio fiscal essencial e é grave a situação do déficit e da dívida.

O ex-presidente Fernando Henrique sempre afirma que o mais importante é o governante oferecer um rumo ao país. E isto está faltando. Não há um plano global e concatenado para atacar toda esta complexa situação. Ao contrário as propostas surgem e somem de forma desordenada e errática. Em um momento fala-se na volta da CPMF, imposto de baixa qualidade, regressivo e cumulativo, rejeitado pela população e pelo Congresso Nacional. Recentemente, o governo anunciou o financiamento do "Renda Cidadão" com recursos do FUNDEB, o que é um absurdo porque só a educação pode dar resposta definitiva à pobreza e a miséria, e com a postergação do pagamento dos precatórios, que muitos interpretaram como uma "pedalada fiscal" contra o teto de gasto.

De onde viriam então os recursos? Dá trabalho, mas não há escolha. É fundamental uma reforma tributária que não só simplifique nosso sistema, mas também corrija graves distorções com as faixas mais ricas da população pagando proporcionalmente muito menos impostos que a classe média e os mais pobres. Além de um corte progressivo e firme de incentivos e subsídios fiscais de eficácia questionável. É essencial uma reforma administrativa com efeitos imediatos que combata privilégios e desperdícios, dando mais eficiência ao governo. E uma parte do ajuste inevitavelmente teria que vir do crescimento econômico, totalmente possível, se houver uma estratégia global e articulada, clara e crível.

Como disse o filósofo romano Sêneca: "Nenhum vento sopra a favor de quem não sabe para onde ir".

O DILEMA DAS REDES E O FUTURO DE TODOS NÓS

10 out, 2020

Ninguém ousa negar a centralidade das plataformas digitais e das redes sociais na vida contemporânea. Mas, cada vez mais se ascende a polêmica sobre a crescente capacidade de manipulação das gigantes da comunicação digital. Os efeitos positivos das redes sociais são inegáveis. Mas a polêmica que ganha corpo é: a que custo? Quais são os efeitos colaterais? As disfunções estariam superando os benefícios?

Já recomendei aqui dois filmes da NETFLIX, o documentário "Privacidade hackeada" sobre a manipulação de dados do Facebook na eleição de Trump em 2016, e o drama polonês "Rede do Ódio", sobre consequências dramáticas da manipulação política das plataformas. Agora em setembro foi lançado o documentário de Jeff Orlowsky, "O dilema das redes", que vem despertando enorme polêmica. Para alguns, exagerado e sensacionalista. Para outros, um grave alerta sobre o futuro que estamos construindo.

O "Dilema das redes" não se atém à perspectiva política. Vai além, denuncia os aspectos psicossociais da influência nas mudanças dos padrões de comportamento, principalmente nas novas gerações. A partir de depoimentos de ex-executivos do Facebook, Google, Twitter e da teatralização de uma família impactada pela exacerbação do uso da internet, há uma exposição nua e crua das vísceras das redes sociais. Fora os exageros, é assustador. Todos os pais deveriam assistir para interagir melhor com seus filhos sobre o tema.

O documentário revela como a lógica das redes é nos capturar, nos tornar compulsivamente dependentes, viciados mesmo, a partir de uma associação entre psicologia humana e tecnologia da informação. Rolagem automática e sem fim, notificações, curtidas, falsas recompensas, likes, são mecanismos desenvolvidos para nos tornar "prisioneiros das redes", com graves repercussões na saúde mental e no bem estar de todos nós. "Apenas dois tipos de indústria chamam clientes de usuários: a de drogas ilegais e a de tecnologia da informação" é uma frase forte do filme. Penso nas mesas de bares e restaurantes com todos ligados em seus smartphones e ninguém conversando.

Outra afirmação contundente é: "Se você não paga por algo, saiba que você é o produto". As grandes redes faturam bilhões de dólares em publicidade e fazem isso pelos dados que têm. O produto certo para a pessoa certa. Senti isso pessoalmente. Foi só fazer três compras por e-commerce numa mesma importadora de vinhos, para meu timeline do Facebook ficar coalhado de ofertas de outras importadoras. Tudo indica que "fui vendido". Isto aconteceu com produtos relacionados ao Flamengo, a imóveis e até artistas.

Mas há consequências mais graves: o aumento da depressão e dos suicídios infantis e juvenis, a explosão de fake news que se propagam seis vezes mais que a verdade "que é chata", o tempo gasto que impede a relação humana direta com a família e amigos ou o deleite com a boa arte, o bullying virtual opressivo, a alimentação do discurso do ódio e de teorias da conspiração, o estímulo à radicalização da polarização política, a deformação do processo de formação da autoestima e o nascimento de uma cultura rasa, superficial e agressiva.

Precisamos urgentemente conversar sobre isso. Ou teremos um mundo cada vez mais perigoso e desinteressante.

TRUMP, BIDEN E O BRASIL

17 out, 2020

Os americanos irão às urnas no próximo dia 3 de novembro. Será a 59ª eleição presidencial da maior democracia das Américas. Os impactos irão muito além das fronteiras dos Estado Unidos. O ambiente que cerca as eleições é dramático. São quase oito milhões de infectados pela covid-19 e mais de 216 mil mortes, diante de um Donald Tump negacionista, que desafiou permanentemente a ciência, deseducou, desmobilizou a população em relação à prevenção e ao distanciamento social e confrontou prefeitos e governadores. São mais de 16 milhões de desempregados e uma perspectiva de queda do PIB americano que deve superar 4%. Além disso, a questão racial explodiu nas ruas com uma radicalidade que há muito não se via, desde a morte de George Floyd.

Com seu estilo populista-autoritário, diante de tão grave situação econômica, sanitária, social e racial, Trump não refrescou, não buscou unir o país, ao contrário, jogou lenha na fogueira do dissenso, da discórdia e da polarização.

Desde a sua independência em 1783 e da Constituição americana de 1789, os EUA, ao lado da Inglaterra e França, são os grandes esteios da democracia moderna. Um abalo na dinâmica e nas instituições democráticas americanas em pleno século 21 seria um péssimo exemplo e estímulo para outros líderes populistas autoritários confrontarem os valores permanentes da liberdade e da democracia. Nunca se gastou tanta tinta e papel para discutir a crise da democracia representativa contemporânea. Donald Trump foi disruptivo em relação ao que Steven Levistsky e Daniel Ziblatt em seu "Como as Democracias Morrem" (Zahar) chamam de

princípios não escritos: o reconhecimento público da legitimidade do opositor e a autocontenção no uso do poder.

Para Trump a desqualificação deselegante e agressiva dos oponentes e a falta de limites no uso do poder são traços permanentes. E agora, diante de uma possível derrota, em precedente inédito e perigoso, preventivamente inocula uma interrogação sobre a legitimidade do resultado e as fraudes na futura eleição, insinuando que poderá questionar os resultados apostando em grave impasse. As instituições americanas serão testadas. Creio que este será o maior impacto no Brasil da eleição americana, até pelos laços próximos erguidos entre Trump e Bolsonaro: o fortalecimento ou o enfraquecimento da ideia de democracia.

No plano dos direitos humanos e das políticas ambientais também uma vitória de Joe Biden impactará fortemente as relações Brasil/EUA. Biden, como vice-presidente de Obama, entregou à época farta documentação ao Brasil sobre o período do regime ditatorial e a prática da tortura e provavelmente valorizará o tema dos direitos humanos.

No plano ambiental, o Brasil terá de mostrar serviço no compromisso com a sustentabilidade para poder exigir o apoio internacional a que faz jus. Nas negociações econômicas, será necessário retomar o velho e bom pragmatismo brasileiro. Incluindo aí a licitação do 5G nas telecomunicações e a negociação das barreiras comerciais que obstruem o comércio externo bilateral. Apesar da amizade dos presidentes Trump e Bolsonaro, o comércio entre os dois países deve ser 25% menor em 2020 em relação ao ano anterior. Ou seja, “amigos, amigos, negócios à parte”.

A eleição de Biden parece provável, mas não é certa. Se ocorrer, o governo brasileiro vai ter que realinhar sua postura.

MAIS FOCO E MENOS CONFUSÃO

24 out, 2020

O grande apresentador da TV brasileira, Abelardo Barbosa, o Chacrinha, em seu estilo único e inconfundível anarco-pré-tropicalista, cunhou duas frases lapidares que nos servem neste grave momento de angústia e dúvidas. "Quem não se comunica, se trumbica" e "eu não vim para explicar, mas para confundir". Afinal, já são mais de 155 mil vidas brasileiras roubadas pela covid-19 e a guerra ainda não acabou. No entanto, quando olhamos para o horizonte não vemos comunicação e rumo claros. Não só a sociedade, mas também o governo e as lideranças políticas e sociais produzem desinformação. E como orientava Chacrinha, isto é fatal.

Confesso que mesmo com toda a minha experiência de 38 anos, como político e gestor público, fico estupefato com a leitura dos jornais. Por vezes sinto que estou vivenciando um misto de teatro do absurdo, filme de terror e seriado dos três patetas. É inacreditável que diante de uma crise sanitária, econômica e social gravíssima, tenhamos tal descolamento da realidade.

Contraí a covid-19. Foram 14 dias de convivência com o vírus, terminados ontem. Este vírus é traiçoeiro. Não há um padrão. Cada pessoa manifesta os sintomas e sofre as consequências de um jeito único. Baixei na UTI. Lá fiquei três dias e li o livro do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, "Um paciente chamado Brasil" (Objetiva).

E enxerguei ali a dificuldade de alguém de bem, com as melhores intenções, apoiador de Bolsonaro desde o primeiro turno, querendo apenas acertar na política de combate à pandemia, para impor o

mínimo de compromisso com as evidências, a ciência, a realidade, a experiência internacional e as limitações operacionais. Como às vezes a má política e a miopia ideológica podem ser nocivas ao interesse real das pessoas e do país?

Muitas pessoas não entenderam que o isolamento social e as medidas preventivas não eram para derrotar o vírus. A vitória só virá com a vacinação em massa. O período de lockdown tinha dois objetivos: estudar o vírus e preparar a retaguarda hospitalar e o sistema de saúde. Tivemos relativo êxito.

Mas o desempenho do Brasil e dos Estados Unidos, para citar dois ambientes de negacionismo, são proporcionalmente muito piores do que no restante do mundo. Não há argumentação política ou ideológica possível que justifique que o Brasil tenha 2,7% da população mundial e 14% das mortes por covid-19. Alguma coisa deu errado. Qual não foi a minha surpresa ao ler o noticiário da semana e ver a inútil, nociva e desqualificada discussão sobre a vacinação contra a covid-19. Vamos pedir passaporte à vacina?

O vírus que está matando o Brasil é a falta de tolerância e diálogo. Termino com o gesto maior de dois ex-presidentes do Uruguai, que deveriam servir de inspiração para o Brasil. O conservador colorado Julio Maria Sanguinetti e o líder de esquerda, José Mujica, que renunciaram ao Senado conjuntamente. Cito o trecho do discurso de Mujica:

"No meu jardim, há décadas, não cultivo o ódio. Aprendi uma dura lição que a vida me impôs. O ódio acaba deixando as pessoas estúpidas. Passei por tudo nessa vida, fiquei seis meses atado por um arame, com as mãos nas costas. Fiquei dois anos sem ser levado para tomar banho e tive que me banhar com um copo. Já passei por tudo, mas não tenho ódio de ninguém".

Que o Brasil seja mais Mujica e menos ódio!

O NEVOEIRO E O VÁCUO DE LIDERANÇA

31 out, 2020

Tancredo Neves assinalou certa vez com a experiência de quem viveu muitos momentos tensos e decisivos que "a esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos desastres históricos". O mundo inteiro ainda assiste apreensivo e perplexo o furacão que devastou 2020, a partir da explosão pandêmica da covid-19. Para despertar esperança, estadistas e líderes políticos precisam de firmeza, clareza, capacidade de previsão e compartilhamento convincente sobre os rumos a serem seguidos. Mas a sociedade não se alimenta só de retórica e promessas, quer ações e resultados.

Confesso que está difícil, no Brasil de nossos dias, ser um "realista esperançoso" como queria Ariano Suassuna. A cruzada contra a "vacina chinesa", o fato de o próprio governo desestimular a população a se imunizar e a permanente exaltação de "medicamentos milagrosos" contra a covid-19 não formam propriamente um quadro otimista. Tantos desafios e a energia sendo desperdiçada em polêmicas inúteis. Como diria Nelson Rodrigues é óbvio ululante que só serão oferecidas à população vacinas registradas na Anvisa, portanto, seguras e eficazes. Assim como é uma sonora idiotice achar que há um plano diabólico do Partido Comunista Chinês por trás de sua vacina.

Se o horizonte no front da saúde pública é turvado pelo nevoeiro, na economia o cenário também é confuso e preocupante. O ufanismo governamental pode até tentar pintar de cor de rosa a realidade, mas o Brasil fechará o ano com uma dívida pública equivalente a 100% do PIB, um déficit primário de cerca de

R$ 860 bilhões, títulos do Tesouro Nacional sendo negociados com prazos cada vez mais curtos e juros cada vez mais altos, dólar batendo recordes de valorização e o mercado financeiro e de capitais nervoso e desconfiado.

Não é para menos. Amanhã entraremos em novembro e faltarão apenas oito semanas de trabalho parlamentar. A LDO ainda não foi votada. A Comissão Mista de Orçamento sequer foi instalada. O Orçamento Geral da União, que é a bússola necessária para sinalizar como lidaremos com a enorme restrição fiscal em 2021 e afastar especulações sobre experimentos heterodoxos e extravagantes, poderá não ser votado. As propostas de emendas constitucionais do pacto federativo, emergencial e dos fundos públicos e suas variantes, que poderiam flexibilizar a execução orçamentária, descansam empoeiradas nas gavetas. A dois meses do final do ano, os 64 milhões de brasileiros beneficiados pelo auxílio emergencial durante a pandemia não têm ideia do que ocorrerá em janeiro. E os 17 setores desonerados? Qual a previsão para o início do próximo ano? Nenhuma.

As reformas tributária e administrativa empacaram diante da falta de apetite reformador do governo. As privatizações naufragaram no vácuo de liderança e de apoio parlamentar. Medidas desburocratizantes e a abertura externa caminham a passo de tartaruga. O Congresso, que tanto tem a deliberar ainda em 2020, está bloqueado em suas votações por obstrução parlamentar, instrumento clássico das oposições. Mas aqui não, é a própria base do governo liderada pelo "Centrão" que obstruí os trabalhos.

Para Ariano Suassuna, o otimista é um tolo e o pessimista um chato. Mas está difícil ser "um realista esperançoso" diante dos fatos que marcam o final de ano de um Brasil mergulhado na pandemia.

OS VENTOS QUE SOPRAM DO NORTE

07 nov, 2020

Quase tudo já foi dito sobre as eleições americanas. Escrevo ainda no calor da apuração depois da postagem de mensagens dos dois candidatos à presidência dos EUA no Twitter que dão a dimensão do impasse que assistiremos nos próximos dias. Donald Trump lançou em letras garrafais: "Parem a contagem!". Em direção oposta o democrata Joe Biden afirmou: "Todos os votos devem ser contados". Mas as primeiras iniciativas de judicialização das eleições demonstram que o conflito político se arrastará por dias, semanas.

Nunca houve na história americana um presidente que confrontasse de tal forma as instituições, tradições e práticas democráticas. Trump não tem nenhuma contenção na instrumentalização do poder e não reconhece legitimidade em seus adversários e críticos. Foi apontado por estudo da Universidade de Cornell como o maior disseminador de desinformação sobre a covid-19 e tornou prática cotidiana a promoção de fake news "chapa branca" contra adversários.

A vitória de Biden tem dimensão histórica e universal em dois sentidos. O primeiro é o fortalecimento da democracia nos EUA e no mundo, revertendo a onda que se convencionou chamar de "populismo autoritário". A postura agressiva e antidemocrática de Trump ecoa e estimula a radicalização de setores de extrema-direita em escala global.

A eleição de Biden vai permitir que ele se alinhe a estadistas como Angela Merkel e Emmanuel Macron na defesa dos fundamentos do sistema democrático, do valor da tolerância e

do diálogo, e do compromisso com a liberdade em todas as suas facetas. O segundo sentido é, em substituição ao unilateralismo do "América first", a retomada do multilateralismo e a valorização da integração global para o enfrentamento conjunto dos desafios sociais, econômicos, sanitários, ambientais, militares e de combate ao terrorismo. Acordos, como o de Paris em favor do desenvolvimento sustentável, serão revalorizados e organismos multilaterais receberão o prestígio que merecem.

Aqui no Brasil temos muito a aprender e mudar. Dissolver o clima de contaminação ideológica das teorias da conspiração reinantes. Não há plano macabro e secreto da China de implantar o comunismo em escala global através da vacina, do 5G, ou seja lá do que for.

Não há uma armação diabólica e um fio condutor ligando a nova constituição do Chile, a vitória da esquerda na Bolívia, o moribundo governo Maduro e o fracasso peronista na Argentina. É preciso urgentemente recuperar as melhores tradições diplomáticas brasileiras que sempre advogaram uma postura independente, profissionalizada, pragmática e sem alinhamentos automáticos. Não deveríamos ter saído da ideologização introduzida pelo petismo de um "terceiro-mundismo equivocado" para o extremo oposto de um alinhamento político e ideológico absoluto e sem resultados com Donald Trump.

Por último, o processo eleitoral jogou luzes sobre aspectos em que o Brasil está muito melhor que os EUA. Isto é uma verdadeira vacina contra o nosso suposto "complexo de vira-lata" ou de "pária internacional". Temos um sistema público de saúde (SUS) mais bem resolvido que o americano, apesar de nosso investimento público por habitante ao ano ser nove vezes menor do que nos EUA (US$ 500 dólares aqui e US$ 4.500 lá). E, sem dúvida, o nosso sistema de eleição do presidente da República e de apuração é muito superior.

A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA E O PODER LOCAL

14 nov, 2020

Amanhã elegeremos os novos prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros. Muito papel e tinta têm sido gastos para discutir a crise da democracia representativa no mundo contemporâneo. No Brasil, além das características universais tivemos um processo específico e radical que foi a crise, entre 2014 e 2018, envolvendo simultaneamente recessão, desemprego, impeachment, Lava Jato e a desmoralização do sistema partidário tradicional. O resultado foi uma eleição em 2018 completamente disruptiva, com a eleição de outsiders para a Presidência da República e diversos governos estaduais nas asas da "nova política".

Pouco a pouco, e as dificuldades dos governadores do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Amazonas não nos deixam mentir, fica claro que a "nova política" já nasceu velha. A própria oscilação do governo federal entre o presidencialismo de confrontação e o de coalizão, ao procurar apoio parlamentar do chamado "Centrão", embaralham os conceitos de novo e velho, ainda mais a partir do esvaziamento da pauta anticorrupção, com a saída de Moro, e da perspectiva econômica modernizante, com a fragilização clara e crescente do antigo Posto Ipiranga, o ministro Paulo Guedes.

As eleições municipais nunca tiveram carga ideológica elevada. A população é pragmática e quer saber quem é o líder local que pode melhor potencializar as energias presentes na sociedade municipal e ser o melhor gerente para a garantia de serviços públicos de qualidade para todos. Tanto que a polarização entre bolsonarismo

versus petismo é totalmente periférica nesta eleição segundo a projeção das pesquisas.

Cada vez mais as pessoas desconfiam de salvadores da Pátria, heróis onipotentes, demagogos irresponsáveis. A democracia é um processo permanente de experiências, decepções, êxitos e aprendizado. Depois da explosão catártica das eleições de 2018, creio que características essenciais como história pessoal, realizações, experiência, competência, capacidade de liderança, aptidão para o diálogo e a negociação, estão sendo revalorizadas. Não se vê a absolutização do novo pelo novo, nem a condenação do "velho" por ser velho, embora algum grau de renovação seja sempre importante.

Tenho convicção enorme que se há algum plano que pode revitalizar a democracia brasileira é o poder local. A grande proximidade entre líderes e gestores e o cotidiano da população é fundamental para a construção de novos modelos de governança pública. Neste nível de governo são possíveis experiências profundas e verdadeiras de participação, transparência e controle social, difíceis de se concretizarem nos planos estadual e federal.

É importante fortalecer o orçamento dos municípios. Embora na votação dos royalties do petróleo e do minério tenha estudado profundamente e verificado que não obrigatoriamente as cidades mais ricas têm os melhores indicadores de educação e saúde. Às vezes pequenos municípios pobres têm resultados muito melhores graças à qualidade da gestão local.

Amanhã o destino das cidades brasileiras estará nas mãos da população. Um bom prefeito e bons vereadores são os que podem assegurar a verdadeira construção de uma rede boa e integral de atenção à saúde ou uma escola ativa, vibrante e de qualidade ou uma competente governança do espaço urbano e dos serviços municipais. Portanto, voto é escolha, mãos à obra.

FATOS E ANÁLISES: DEVAGAR COM O ANDOR

21 nov, 2020

Já conhecemos os resultados das eleições em 5.276 municípios. Restam 57 disputas no segundo turno. Como acontece de quatro em quatro anos, cientistas políticos, analistas e lideranças políticas começam imediatamente a tentar interpretar qual é o "recado das urnas". Como se as eleições municipais fossem uma espécie de antessala ou prefácio das eleições gerais seguintes.

É evidente que os resultados realçam um determinado espírito reinante na opinião pública nacional. Mas "devagar com andor que o santo é de barro". É preciso perceber o caráter contraditório dos números. Decifrar a essência escondida atrás das aparências. Entender que as eleições municipais têm predomínio de temas locais.

Atentar para as diferenças entre pequenas, médias e grandes cidades. Observar que a matemática política é diferente da lógica aritmética e, que a realidade histórica é dinâmica e mutante. Há, na maioria das análises, um verdadeiro "tour de force" para construir ilações sobre quem são os vitoriosos e os derrotados no plano nacional. Mais uma vez, "prudência e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém".

O equívoco central dessa armadilha analítica é, além de traços gerais do sentimento da sociedade, tentar enxergar tendências avançadas sobre o cenário para 2022. Como se as eleições municipais tivessem alta carga ideológica, o que só é verdade marginalmente nas grandes cidades, e que candidaturas presidenciais ou de governadores dependessem de uma sólida base municipalista previamente consolidada.

Nada melhor para testar teses políticas que as confrontar com a realidade. Não é preciso ir longe: qual era a base municipal que tinham Collor, Bolsonaro, Witzel ou Zema? Como explicar que o PSDB tenha tido em 2016 seu melhor resultado em eleições municipais e seu pior resultado nacional em 2018? Não é preciso dizer mais. Como gostava de dizer Ulysses Guimarães: "Vossa Excelência, o fato".

Outro erro fundamental é não perceber que a realidade é dinâmica e raciocinar com a simples aritmética e não com a análise política-histórica. Cansei de ver tabelas e análises que tiravam suas conclusões a partir da variação percentual entre 2016 e 2020.

E aí prevalece a análise de elevador: tal sigla sobe, outra desce. Ledo engano. Será que é difícil enxergar que entre 2020 e 2016 existiram 2017 e 2018? Ou não houve uma escalada crescente com o impeachment de Dilma, recessão, desemprego, Lava Jato, JBS, intensa cobertura da mídia, que desmoralizou o quadro partidário prevalecente na Nova República e catapultou Bolsonaro de 7% para 22% nas pesquisas de opinião e resultou numa eleição disruptiva? A variação aritmética de desempenhos partidários não registra isso.

O Brasil tem quase 148 milhões de eleitores. Apenas três partidos tiveram mais de 10 milhões de votos (MDB, PSDB e PSD). Ou seja, em torno de 6,7% dos votos nacionais, o que revela uma inequívoca pulverização.

Apenas cinco partidos fizeram mais de 400 prefeitos e mais de quatro mil vereadores (MDB, PP, PSD, PSDB e DEM). Aí, juntas e misturadas, Serra da Saudade em Minas Gerais com seus 941 eleitores e São Paulo com mais de oito milhões. O presidente da República sequer tem partido. Portanto, todo o cuidado é pouco com análises precipitadas. Voltarei, por sua relevância, ao assunto na próxima semana.

ASSIM É, SE LHE PARECE: A INCONSISTÊNCIA DOS PARTIDOS NO BRASIL

28 nov, 2020

Amanhã teremos o segundo turno das eleições municipais em 57 capitais e grandes cidades. Os resultados acentuarão as cores das interpretações e análises, mas diversas leituras já foram feitas a partir do que aconteceu no primeiro turno. Algumas delas tirando conclusões precipitadas sobre o "recado das urnas" e suas consequências em 2022.

Na última semana, procurei mostrar que é preciso ir "devagar com o andor" neste esforço de interpretação. Primeiro, porque as eleições municipais têm conteúdo eminentemente local e elementos ideológicos pesam marginalmente nas grandes cidades e principalmente na polarização de segundo turno, como é o caso dos confrontos entre Bruno Covas versus Boulos ou Eduardo Paes versus Crivela. A variação aritmética entre os resultados de 2016 e 2020 diz pouco ou quase nada sobre o futuro.

Por outra lado, chamei atenção para a diversidade presente entre regiões, municípios de diferentes portes e partidos razoavelmente programáticos e a maioria deles, pragmáticos.

Hoje temos 35 partidos registrados no TSE e 24 deles presentes no Congresso Nacional. Vejo análises que a partir da variação aritmética da votação e do número de prefeitos e vereadores eleitos por cada partido, começam a cravar: o "Centrão" saiu fortalecido, a esquerda caiu, Bolsonaro foi derrotado, MDB e PSDB perderam espaço. Nada mais enganoso.

Os partidos políticos brasileiros se dividem, grosso modo, em dois grupos: os que procuram ter alguma organicidade e identidade ideológica, e os que tem perspectiva pragmática, funcionando mais como cartórios para registro de candidaturas e como administradoras dos fundos eleitoral e partidário e sempre disponíveis a negociar apoio a governos díspares como os de Itamar Franco, FHC, Lula, Dilma, Temer ou Bolsonaro.

Dos 24 partidos hoje presentes no Congresso têm perfil razoavelmente ideológico e projeto nacional PT, PSDB, DEM, PSOL, PcdoB, PDT, PSB, CIDADANIA, REDE, PV e NOVO. Os outros atuam conforme os ventos políticos conjunturais. Um caso a parte é o MDB, que é um partido importante, mas que oscila entre o pragmatismo e a consistência.

Há um problema central na maioria das análises: o fato de não se conhecer prefeitos de carne e osso e sua lógica. Os deputados, prefeitos e vereadores têm, em geral, baixíssima fidelidade às direções partidárias. Se a direção nacional do partido X apoiar Bolsonaro, Dória, Luciano Huck, Ciro Gomes ou Haddad não quer dizer que haverá alinhamento geral da estrutura partidária.

Os prefeitos e vereadores no interior são espertos e pragmáticos, querem melhorias em seus municípios. Evitam partidos com identidade muito forte. Em Minas, nos 12 anos recentes em que houve a presença do PSDB no governo estadual e do PT no nível federal, era mais cômodo para as lideranças locais se refugiarem em legendas sem marca forte para buscar recursos nas duas esferas de poder. Imaginem os prefeitos da Bahia com o governo estadual em mãos petistas e Bolsonaro na presidência. Na hora da eleição a história é outra.

Fica para outra oportunidade discutir o papel dos fundos, a repercussão dos "padrinhos" nas eleições locais, a cláusula de desempenho e o fim das coligações proporcionais e os sinais de esgotamento da polarização nos EUA e no Brasil.

AS NECESSÁRIAS, MAS DIFÍCEIS FUSÕES PARTIDÁRIAS

05 dez, 2020

As eleições municipais cumpriram seu papel de oxigenação do sistema político. Na democracia é assim, cada eleição é mais uma etapa de aprendizagem e amadurecimento. A sociedade brasileira deu mostras que está cansada da radicalização excessiva e com o estresse permanente daí derivado.

Problema ainda longe de ser resolvido é a pulverização partidária e suas repercussões negativas no ambiente de governabilidade. Avançamos é verdade. Em 2016, apenas metade dos municípios brasileiros (2.787) ficaram com até seis partidos nas câmaras de vereadores. Em 2020, este número cresceu para 4.506, ou seja, em 81,62% das cidades teremos uma representação política mais racional e menos pulverizada. Isto facilitará o trabalho dos prefeitos e a formação de maiorias e minoritárias estáveis e nítidas. Parece que isto tem correlação direta com o fim de coligações proporcionais.

No plano nacional, o fenômeno poderá se repetir. E haverá ainda a incidência da cláusula de desempenho de 2% dos votos nacionais. É possível que haja reversão da situação presente aonde 24 partidos políticos têm representação no Congresso Nacional, tornando tarefa impossível a formação de uma base sólida de apoio ao governo e, portanto, a implantação do plano de governo eleito.

O fim das coligações parece ter atingido seu objetivo racionalizador, mas provocou uma pulverização inédita de candidaturas majoritárias. Talvez uma mudança simples: o candidato majoritário apoiado por coligação ganharia um número diferente

de seu partido para não privilegiar a sua chapa de deputados, desestimulando o lançamento de candidaturas não competitivas, apenas com o papel partidário de puxador de votos proporcionais.

A cláusula de desempenho também poderia ser aprimorada melhorando sua eficácia. O ideal é que fosse efetivamente uma cláusula de barreira como na Alemanha ou no texto aprovado no Brasil pelo Congresso Nacional em 1995 para entrar em vigor em 2006, mas derrubado como inconstitucional pelo STF em final de 2006. A atual cláusula de desempenho apenas pune o partido que não a alcançar com a perda do acesso ao Fundo Partidário e do direito ao Horário Partidário da TV, que foi extinto, diminuindo a eficácia da medida.

Diante de tudo isto, seria necessário e desejável um processo de fusões partidárias preparando o terreno para 2022. O atual quadro partidário é, via de regra, inorgânico e sem nitidez política e ideológica.

Seria possível imaginar uma fusão entre partidos como PP, Republicanos, PL, PTB que hoje formam o chamado "Centrão" para fundar um partido de índole conservadora e de sustentação a Bolsonaro. Por outro lado, o polo democrático, liberal e progressista formado por DEM, PSDB, MDB, Cidadania, PSD poderia construir um forte partido no centro do sistema político. Também à esquerda poderiam se reaglutinar PSB, PDT, Rede e PV, o que poderia ocorrer também com PT, PCdoB e PSOL, embora as diferenças sejam muitas.

O que impede o Brasil de ter um quadro partidário semelhante aos EUA e à Europa? Primeiro, os fundos financeiros (Partidário e Eleitoral) que são manipulados pelas cúpulas dos partidos menos orgânicos para se perpetuar em seu comando. Segundo, divergências locais e regionais acumuladas ao longo do tempo. Mas não há problema que não tenha solução quando a realidade exige a mudança.

BÚSSOLA, ANESTESIA E IMOBILISMO

12 dez, 2020

Já são 180 mil vidas perdidas para a covid-19 em terras brasileiras. 2020, o ano que quase não existiu, aproxima-se do final. A genial divisão gregoriana do calendário tem o condão de industrializar a esperança, como decifrou Drummond. Miramos o futuro, enxergamos um novo ano: certamente será melhor. A esperança é o motor do desenvolvimento humano. Mas sabemos que o destino não é roteiro de teatro previamente estabelecido. As circunstâncias históricas impõem limites, mas não somos seres passivos, escravos dos desígnios do inevitável. O futuro depende de nossas escolhas, da bússola que nos orienta, da capacidade de agir e transformar a realidade.

No Brasil, vivemos a segunda onda da pandemia. O número de casos e mortes voltou a crescer. A sólida articulação Inter federativa, ponto forte do SUS, foi perdida. O Ministério da Saúde renunciou à coordenação nacional do sistema. O embate com estados e municípios virou uma constante. Até hoje não temos um protocolo clínico nacional. O plano nacional de imunização não veio à tona. A polêmica sobre as vacinas seria cômica se não fosse trágica. E, ao invés de agilizar a importação de seringas, refrigeradores de alta potência e vacinas, o governo zera a alíquota do imposto de importação de pistolas e revólveres.

Além do desafio sanitário, resta o nebuloso cenário social e econômico para 2021. O desemprego bateu acima dos 14% envolvendo 13,5 milhões de brasileiros. Sem falar nos milhões de desalentados. A retomada não será fácil dados o recuo do cenário

internacional derivado da segunda onda da pandemia, a fragilidade fiscal brasileira e a volta da ameaça inflacionária.

Também neste front, parece que estamos sem rumo e bússola. A ação da política econômica é errática. Nunca o ministro Paulo Guedes esteve tão distante do Congresso. O Palácio do Planalto não compra a agenda de mudanças, reformas e ajustes necessários. O Congresso tem produzido importantes mudanças microeconômicas como as votações recentes dos novos marcos regulatórios dos setores de saneamento, gás e petróleo, navegação de cabotagem e da independência do Banco Central. Mas, do ponto de vista das reformas estruturais macroeconômicas estamos devagar quase parando. As reformas tributária, administrativa e a PEC emergencial foram empurradas para 2021, com viés de baixa no grau de mobilização em seu favor. As privatizações descansam em berço esplêndido, paradas. Sequer o Orçamento Geral da União, mais do que nunca necessário para dar transparência no tocante à responsabilidade fiscal, será votado. Estamos qual um pescador tranquilo, otimista e alienado, deitado dormindo em sua jangada em meio a um maremoto.

Boa parte do imobilismo presente se deve ao efeito anestésico do pacote de ampliação de gastos excepcionais para combater os efeitos da pandemia. Ninguém duvida que era necessário. O mundo inteiro fez. Foi hora de todo liberal neoclássico vestir o jaleco keynesiano. Mas a bolha de consumo gerada em 2020 e o aumento de despesas públicas são insustentáveis. Foram bancados com um extraordinário aumento da dívida. Bilhões de reais de despesas presentes a serem pagas pelas gerações futuras.

Tudo o que não precisamos é de uma bússola quebrada, uma anestesia alienante e um imobilismo paquidérmico. Precisamos de clareza, rumo, liderança e ação.

SOBRE CONSERVADORES, LIBERAIS, PROGRESSISTAS E REACIONÁRIOS

19 dez, 2020

Apesar dos efeitos paralisantes ocasionados pela pandemia da covid-19, fatos importantes marcaram o cenário internacional em 2020, oferecendo pistas sobre o futuro e as ideias que o presidirão. O mais importante foi a vitória do democrata Joe Biden nos EUA e a derrota de Donald Trump. Parece uma sinalização clara de esvaziamento da onda de crescimento do populismo autoritário.

O sentimento anti-globalista, xenófobo, racista, iliberal, antidemocrático, anti-humanista, vai dando lugar novamente a um mundo mais integrado, solidário e comprometido com a liberdade e a tolerância. Também os tropeços da concretização do Brexit, numa complexa negociação entre a Inglaterra e a União Europeia, indicam que a escolha da população inglesa talvez não tenha sido a melhor.

A China continua sua longa marcha rumo à hegemonia econômica, e mesmo servindo de espantalho ideológico para a guerra cultural dos reacionários, nunca esteve tão distante, com seu capitalismo de Estado ou seu socialismo de mercado, da matriz de pensamento marxista-leninista-maoísta.

O resíduo que existe de socialismo real agoniza nas experiências de Cuba, Venezuela, Nicarágua e na exótica presença da Coreia do Norte no cenário mundial. Líderes do centro democrático, como ngela Merkel e Macron, procuram manter posição de equilíbrio, diálogo e defesa da democracia. A esquerda moderna e democrática procura respostas para o futuro no reposicionamento permanente do PD italiano, do PS português,

do PSOE espanhol, dos social democratas alemães em crise e do enfraquecido PS francês.

Diante deste quadro assistimos a um embaralhamento desqualificado de conceitos e valores, onde há uma confusão enorme entre conservadorismo, liberalismo, progressismo e reacionarismo. Na polarização ideológica global os reacionários procuram usar o escudo do liberalismo e do conservadorismo contra uma caricatural e inexistente ameaça comunista.

Quando se desce do patamar do debate intelectual para a guerrilha das redes sociais, aí que a confusão se aprofunda e o besteirol ideológico impera. Vejo, no Brasil, um amplo espaço para a necessária convergência entre os verdadeiros conservadores, liberais e progressistas, em torno de uma agenda que articule a defesa da liberdade política, econômica e individual, a eficiência do Estado, o fortalecimento da sociedade civil e o combate às desigualdades. Por isto, é importante separar o joio do trigo.

Dou aqui algumas dicas para aqueles que de boa fé querem travar um debate qualificado sobre as ideias que devem governar nosso futuro. Quem quiser conhecer o verdadeiro pensamento conservador sugiro a leitura do livro "Edmund Brurke, redescobrindo um gênio" de seu discípulo Russel Kirk.

Para quem quiser ser introduzido no pensamento liberal uma boa dica é "O chamado da tribo, grandes pensadores para nosso tempo" de Mário Vargas Llosa. Os que quiserem se aprofundar numa visão progressista de mundo recomendo os artigos e livros do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Agora, quem quiser contrastar tudo isso com a visão atrasada e regressiva dos reacionários leia os livros de Olavo de Carvalho e os escritos de nosso chanceler Ernesto Araújo.

A teoria sem prática é estéril. A prática sem boa teoria é cega. Se queremos outro Brasil, o primeiro passo talvez seja colocar as ideias em ordem.

DEPOIS DE 2020, NADA SERÁ COMO ANTES

26 dez, 2020

A aventura humana é sempre mistério. Permanentemente nos perguntamos: de onde viemos? Para onde vamos? Qual é o sentido da existência? Muitos encontram respostas na fé, outros numa causa, alguns flutuam sem nada querer explicar ou entender. A esperança é o fio condutor e o motor da invenção do futuro. Eterno pé na estrada alimentando a fé inabalável de que nada será como antes, amanhã ou depois de manhã.

O ano já vai fechando suas cortinas. O próximo já aponta na esquina. Mas é preciso reconhecer: 2020 foi um ano meio estranho, meio esquisito, meio diferente demais, o ano que parece nunca ter começado. Muitos amigos se foram. Caio Nárcio, Carlinhos, Vivi, Alfredo Sirkis. Tantas pessoas que admirava: Aldir Blanc, Sérgio Ricardo, Lan, Carlos Lessa, Flávio Migliaccio, Dom Pedro Casaldaglia. Alan Parker, Ennio Morricone. A pandemia já nos levou 190 mil brasileiros.

Os últimos dez meses foram como coreografia repetitiva em torno de um samba de uma nota só: a covid-19. Os boletins de casos confirmados e óbitos viraram rotina. As taxas de ocupação de leitos hospitalares entraram no cotidiano da população. Nunca o álcool em gel e as máscaras foram tão populares. A guerra era contra um inimigo único e invisível – um vírus originário da cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na distante China. Não havia dois lados, erámos todos contra o vírus. Ainda assim, alguns líderes de baixa sensibilidade e empatia humana conseguiram politizar a cloroquina, a vacina, o distanciamento social, o uso de

máscaras, a origem do vírus e adotar o negacionismo diante da realidade que saltava aos olhos.

Se é verdade que mais uma vez fomos confrontados com nossas fragilidades e com a provisoriedade e imprevisibilidade da vida, nos encontramos também com o melhor da natureza humana. O ser humano é o único na face da Terra capaz de aprender com as crises que aparecem à sua frente. E daí inventar, reinventar, transformar, desafiar, inovar.

Além da devastadora herança deixada pela pandemia, fica um legado positivo. Reaprendemos que vivemos numa aldeia global e que precisamos não de xenofobia e sim de solidariedade e integração internacional. Valorizamos a ciência e sua ágil corrida para produzir uma vacina. Enxergamos de forma mais nítida o quanto é importante o compromisso com o desenvolvimento sustentável, porque a destruição do meio ambiente é um tiro pela culatra. Revalorizamos o sistema e os profissionais de saúde, que provaram indo ao limite de suas forças, como são centrais na vida de todos nós.

Acordamos para a importância de uma maior atenção aos idosos, elos mais vulneráveis à pandemia. Descobrimos que é possível estar mais próximo aos filhos graças ao home office. Amadurecemos a consciência de que não precisamos de líderes truculentos, intolerantes, agressivos. A vitória de Biden, um líder sereno, moderado, experiente e conciliador, talvez seja a melhor notícia do ano. A derrota de Trump, com sua agressividade, boçalidade e suas fake news, abre um novo horizonte para o mundo.

Clarice um dia nos alertou: “Sei que cada dia é um dia roubado da morte”. Perdemos muitos dias de pessoas queridas. Mas 2021 bate à porta. Precisamos visceralmente de esperança. E Clarice mesmo nos ensinou: “O que verdadeiramente somos é o que o impossível cria em nós”.

Marcus Pestana é economista e consultor.
Foi deputado federal (PSDB) por dois mandatos (2011 a 2019) e Secretário de Estado de Saúde de Minas Gerais entre 2003 e 2010.

Os artigos semanais de Marcus Pestana são publicados aos sábados, nos seguintes canais:

Jornal O Tempo - www.otempo.com.br

Site Congresso em Foco - www.congressoemfoco.com.br

Projeto e Concepção:

Instituto Teotônio Vilela

Organização, Projeto Gráfico e Diagramação:

Fabiano Abdanur e Ludmila Rodrigues

INSTITUTO Teotônio Vilela

Marcus Pestana, 2021.

Compilação de artigos semanais publicados entre dezembro de 2018 e dezembro de 2020.